



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA – DF

2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161 de 1º de novembro de 2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Coordenação-Geral de Planejamento
Diretoria de Planejamento e Orçamento

BRASÍLIA – DF

2018

Lista de siglas e abreviações

AEC - Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia
APADA/DF - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AUDIN - Auditoria Interna
BSC - *Balanced Scorecard*
CBRA - *Campus* Brasília
CCEI - *Campus* Ceilândia
CD - Colégio de Dirigentes
CDAE - Coordenação de Assistência Estudantil
CDPB - Coordenação de Publicações
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEST - *Campus* Estrutural
CG - Conselho Gestor
CGAM - *Campus* Gama
CGPL - Coordenação-Geral de Planejamento
CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação
CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CGUPAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CHGB - Chefia de Gabinete da Reitoria
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COET - Comissão de Ética
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPLA - *Campus* Planaltina
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRFI - *Campus* Riacho Fundo
CS - Conselho Superior
CSAM - *Campus* Samambaia
CSSB - *Campus* São Sebastião
CTAG - *Campus* Taguatinga
CTGC - *Campus* Taguatinga Centro
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
DREP - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DRGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD - Educação a Distância
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EIFB - Editora do Instituto Federal de Brasília
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMI - Ensino Médio Integrado

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
EPCT - Educação Profissional Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
FABIN - Programa Fábrica de Ideias Inovadoras
FAP-DF - Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDF - Governo do Distrito Federal
GRU - Guia de Recolhimento da União
ICPE - Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IFB - Instituto Federal de Brasília
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MP - Medida Provisória
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAIN - Núcleo de Auditoria Interna
NAPNE - Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
NENG - Núcleo de Engenharia
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
NTIC - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCS - Núcleo de Comunicação Social
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI - Orçamento de Investimentos
PAC - Plano Anual de Capacitação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PES - Projeto de Esplanada Sustentável
PIPA - Projeto Integrador Pesquisa e Ação
PIT - Plano de Trabalho Docente
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPA – Plano Plurianual
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PREN - Pró-Reitoria de Ensino
PREX - Pró-Reitoria de Extensão
PRGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
Progrupos - Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa do IFB
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RA - Regiões Administrativas
RAD - Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral
RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

RCM - Relação Concluintes/Aluno Matriculado
RCV - Relação Candidato Vaga
RFE - Retenção do Fluxo Escolar
RIM - Relação Ingresso/Aluno Matriculado
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RIT - Relatório de Trabalho Docente
RPNP - Restos a Pagar Não Processados
RPP – Restos a Pagar Processados
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGA - Sistema de Gestão Acadêmica
SGI - Sistema de Gestão Integrado
SGPS - Sistema de Gestão de Processos Seletivos
SIABI - Sistema de Automação das Bibliotecas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do IFB
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa
Sisnama - O Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISPES - Programa Esplanada Sustentável
SISPROSEL - Sistema de Processo Seletivo
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SLTI/MPOG - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
Suasa - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TAE - Técnicos Administrativos em Educação
TAM - Termo de Acordos de Metas e Compromissos
TCD - Titulação do Corpo Docente
TCU - Tribunal de Contas da União
TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNAI - Unidade de Auditoria Interna
UnB - Universidade de Brasília
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabelas

Tabela 1 - Fontes de receita.....	59
Tabela 2 - Qualificação dos servidores	111
Tabela 3 - Vida útil e taxa de depreciação- Macrofunção 020330.....	147
Tabela 4 - Imobilizado – Composição	167
Tabela 5 - Bens Móveis - Composição	167
Tabela 6 - Bens Imóveis – Composição.....	168
Tabela 7 - Bens de Uso Especial – Composição.....	168
Tabela 8 - Intangível – Composição	172
Tabela 9 - Obrigações Contratuais	173
Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.....	174
Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	174
Tabela 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas — Por Grupo	187
Tabela 13 - Transferências e Delegações — Por ano.....	187
Tabela 14 - Transferências e Delegações — Por ano.....	188

Quadros

Quadro 1 - Endereços das Unidades do IFB	17
Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos <i>Campi</i>	17
Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor).....	18
Quadro 4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	23
Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)	28
Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão).....	32
Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)	36
Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos	39
Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos	40
Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	44
Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	48
Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento	49
Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	54
Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	56
Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	57
Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	57
Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	58
Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	58
Quadro 19 - Despesas totais por modalidade de contratação	61
Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa	62
Quadro 21 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005	84
Quadro 22 - Estrutura de governança.....	95
Quadro 23 - Servidores da Audin.....	100

Quadro 24 - Ações da Auditoria Interna	101
Quadro 25 - Riscos identificados e controles internos estabelecidos.....	106
Quadro 26 - Cursos Oferecidos em 2017	109
Quadro 27 - Força de Trabalho da UPC.....	111
Quadro 28 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	111
Quadro 29 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	112
Quadro 30 - Despesas com pessoal	113
Quadro 31 - Afastamentos por motivo de saúde sem perícia.....	114
Quadro 32 - Afastamentos por motivo de saúde com perícia	114
Quadro 33 - Afastamentos por cargo	115
Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	116
Quadro 35 - Evolução dos gastos com Estagiários no IFB (2015-2017).....	120
Quadro 36 - Cessão de espaços a terceiros	124
Quadro 37 - Obras realizadas em 2017 relacionadas à atividade-fim.....	128
Quadro 38 - Estrutura de gestão da tecnologia da informação	128
Quadro 39 - Sistemas utilizados pela instituição	129
Quadro 40 - Manifestações recebidas no exercício.....	132
Quadro 41 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão	139
Quadro 42 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ou estão aguardando manifestação do TCU ao final do exercício	149
Quadro 43 - Recomendações do Órgão de Controle Interno	151
Quadro 44 - Despesas com publicidade	156
Quadro 45 - Cursos de graduação que ofertam libras como disciplina obrigatória	157
Quadro 46 - Resultado da execução das ações do planejamento 2017 por perspectiva e objetivo estratégico.....	163
Quadro 47 - Resultado da execução das ações do planejamento 2017 por unidade	164
Quadro 48 - Contratados – Principais Transações	175

Figuras

Figura 1 - Localização dos <i>Campi</i> no Distrito Federal	20
Figura 2 - Estrutura básica do Planejamento Organizacional	37
Figura 3 - Mapa estratégico do IFB	38
Figura 4 - Relação Candidato Vaga (RCV) por Unidades do IFB.....	85
Figura 5 - Evolução da Relação Candidato Vaga (RCV) IFB e Rede Federal	85
Figura 6 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) por Unidades do IFB	86
Figura 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) do IFB e Rede Federal	86
Figura 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) por Unidades do IFB	87
Figura 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) do IFB e Rede Federal	87
Figura 10 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes (EAC) por Unidades do IFB	88
Figura 11 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica (EAC) dos Concluintes do IFB e Rede Federal.....	88
Figura 12 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB	89
Figura 13 - Evolução da Relação Aluno por Docente (RAP) em Tempo Integral do IFB e Rede Federal	89
Figura 14 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB e Rede Federal	90
Figura 15 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB e Rede Federal	90
Figura 16 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB e Rede Federal.....	91
Figura 17 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB e Rede Federal.....	91
Figura 18 - Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) por Unidades do IFB.....	92

Figura 19 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) do IFB e Rede Federal	92
Figura 20 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar (MRF)	93
Figura 21 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar Geral (MRF)	94
Figura 22 - Relatório de Procedimentos Instaurados - CGUPAD	104
Figura 23 - Gênero dos servidores	108
Figura 24 - Progressão dos técnicos 2017	110
Figura 25 - Registro de atestado por faixa etária	115
Figura 26 - Custeio de estagiários por área (meio fim)	120
Figura 27 - Quantidade de manifestações por assunto - 20 assuntos mais registrados	133
Figura 28 – Ouvidoria 1 - faixa etária	135
Figura 29 – Ouvidoria 2 - sexo	135
Figura 30 – Ouvidoria 3 - formação	135
Figura 31 – Ouvidoria 4 – trabalha	135
Figura 32 – Ouvidoria 5 – vínculo com o IFB	136
Figura 33 – Ouvidoria 6 - recorreu a outras instâncias	136
Figura 34 – Ouvidoria 7 – meio utilizado	136
Figura 35 – Ouvidoria 8 – avaliação da Ouvidoria como canal de atendimento	137
Figura 36 – Ouvidoria 9 – avaliação da qualidade das respostas	137
Figura 37 – Ouvidoria 10 – tempo de resposta	137
Figura 38 – Ouvidoria 11 – avaliação do atendimento da demanda	138
Figura 39 – Ouvidoria 12 – utilizaria novamente os serviços da Ouvidoria	138
Figura 40 – Ouvidoria 13 – recomendaria o canal da Ouvidoria	139
Figura 41 - Balanço patrimonial	165
Figura 42 - Balanço financeiro	176
Figura 43 - Balanço orçamentário	178
Figura 44 - Demonstração de Fluxo de Caixa	183

Lista de anexos

Anexo I – Organograma	159
Anexo II - Resultado do planejamento 2017	163
Anexo III - Demonstrações contábeis e notas explicativas	165

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. VISÃO GERAL	15
1.1 Finalidades e competências	15
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	17
1.3 Ambiente de atuação	19
1.4 Organograma.....	23
1.5 Macroprocessos finalísticos	28
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	37
2.1 Planejamento Organizacional.....	37
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	39
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	40
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	40
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	42
2.3 Desempenho orçamentário.....	44
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	44
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	53
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	54
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	56
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	57
2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	58
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	59
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	61
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	63
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	83
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	95
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	95
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna	100
3.2.1 Sobreposição de carga horária - PRONATEC	102
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	103
3.4 Gestão de riscos e controles internos	106
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	108
4.1 Gestão de pessoas.....	108
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	111
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	113

4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	114
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	116
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	121
4.2.1	Gestão da frota de veículos	121
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	122
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	122
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	123
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	128
4.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim ..	128
4.3	Gestão da tecnologia da informação	128
4.3.1	Principais sistemas de informações	129
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	130
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	130
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	131
5.1	Canais de acesso do cidadão	131
5.2	Carta de serviços ao cidadão	134
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	134
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	139
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	140
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	144
6.1	Desempenho financeiro no exercício	144
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	144
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	148
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	148
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	149
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	149
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	151
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	154
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	155
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	155
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	156
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	157
ANEXOS	159

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Brasília (IFB) é uma instituição de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O IFB articula a educação superior, básica e profissional e de pós-graduação. Trata-se de uma instituição equiparada às universidades federais. A instituição oferta, além de cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação, cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos de curta duração voltados à qualificação profissional. Oferta ainda cursos pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além dos ofertados na modalidade de educação a distância (EaD), pelo Programa e-Tec Brasil e MEDIOTEC. Criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, como as outras instituições que compõem a Rede, é *multicampi* e possui gestão delegada. No ano de 2017 o IFB esteve presente por meio de 10 *campi* e em mais 5 polos de Educação a Distância.

As principais informações institucionais podem ser obtidas na carta de serviços ao cidadão. Por isso, convidamos o leitor a consultá-la na página do IFB na Rede Mundial de Computadores ou no link <http://www.youblisher.com/p/1137029-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao-IFB/>.

A gestão 2015-2018 tem como propósito a consolidação do IFB. Assim como 2015 e 2016, o ano de 2017 foi dedicado para dar seguimento ao processo de consolidação do IFB.

De um modo especial o ano de 2017 foi o ano em que o IFB conseguiu levar o Ensino Médio Integrado para 8 *campi*, ofertando 9 diferentes cursos. Esta oferta, em período integral permite ao IFB cumprir seu compromisso com a sociedade de assegurar uma referência para o ensino médio de todo o seu território de atuação. O fato do ensino médio ofertado ser integrado à formação profissional permite a formação geral de profissionais-cidadãos, ampliando as condições de inserção no mundo do trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Distrito Federal.

Ainda no que concerne a oferta educacional, o IFB conseguiu ampliar o leque de cursos ofertados no período noturno de modo a promover a inclusão de uma parcela da população que fica fora da escola por falta de oportunidade. Os cursos técnicos subsequentes, PROEJA e os superiores funcionam prioritariamente a noite. No ano de 2017 foram aprovados 4 novos cursos, sendo todos cursos técnicos.

Para que este ensino acontecesse de modo integrado com a geração de conhecimento tecnológico e com as demandas da sociedade, o IFB promoveu um grande evento nacional denominado Conecta IF cujo objetivo foi conectar os diferentes *campi* do IFB e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de conectar os Institutos Federais com o mundo do trabalho. O evento teve duração de uma semana com a presença de aproximadamente 50 mil pessoas. O Conecta IF ocorreu no Centro de Convenções *Ulisses Guimarães* e contou com mais de 50 apresentações culturais, centenas de trabalhos científicos apresentados, feira de estágio e emprego com recrutamento, dezenas de cursos rápidos de qualificação profissional, festival de curta metragem, apresentação de protótipos inovadores, rodada de negócios, mini olimpíada da educação profissional, entre outros. Além disso, o Conecta IF também trouxe os estudantes da rede pública do Distrito Federal para visitarem e participarem das diversas atividades.

No panorama internacional, o IFB fechou mais uma parceria com o Instituto Politécnico de Santarém (Portugal) para a segunda turma do Mestrado em Administração Escolar voltada para a qualificação dos servidores do IFB. Aprofundando as parcerias com Portugal, também tivemos a participação do Instituto Politécnico do Porto, de Coimbra e de Castelo Branco nas atividades do

Conecta IF. Uma grande parceria com a Embaixada do Sudão propiciou um novo acordo de capacitação de técnicos do Ministério da Agricultura e docentes das Escolas Técnicas daquele país. Além disso, o IFB ofertou, por meio do PRONATEC e em parceria com Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o Comitê Nacional para os Refugiados, o curso de português para refugiados.

A consolidação passa também pela infraestrutura. No ano de 2017 o IFB entregou à comunidade as obras da biblioteca e ginásio do campus Brasília, além de iniciar as do auditório e rampa para o Campus Planaltina. Também foram concluídas a primeira etapa da nova sede do campus Taguatinga Centro, agora denominado Recanto das Emas, que será na região administrativa de Recanto das Emas. Desta forma, a oferta de EPT se torna de melhor qualidade e o atendimento ao público mais abrangente.

No âmbito da pesquisa, observou-se no ano de 2017 a consolidação de programas e ações como o FABIN e os Desafios de Projetos são importantes passos para a consolidação da missão de desenvolver pesquisa aplicada a solução de problemas concretos da sociedade.

A perspectiva de integração da pesquisa, do ensino e da extensão também foi consolidada por meio do lançamento de mais um edital do Programa PIPA (Projeto Integrador Pesquisa e Ação). Este programa foi um resultado dos esforços conjuntos da PREN, PRPI e PREX, buscando a integração dos saberes.

No que tange à transparência pública, em 2017 foram ampliados os dados disponibilizados pela plataforma IFB em Números que agora permite a toda a sociedade acompanhar o andamento da execução do orçamento do IFB para cada uma de suas unidades em tempo real. "O IFB em Números" é uma plataforma, concebida para que a comunidade interna e externa possa visualizar e acompanhar informações de ensino, pesquisa, extensão e gestão do Instituto Federal de Brasília.

As dificuldades são inerentes ao processo de trabalho e desenvolvimento. No IFB, durante o ano de 2017 foram enfrentadas algumas dificuldades de gestão.

Dentre as dificuldades enfrentadas, a mais severa foi novamente a incerteza orçamentária. Sendo o orçamento distribuído de forma igual entre todas as unidades do país, os valores não atendem as peculiaridades regionais. Desta forma, o montante atribuído ao IFB não cobre as despesas todas. Assim sendo, atividades previstas ou desejadas não foram conduzidas a contento por falta de recursos. De outro lado, os recursos foram liberados aos poucos e não houve garantias de que o montante previsto na LOA seria liberado, o que levou a atraso de cronograma e de atividades previstas. Por vezes isso levou a custos adicionais.

Outra dificuldade é o *turn over* de servidores do IFB que está por volta de 30%, sobretudo nos técnicos administrativos onde se concentram os menores salários. Assim, o alinhamento com os objetivos institucionais e a formação da força de trabalho é um desafio para a gestão.

O IFB é uma instituição que tem a justiça social em sua missão. Assim sendo, acolhe estudantes de todas as classes sociais e mais de 300 estudantes (e alguns servidores) com necessidades específicas. Contudo, há restrições (e imposições) legais para atender este público. As divergências geradas nesta legislação de inclusão e de gestão, são obstáculos concretos à consecução desta missão tão importante para a sociedade. Cabe aqui destacar pelo menos duas situações: a dos intérpretes de libras e a dos cuidadores (autistas, esquizofrênicos, déficit de atenção, ...).

Objetivando garantir a permanência e o êxito educacional, mais de 3.000 estudantes foram beneficiados pelos programas implantados pela política de Assistência Estudantil do IFB no ano de 2017. Destaca-se aqui que para além do programa de bolsas, em 2017 foi implementado um programa de combate a evasão que estabelece um conjunto de ações pedagógicas e administrativas que apoiam o estudante. Dentre essas ações estão o monitoramento de presenças, a ampliação do programa de monitorias e a identificação de estudantes em situação de risco de evasão.

Este Relatório de Gestão, destinado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, foi elaborado em conformidade com o que dispõem a Instrução Normativa TCU nº 63 de 1 de setembro de 2010, que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão

e das peças complementares; bem como a Decisão Normativa TCU nº 161 de 1º de novembro de 2017, que especifica a forma, os conteúdos gerais e os prazos para apresentação.

Os itens atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas foram organizados na forma de capítulos e numerados em sequência de acordo com a estrutura básica indicada no sistema, não contemplando, nesta sequência, os conteúdos não apresentados pela instituição, conforme relação e justificativa abaixo:

- Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal – sem ocorrência no período;
- Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos – sem ocorrência no período;
- Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – sem ocorrência no período; e
- Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958/1994 – sem ocorrência no período.

1. VISÃO GERAL

Este capítulo contempla os elementos identificadores do IFB, bem como sua estruturação, seu contexto de atuação, seus principais macroprocessos e suas competências. O objetivo é proporcionar a compreensão do que é o Instituto, as razões de sua existência e suas principais relações com o ambiente em que está inserido.

1.1 Finalidades e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, também denominado Instituto Federal de Brasília, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Vinculada ao MEC, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Finalidades

Em consonância com o Art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, o IFB tem por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Competências

De forma ampla o IFB tem definido em Lei os seus objetivos, conforme Art. 7º da Lei nº 11.892, de 2008:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

A missão, visão e valores do Instituto Federal de Brasília foram definidos pela comunidade e encontram-se disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014 a 2018.

Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Visão

Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

Valores

Ética; educação como bem público gratuito e de qualidade; formação crítica, emancipatória e cidadã; gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; respeito

à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação; sustentabilidade econômica e socioambiental.

O IFB possui, como órgão central, a Reitoria e dez unidades de ensino, distribuídas em diversas localidades do Distrito Federal, atendendo à necessidade de qualificação profissional e tecnológica dos arranjos produtivos de Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro.

Quadro 1 - Endereços das Unidades do IFB

Unidade	Endereço
<i>Campus</i> Brasília	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Ceilândia	QNN 26, Área Especial, s/n, ao lado da UNB. Ceilândia-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Estrutural	Quadra 16, Área Especial nº 01, Cidade do Automóvel. SCIA-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Gama	Rodovia DF 480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades. Gama – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Planaltina	Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural. Planaltina – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Riacho Fundo	Av. Cedro, Área Especial nº 15, QS 16. Riacho Fundo – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Samambaia	Rodovia DF 460, Lote 02, Subcentro Leste (Complexo Boca da Mata). Samambaia-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> São Sebastião	Centro de Múltiplas Funções, Área Especial nº 2, s/n, Bairro São Bartolomeu. São Sebastião-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Taguatinga	QNM 40, Área Especial Nº 01. Taguatinga-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Taguatinga Centro	Pistão Sul, QSD, AE 1, Lt.4, 1º Andar, Ed. Spazio Duo. Taguatinga-DF (Sede Provisória)
Reitoria	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Provisória)

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O IFB é composto por uma Reitoria, com sede no Plano Piloto, e dez *Campi* distribuídos pelo Distrito Federal, conforme relacionado no Quadro 1. Portarias do MEC autorizaram o funcionamento dos *Campi*, conforme segue:

Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos *Campi*

Unidade	Portaria MEC Nº	Diário Oficial da União (DOU)
<i>Campus</i> Brasília	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Ceilândia	Portaria nº 933, de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
<i>Campus</i> Estrutural	Portaria nº 933 de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
<i>Campus</i> Gama	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Planaltina	Portaria nº 365, de 14/03/2008	DOU nº 53, de 18/03/2008
<i>Campus</i> Riacho Fundo	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
<i>Campus</i> Samambaia	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> São Sebastião	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
<i>Campus</i> Taguatinga	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Taguatinga Centro	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013

As normas que tratam da estrutura organizacional encontram-se disponíveis no portal do instituto na internet <http://www.ifb.edu.br/>, na aba Acesso à Informação > Institucional > Normas Internas do IFB, ou na aba Acesso Rápido > Portarias e Resoluções. As principais normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição são:

Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor)

Norma	Data	Ementa
Lei nº 11.892/2008	29/10/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Resolução CS nº 020/2009	02/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Resolução CS nº 021/2009	14/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Resolução CS nº 020/2010	02/12/2010	Cria o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento.
Resolução CS nº 009/2012	03/02/2012	Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e dispõe sobre a proteção de direitos relativos à Propriedade Intelectual no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 012/2012	08/02/2012	Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 022/2012	25/06/2012	Estabelece as normas de funcionamento do Conselho Editorial da Editora do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 035/2012	13/11/2012	Aprova a nova estrutura organizacional para o Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 034/2012	28/11/2012	Aprova o regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, no âmbito do IFB.
Resolução CS nº 037/2012	06/12/2012	Aprova o Regimento Interno da Ouvidoria do Instituto Federal de Brasília - IFB
Resolução COET nº 001/2012	10/12/2012	Estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para a Comissão de Ética do Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 009/2013	24/05/2013	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do IFB e, por conseguinte, atualiza o Estatuto do IFB, no que concerne a este órgão colegiado.
Portaria Normativa 004/2013	11/07/2013	Torna público as formas de atuação e as atribuições e competências dos Núcleos executivos e sistêmicos do IFB – Núcleos de Auditoria Interna – NAIN; de Tecnologia da Informação – NTIC; de Comunicação Social – NUCS; e de Engenharia – NENG.
Resolução CS nº 024/2013	16/10/2013	Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.
Portaria Normativa 002/2014	11/04/2014	Institui o Regulamento do Comitê Gestor dos Programas Institucionais de Bolsas e Projetos do IFB.
Resolução CS nº 017/2014	19/08/2014	Aprova as normas para o processo de escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral Central e Comissões Eleitorais nos <i>Campi</i> .

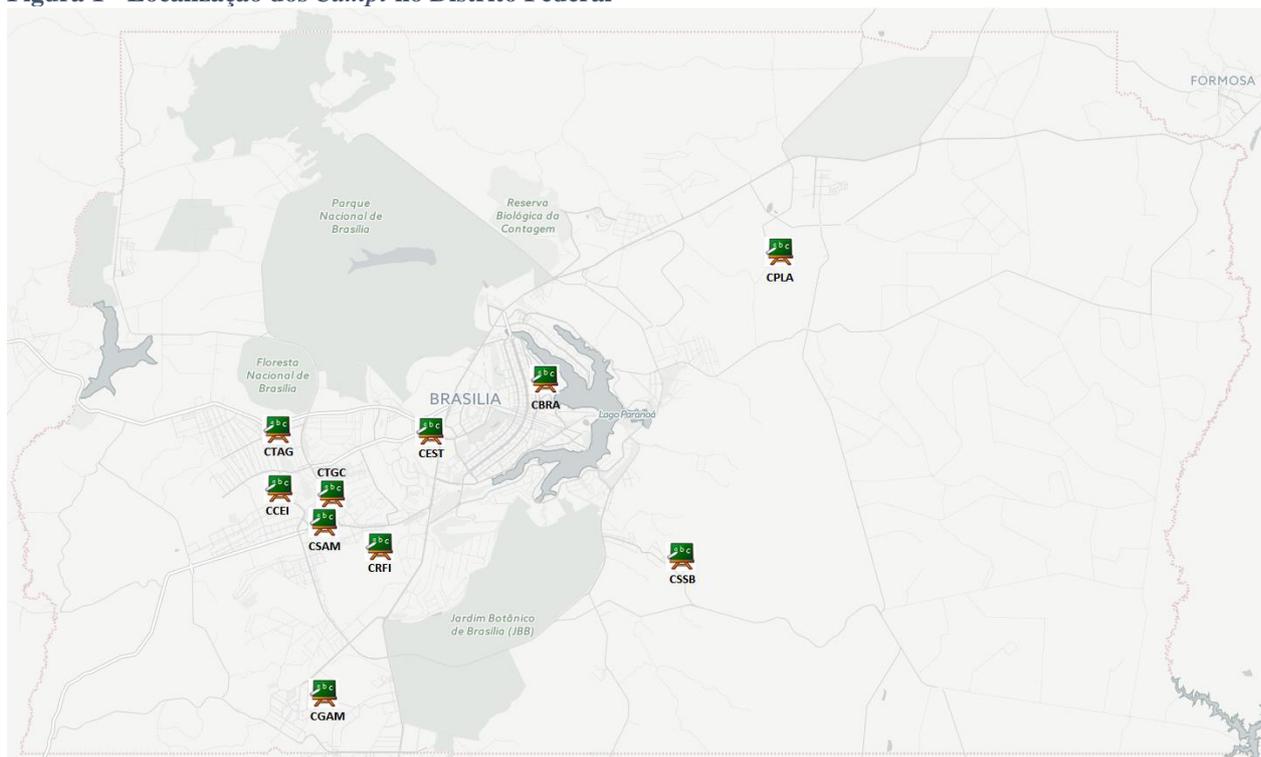
Portaria Normativa 008/2014	10/10/2014	Institui o Regulamento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Resolução CS nº 006/2015	15/05/2015	Estabelece as normas de funcionamento da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e do núcleo docente estruturante complementares ao Regimento Geral do IFB e dá outras providências.
Portaria Normativa 002/2016	02/05/2016	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB).
Resolução CS nº 014/2016	25/05/2016	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior (CS/IFB) no que concerne a este órgão colegiado e atualiza o Regimento Geral do IFB.
Resolução CS nº 017/2016	25/05/2016	Altera o Estatuto do Instituto Federal de Brasília, no que concerne ao Regimento Interno do Conselho Superior – CS/IFB.
Resolução CS nº 024/2016	22/09/2016	Altera o Regimento Geral do IFB no que concerne ao Regimento Interno do Conselho Superior do IFB (CS/IFB).
Resolução CS nº 035/2016	15/12/2016	Aprova a mudança de sede do <i>Campus</i> Taguatinga Centro para o Recanto das Emas.
Resolução CS nº 001/2017	08/02/2017	Aprova a estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília (IFB) e dá outras providências.
Resolução n.º 022/2017	22/06/2017	Criação do Grupo de Trabalho para orientar à PREN, no que tange à Reestruturação Educacional do IFB.
Resolução n.º 024/2017	07/07/2017	Aprova o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Brasília – IFB e atualiza o Regimento Geral do IFB, no que concerne a este órgão colegiado.
Resolução n.º 034/2017	11/12/2017	Estabelece as normas que regulamentam a relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e as Fundações de Apoio.

1.3 Ambiente de atuação

O Instituto possui *Campus* em nove Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal, são elas: RA I Plano Piloto - *Campus* Brasília; RA II Gama - *Campus* Gama, RA III Taguatinga - *Campus* Taguatinga e Taguatinga Centro; RA VI Planaltina - *Campus* Planaltina, RA IX Ceilândia - *Campus* Ceilândia; RA XII Samambaia - *Campus* Samambaia; RA XIV São Sebastião - *Campus* São Sebastião; RA XVII Riacho Fundo - *Campus* Riacho Fundo; e RA XXV SCIA - *Campus* Estrutural. A atuação do IFB, no entanto, abrange outras regiões do DF, atendendo a necessidade de formação profissional e tecnológica de populações de regiões administrativas vizinhas.

A figura abaixo representa a distribuição dos *Campi* do IFB no Distrito Federal:

Figura 1 - Localização dos *Campus* no Distrito Federal



Fonte: IFB em Números (<http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>)

▪ Espaço potencial de atuação e espaço ocupado

Para cumprir sua missão o Instituto Federal de Brasília oferta cursos técnicos, superiores e de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento de forma a ampliar as oportunidades de acesso ao ensino público e de qualidade em regiões administrativas mais carentes desse tipo de equipamento comunitário e com alta demanda para qualificação. Cada *Campus* atua com dois ou mais eixos tecnológicos de forma a oportunizar a verticalização do aprendizado pelo estudante.

Na sequência apresenta-se uma breve caracterização do espaço de atuação e ocupação de cada *Campus*:

Campus Brasília: localizado no plano piloto, é considerado *Campus* capital, com infraestrutura física diferenciada dos demais em termos de área construída. Em 2017, encerrou suas atividades com 3.966 alunos. O *Campus* oferta os seguintes cursos: Técnico em Informática e Técnico em Eventos, integrados ao ensino médio; Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Eventos, Técnico em Comércio e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade subsequente; ensino superior em Licenciatura em Dança, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Eventos, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Sistemas para Internet; pós-graduação em Gestão Pública; e cursos diversos de formação inicial e continuada. O curso de Licenciatura em Dança é a única licenciatura em dança no DF, avaliação máxima no SINAES = 5,0. Os demais cursos são os únicos de formação profissional público na área no DF.

Campus Ceilândia: localizado na região administrativa de Ceilândia, está situado à 26 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.155 estudantes. O *Campus* oferta curso técnico integrado em Eletrônica; cursos técnicos subsequentes em Equipamentos Biomédicos, Segurança do Trabalho, Eletrônica e Eventos; técnico concomitante ao ensino médio em Informática; graduação em Licenciatura em Letras – Língua Espanhola; e cursos diversos de formação inicial e continuada. O curso Técnico em Equipamentos Biomédicos ainda não é ofertado por nenhuma outra escola do Distrito Federal, nem mesmo do Centro-Oeste, e foi muito demandado pela comunidade, tendo em

vista a crescente demanda por profissionais dessa área. O *Campus* Ceilândia se destaca por ser o pioneiro na oferta de curso na modalidade EaD própria do IFB, com o curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

Campus Estrutural: está estrategicamente localizado na entrada da Cidade do Automóvel, cerca de 15 km do plano piloto. Nesta área existe a maior concentração de empresas que comercializam veículos novos e seminovos de diversas marcas além da existência de um número expressivo de oficinas de manutenção/repares de veículos automotores. Em 2017, encerrou suas atividades com 967 estudantes. O *Campus* oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Manutenção Automotiva, da modalidade Jovem Aprendiz, idiomas de inglês e espanhol, informática e gestão; Curso Técnico subsequente em Manutenção Automotiva e Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

Campus Gama: localizado na região administrativa do Gama, estando situado à 40 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.739 estudantes, de acordo com informações do portal IFB em Números. O *Campus* oferta cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Integrado em Alimentos, Integrado em Química e PROEJA em Administração; cursos técnicos subsequentes em Logística e Química; cursos superiores em Licenciatura em Química, Tecnólogo em Logística e Tecnólogo em Alimentos e cursos diversos de formação inicial e continuada como Panificação, Inglês, LIBRAS, dentre outros.

Campus Planaltina: localizado na região administrativa de Planaltina, está situado à 47 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 2.211 estudantes. O *Campus* oferta cursos técnicos nas modalidades integrado ao ensino médio e Subsequente, por meio da oferta de curso Técnico em Agropecuária e Agroindústria; no ensino superior, oferece o curso de Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Biologia. É o único *Campus* do IFB situado em área rural, sendo uma escola fazenda. Destaca-se a parceria desse *Campus* com o governo distrital no atendimento de pessoas com necessidades especiais por meio do método terapêutico e educacional da Equoterapia. O CPLA possui ampla estrutura física e riqueza ambiental constituída por parque ecológico, pastagens e áreas de produção vegetal e animal. Um grande diferencial é a presença de residência estudantil ofertada para todos os níveis de escolaridade e oportunidade de realização de estágio na própria instituição.

Campus Riacho Fundo: localizado na região administrativa do Riacho Fundo, está situado à 20 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.202 estudantes. O *Campus* Riacho Fundo atua no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, formando profissionais para atuarem na área de Gastronomia e Hospitalidade do DF, com cursos técnicos de Ensino Médio, Subsequente e PROEJA; contribui também na formação de professores para atuarem no ensino de Língua Inglesa e oferta cursos de formação inicial e continuada com vistas à atuação profissional. São ofertados cursos Técnicos Integrado ao ensino médio em Cozinha e em Hospedagem; curso Técnico Subsequente em Cozinha e em Panificação; curso superior de Licenciatura em Letras – Inglês; Técnico em Restaurante e Bar pelo PROEJA; e diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Samambaia: localizado na região administrativa de Samambaia, está situado à 20 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.809 alunos. O *Campus* oferta cursos Técnicos Integrados em Controle Ambiental e em Design de Móveis; PROEJA Técnico em Edificações; cursos Técnicos Subsequentes em Edificações, Controle Ambiental e Móveis; e curso superior de licenciatura em Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus São Sebastião: localizado na região administrativa de São Sebastião, está situado à 33 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.290 alunos. O *Campus* oferta cursos Técnicos Integrados ao ensino médio de Secretariado e Administração; cursos Técnicos Subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar; cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia e em Letras-

Língua Portuguesa e Tecnologia em Secretariado, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Taguatinga: localizado na região administrativa de Taguatinga, às margens da via Estrutural e está situado à 25 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.911 estudantes. O *Campus* atende especialmente três eixos tecnológicos: Eletromecânica, Informática e Vestuário. Na área de Eletromecânica, o *Campus* oferece dois cursos técnicos em Eletromecânica, um na modalidade integrado e outro subsequente e um curso superior de Tecnologia em Automação Industrial e um de Física. Na área de vestuário, tem-se um curso técnico subsequente em Vestuário, um PROEJA em Artesanato e um superior em Tecnologia em Design de Moda. Na área de informática, um curso técnico subsequente em Manutenção e Suporte em Informática e dois cursos superiores (bacharelado em Ciência da Computação e licenciatura em Informática). Na modalidade EAD, técnicos subsequentes em Segurança no Trabalho, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Oferta-se também uma Licenciatura em Física, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Taguatinga Centro: localizado no centro da região administrativa de Taguatinga, e está situado à 25 km do plano piloto. Em 2017, encerrou suas atividades com 1.917 estudantes. O *Campus* ofertou curso Técnico Subsequente em Comércio e em Segurança do Trabalho, curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e especialização em gestão pública, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Com relação aos cursos técnicos na modalidade a distância, vários *Campi* ofertam cursos técnicos em administração, logística, meio ambiente, segurança do trabalho e serviços públicos. Esses cursos estão distribuídos por 5 pólos de EaD no Distrito Federal.

▪ **Concorrentes e parceiros**

Os principais concorrentes do IFB são as demais instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, que atuam na educação básica, superior e profissionalizante. As principais instituições são as escolas do Distrito Federal de ensino médio e profissionalizantes, as escolas técnicas do SENAI e as universidades e faculdades, como, por exemplo, a Universidade de Brasília.

Por outro lado, ao mesmo tempo que essas instituições são concorrentes no que diz respeito a captação de estudantes, elas podem ser parceiras no requisito de oportunidade de estágio ou de desenvolvimento conjunto de ações de pesquisa.

Dentre os principais parceiros do IFB destacam-se a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a Universidade de Brasília, a Advocacia-Geral da União, ENAP, SENAC, IEL, Hospital Ana Nery, as administrações regionais, Fundação de Apoio à Pesquisa do DF, IBRAM, IPHAN, EMATER, EMBRAPA, Agência Brasileira de Estágio, Grupo Brasil, Instituto Blaise Pascal e os demais Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

▪ **Expectativas da população**

As maiores expectativas expressadas pelos cidadãos e estudantes são a ampliação das vagas e oferta de novos cursos, tanto em nível técnico quanto superior. Além disso, há o anseio acerca da importância da instituição para a formação de cidadãos e profissionais qualificados para ingressar no mercado de trabalho. Por parte dos estudantes, as expectativas se referem à inserção no mercado de trabalho, às oportunidades de participar de projetos de pesquisa e extensão e de aumento dos recursos destinados para a assistência estudantil. Do ponto de vista dos atores do mundo do trabalho (empresas, instituições, indústrias, ONG's) a expectativa é pela pesquisa aplicada e também pela formação qualificada de estudantes que poderão ser futuros trabalhadores dessas instituições.

No geral, o público atendido ou a ser atendido pelo IFB espera a oferta de um serviço público de qualidade e que lhes dê projeção profissional, econômica, educacional e até mesmo social. Uma formação profissional que garanta o ingresso no mercado de trabalho (ou que ao menos o aproxime dele), que o torne profissional melhor qualificado e o conduza a novos horizontes. Para isso, cobra transparência, além de eficácia, eficiência e efetividade na gestão das atividades fim e dos meios, sejam eles financeiros ou humanos. Há também, a expectativa da população quanto ao processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promovam a inclusão, interação dialógica e transformação da sociedade, levando em consideração a territorialidade.

▪ **Ameaças**

A maior ameaça para qualquer instituição é a restrição orçamentária, seja por meio da redução do orçamento anual aprovado seja por meio de decretos de contingenciamento dos valores aprovados. O orçamento limitado é uma barreira para responder no tempo adequado às demandas de manutenção da estrutura física que vierem apresentar sinais de desgaste natural de uso. Essa questão orçamentária também limita a ampliação de espaços para melhor controle de bens/estoques e otimização dos espaços que servem aos laboratórios

Ainda constitui como ameaça para o IFB o pouco conhecimento e clareza da população do Distrito Federal em relação ao serviço oferecido para a comunidade. É comum muitas pessoas da comunidade ligando para saber se realmente os cursos são gratuitos. A sensação de insegurança nas adjacências e acesso aos *Campi* do IFB também é considerada uma ameaça, aliado algumas vezes, a escassez de transporte público, de iluminação e de sinalização.

No quesito recursos humanos, notadamente da carreira dos técnicos administrativos, a atual política salarial é um dos motivos para a frequente rotatividade. A dificuldade de contratação de intérpretes, por questões legais impositivas também atrapalha o andamento das atividades, pois o número deles não atende ao número de estudantes e professores com deficiência auditiva, atualmente matriculados no instituto.

▪ **Oportunidades**

A nossa maior oportunidade está na própria sociedade que demanda por capacitação profissional. A procura por vagas este ano demonstra que a população já vê o IFB como importante instituição para a qualificação profissional.

As emendas parlamentares são uma das oportunidades para minimizar a ameaça da deficiência orçamentária. A localização do IFB também é um oportunidade, em face da proximidade para agendar reuniões com o MEC.

1.4 Organograma

Em conformidade com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura multicampi, tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo a Reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitorias. São consideradas unidades estratégicas: o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os *Campi*. O organograma completo do IFB encontra-se disponível no Anexo I deste relatório.

Quadro 4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas /Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do IFB, art. 26, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Wilson Conciani	Reitor	23-05-2011 à Atual
Gabinete da Reitoria- CHGB	Gerenciar a execução e a coordenação dos serviços do Gabinete, desenvolver política de gestão de documentos e de gestão arquivista e desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Reitor, conforme o art. 2 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Daniella Santiago Andrade	Chefe de Gabinete da Reitoria	12-07-2013 à Atual
PRÓ-REITORIAS				
Pró-Reitoria de Administração- PRAD	Supervisionar e acompanhar os procedimentos administrativos no que se refere a execução orçamentária e financeira, contábil, aquisições, gestão de bens e serviços e obras e reformas no âmbito do IFB, de acordo com o art. 29 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Simone Cardoso dos Santos Penteadó	Pró-Reitora de Administração	25-06-2013 à Atual
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PRGP	Planejar, propor, coordenar e supervisionar a execução da política de Gestão de Pessoas do IFB de forma sistêmica e integrada, de acordo com o art. 40 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Rodrigo Mendes da Silva	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	01/03/2017 à 31/12/2017
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional- PRDI	Planejar de forma estratégica institucional, a pesquisa e o controle dos dados institucionais, a avaliação institucional, a gestão da tecnologia da informação, o apoio às ações de comunicação social interna e externa, a mercadologia institucional e o planejamento da capacitação dos servidores, conforme o art. 26 do Estatuto do IFB*	Luciana Miyoko Massukado	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	01/01/2017 à 01/03/2017
Pró-Reitoria de Ensino - PREN	Planejar, coordenar, supervisionar, executar, fiscalizar e controlar as políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, e acompanhar a implementação dessas políticas, além de avaliar o seu desenvolvimento, de acordo com o art. 14 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Adilson César de Araújo	Pró-Reitor de Ensino -	06-06-2013 à Atual
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREX	Garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento profissional, científico e tecnológico, por meio de programas,	Giano Luis Copetti	Pró-Reitor de Extensão	01/01/2017 à 12/05/2017

	projetos, editais, parcerias, eventos, cursos, entre outros, promovendo a difusão de políticas de extensão e cultura, de acordo com o artigo 23 do anexo I da Resolução n.º 001-2017/IFB*	Cristiane Batista Salgado	Pró-Reitora de Extensão	16/05/2017 à Atual
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI	Definir e acompanhar as linhas de pesquisa, o fomento e a criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica, nacionais e internacionais. Coordenar e supervisionar projetos e grupos de pesquisa, além de promover ações com vistas à captação de recursos para financiamento de projetos, perante entidades e organizações públicas e privadas, de acordo com o art. 26 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Marley Garcia Silva	Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação	29/05/2015 à 03/07/2017
		Luciana Miyoko Massukado	Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação	03-07-2017 à atual
DIRETORIAS GERAIS				
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Brasília	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Philippe Tshimanga Kabutakapua	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Brasília	26-01-2016 à atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Ceilândia	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro	Diretor- Geral do <i>Campus</i> Ceilândia	10-01-2014 à atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Estrutural	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Marcelo Silva Leite	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Estrutural	10-01-2014 à atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Gama	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Rômulo Ramos Nobre Júnior	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Gama	12-02-2016 à atual

Diretoria Geral do <i>Campus</i> Planaltina	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Edilene Carvalho Santos Marchi	Diretora - Geral do <i>Campus</i> Planaltina	30-01-2015 à Atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Riacho Fundo	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Sérgio Barbosa Gomes	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Riacho Fundo	14-04-2014 à Atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Samambaia	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Fernando Dantas de Araújo	Diretor- Geral do <i>Campus</i> Samambaia	12-02-2016 à atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> São Sebastião	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Fernando Barbosa Vito da Silva	Diretor - Geral do <i>Campus</i> São Sebastião	30/09/2016 à atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Taguatinga	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Leonardo Moreira Leódido	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Taguatinga	07-03-2016 à Atual
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Taguatinga Centro	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, no âmbito do Campus, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os diversos segmentos, de acordo com o art. 47 do anexo I da Resolução n.º 01-2017/IFB*	Germano Teixeira Cruz	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Taguatinga Centro	01-09-2015 à Atual

Observação: Destaca-se que a relação na íntegra das competências de cada cargo citado acima está presente no Regimento Interno do IFB (Resolução nº 012/2012/CS-IFB com alterações na Resolução nº 01/2017/CS-IFB).

Fonte:

***Resolução n.º 012-2012: Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília - IFB Disponível em:**

<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/REGIMENTO%20GERAL%20DO%20IFB%20-%20organograma.pdf>.

***Resolução n.º 01-2017: Aprova a estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília (IFB) e dá outras providências Disponível em**

http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_Organograma%20IFB.pdf.

Acessado em 07 de fevereiro de 2017.

***Estatuto do IFB. Disponível em:**

<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/ESTATUTO%20IFB%20ATUALIZADO.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2018.

Portal do IFB: Boletins de Serviço. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/institucional/boletinsdeservico>.

Acessado em 14 de fevereiro de 2017.

1.5 Macroprocessos finalísticos

Dentre as atividades realizadas pela instituição, são consideradas finalísticas as relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Segue a descrição dessas atividades agrupadas em macroprocessos:

Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência Estudantil	Elabora diretrizes, políticas e estratégias a fim de subsidiar à equipe multiprofissional das CDAE nos <i>Campi</i> , com base na Política de Assistência Estudantil proposta pelo IFB, no que diz respeito ao atendimento/apoio pedagógico, psicológico e socioeconômico aos estudantes do IFB, colaborando para a igualdade de oportunidades, permanência e êxito na instituição.	<p><u>Serviços:</u> Coordenação das atividades dos setores de Assistência Estudantil dos <i>Campi</i> Assessoramento, acompanhamento e avaliação a Política de Assistência Estudantil, com apoio da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos <i>Campi</i>. Elaboração e atualização, regularmente, estudo técnico que subsidia a distribuição dos recursos entre os <i>Campi</i>. Proposição e colaboração em eventos culturais e multidisciplinares, na perspectiva da permanência e do êxito dos estudantes: Festival de Curtas, Encontros com Estudantes, CONECTA.</p> <p><u>Produtos:</u> Benefícios concedidos a 3661 estudantes por meio da Política de Assistência Estudantil em 2017.</p>	Gestores e Técnicos de <i>Campus</i> e comunidade interna em geral	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas Estudantis/ Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas Estudantis
Biblioteca	<p>Propõe, acompanha e Avalia projetos que promovem:</p> <p>a) o dimensionamento e gestão das ações das bibliotecas como instrumento de formação e melhoria do desempenho acadêmico; b) a elaboração de políticas, regulamentos e manuais e ações compartilhadas de</p>	<p><u>Serviços:</u> Elaboração de documento de diagnóstico das Bibliotecas (que dimensionam o seu nível de estruturação para fins de diagnóstico e acompanhamento da evolução nos produtos e serviços oferecidos aos usuários/ alunos). Finalização da Minuta da Política de Desenvolvimento de Coleções para o Sistema de Bibliotecas do IFB. Gerenciamento/ fiscalização do contrato de suporte técnico do sistema de automação das bibliotecas – SIABI.</p>	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas Estudantis

	<p>normalização e estabelecimento de diretrizes para documentos científicos;</p> <p>c) a administração no compartilhamento de recursos informacionais e implementação de atividades cooperativas entre instituições;</p> <p>d) o assessoramento no desenvolvimento de interfaces/instrumentos que promovam a divulgação dos serviços das bibliotecas;</p> <p>e) ações de integração entre as bibliotecas, seus usuários e públicos externos através de eventos, seminários e/ou simpósios;</p> <p>f) o fomento de práticas de inclusão nas bibliotecas.</p>	<p><u>Produtos:</u></p> <p>Hostsite das Bibliotecas do IFB para divulgação dos serviços oferecidos e informações pertinentes aos usuários.</p> <p>Lançamento do Boletim Informativo do Sistema de Bibliotecas do IFB (SIBIFB), Nº 1 e 2. (Para divulgação de seus produtos e serviços, ações locais e informações ligadas à leitura, à pesquisa e à informação.</p> <p>Documento de justificativa da necessidade de aquisição de sistema de segurança para as Bibliotecas do IFB.</p> <p>Versão digital do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos.</p> <p>Manual de Circulação de Materiais Bibliográficos (Para uso dos servidores atuantes nas Bibliotecas);</p> <p>Manuais de Catalogação de Materiais Bibliográficos (Para uso dos bibliotecários);</p> <p>II Encontro dos Profissionais das Bibliotecas do IFB.</p> <p>Participação no II CONECTAIF - Representação do Sistema de Bibliotecas (SIBIFB), subeventos: Qualific Express (Oficina de Origami, Oficina de Contação de Histórias, Oficina de Busca em Base de Dados e Estratégias Avançadas no Google); Feira de Iniciativas Econômicas Solidárias (Feira de Troca de Livros) e Vitrine dos Saberes (Lançamento do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFB).</p>		
Registro Acadêmico	<p>Assessora na estruturação e normatização dos procedimentos relacionados a certificação e registros da vida acadêmica dos alunos.</p> <p>Gere a aquisição e distribuição dos papéis utilizados para emissão de diplomas pelo setor.</p> <p>Colabora na implementação de recursos tecnológicos adequados, que permitem o acompanhamento da vida escolar do aluno por meio do Sistema de Gestão Acadêmica.</p> <p>Atende aos chamados realizados pelos usuários do Sistema de Gestão Acadêmica, em conjunto com a a equipe de desenvolvimento de sistemas da DTIC.</p>	<p><u>Serviços:</u></p> <p>Extração de dados do Sistema de Gestão Acadêmica para subsidiar os diversos setores da instituição e órgãos externos.</p> <p>Apoio aos Registros Acadêmicos no entendimento e aplicação de normas;</p> <p>Atendimento aos chamados realizados pelos usuários do SGA.</p> <p><u>Produtos:</u></p> <p>Certificados de conclusão do ensino médio e declarações de proficiência para participantes do ENCCEJA Exterior – Solicitante: INEP.</p>	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas Estudantis

	Faz a emissão dos certificados de conclusão do ensino médio e das declarações de proficiência para os participantes do ENCCEJA Exterior.			
Acesso e Ingresso de Estudantes	Coordena as ações de acesso e ingresso de estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino oferecidos pela instituição, por meio de processos de seleção orientados por políticas institucionais e por políticas nacionais relacionadas à educação.	Elaboração os cronogramas oficiais de processo seletivo. Realização os Processos Seletivos unificados para cursos técnicos e superiores. Treinamento os servidores dos <i>Campi</i> para utilização do Sistema de Gestão de Processos Seletivos. Proposição de normas e fluxos para acesso e ingresso. Atendimento e orientar os candidatos. Administração e propor melhoria para o Sistema de Gestão de Processos Seletivos - SGPS	Comunidade Acadêmica e Comunidade Geral	Pró-reitora de Ensino/Diretoria de Políticas Estudantis/Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil
Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica	Acompanha a política de ensino da instituição; Propõe e articula ações estratégicas, em conjunto com a Coordenação de Assistência Estudantil, que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes. Assessora as Coordenações Pedagógicas e demais áreas do Instituto, assim como servidores técnicos e docentes, para o bom andamento dos processos de ensino e aprendizagem. Orienta e normatiza procedimentos relacionados à área da Educação. Desenvolve projetos de formação dos profissionais da educação.	Serviços: Coordenação as atividades dos setores de Coordenação Pedagógica dos <i>Campi</i> . Realização pareceres de documentos e processos ligados ao Ensino. Promoção de cursos e fóruns de formação continuada em Educação para os servidores técnicos e docentes da instituição.	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/ Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica
Educação a Distância	Estabelece as diretrizes para o funcionamento, acompanhamento e avaliação dos cursos a serem realizados nos pólos EaD. Administra os recursos financeiros e humanos necessários a estruturação e manutenção do pólos. Assessora os <i>campi</i> na implantação dos cursos técnicos da rede e-TEC, do Pró-funcionário, Mediotec, E-tec Idiomas, Subsequentes e FIC, além da EaD própria.	Serviços: Publicação de Editais de contratação de equipe (bolsistas): Editais nº 24/2017, 25/2017, 26/2017, 30/2017 e 45/2017. Pactuação com o MEC de cursos Subsequentes e FIC para oferta nos 10 campi da EaD. Adesão ao sistema UAB. Migração do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) para o Bolsa-Formação. Produção de notas técnicas para regulamentar as atividades dos bolsistas. Notas nº 02/2017 e 06/2017. Produção de minuta de regramento para uso do Moodle.	Comunidade acadêmica e comunidade em geral	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Educação a Distância

		<p>Desvinculação de tutores dos projetos EaD. Contratação e formação de professores para executar os cursos EaD nos campi. Produção própria de conteúdo (com publicação pela Editora IFB). Mapeamento de processos e definição de fluxos das atividades desenvolvidas na EaD Formação de professores da modalidade presencial para uso de metodologias da EaD em formato híbrido. Desenvolvimento do V Fórum EaD realizado no Conecta IF.</p>		
Coordenação-Geral de Ensino	<p>Assiste a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino no planejamento, implantação e acompanhamento das atividades do ensino técnico e graduação em todas as suas formas em articulação com a COGAP; Assessora os Campi no cumprimento da legislação referente à oferta de vagas para os cursos técnicos e graduação; Propõe diretrizes e normas para as atividades inerentes aos diferentes níveis e modalidades de ensino; Acompanha a elaboração dos planos de cursos de qualificação profissional, graduação, técnicos subsequentes, integrados e concomitantes a partir de documentos orientadores; Planeja e operacionaliza as condições para o desenvolvimento das atividades de ensino em conjunto com os coordenadores gerais de ensino e coordenadores de cursos dos Campi; Planeja, orienta, supervisiona e apoia os Campi na oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.</p>	<p>Serviços: Coordenação das atividades dos coordenadores de Graduação dos <i>Campi</i> Avaliação, em colaboração com a COGAP, os Planos de Curso quanto a sua estrutura, conteúdo e orientações pedagógicas; Colaboração com a formação dos profissionais do ensino. Revisão os calendários acadêmicos dos Campi Revisão de planos de curso Análise de planos de curso Produtos: Revisão do PPI Construção do PPE</p>	Gestores e Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/Coordenação Geral de Ensino
Pesquisador Institucional	Gerencia o preenchimento dos instrumentos institucionais junto aos sistemas educacionais vigentes;	Orientação os Campi nos procedimentos relativos à visita de avaliação in loco para o reconhecimento de curso;	Gestores	Pró-Reitoria de Ensino/ Pesquisador Institucional

	<p>Conduz e colabora com os processos de regulação, supervisão e avaliação da Educação Superior;</p> <p>Acompanha e orienta os Campi quanto à legislação referente aos cursos superiores;</p> <p>Mantem interlocução com todos os órgãos e setores ligados às atividades de regulação e acompanhamento da Educação junto ao MEC, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE);</p> <p>Interpreta mudanças no sistema educativo, dando suporte às atividades acadêmicas e administrativas da instituição.</p>	<p>Registro no sistema e-MEC as informações relativas a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores.</p> <p>Registro no sistema e-MEC as informações relativas ao credenciamento da instituição de ensino superior.</p> <p>Realização abertura de demandas no sistema de autoatendimento do MEC;</p> <p>Coordenação o preenchimento dos censos da Educação Básica e da Educação Superior;</p> <p>Realização o enquadramento/accompanhamento de cursos no ENADE</p> <p>Realização o cadastro de curso e perfil de "assessor de unidade de ensino" no SISTEC;</p> <p>Elaboração o Termo de Adesão do Sisu para primeiro e segundo semestre em interação com o processo seletivo</p>		
--	---	---	--	--

Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão)

Macroprocessos	Descrição	Produtos & Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Parcerias com a Sociedade	Formalização de Acordos de Cooperação Técnica que objetivam parcerias de ensino, pesquisa e extensão.	Acordos de Cooperação	<i>Campi & Empresas / Instituições</i>	DPAS
	Formalização de Convênios de Estágio que objetivam proporcionar experiências práticas para estudantes do IFB no mundo do trabalho.	Convênios de Estágio	Estudantes & Empresas / Instituições	
	Relação com o mundo do trabalho e sociedade.	Palestras, Cursos, Oficinas, Projetos		
Editais de Programas Projetos de Extensão	Publicação de editais em conjunto com Ensino, Pesquisa e Extensão.	EDITAL Nº 01/RIFB (intercâmbio), de 10 de novembro (24 propostas selecionadas). CHAMADA PÚBLICA 03/2017 (CONNECTA IF) CHAMADA PÚBLICA IFB Nº 06/2017, (CONNECTA IF)	Servidores do IFB, servidores da rede, estudantes e comunidade externa.	PREX, PREN, PRPI

		CHAMADA INTERNA Nº 02/RIFB, DE 01 DE JUNHO DE 2017 (RELATOS DE PRÁTICAS INTEGRADORAS EXITOSAS)		
	Publicação de Editais de Extensão com fomento.	EDITAL Nº 42/2017 (Integratec), 02 propostas selecionadas. EDITAL Nº 43/2017 (Qualific) 05 propostas selecionadas. EDITAL Nº 44/2017 (Projetos) 22 propostas selecionadas.	Servidores do IFB, estudantes e comunidade externa.	DPAS
	Registro de projetos de extensão sem fomento.	106 projetos registrados. Lançamento do EDITAL Nº 41/2017 (edital de fluxo contínuo para novas submissões em 2018).	Servidores do IFB, estudantes e comunidade externa.	DPAS / Coordenadores de Extensão e Estágio dos <i>Campi</i> (CDEE)
Eventos de Extensão	Aproximar o mundo do trabalho do universo da educação e o desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva, por meio de oficinas de extensão.	Qualific Express	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	DPAS
	Festival de Arte e Cultura para promover expressões artísticas (dança, música, poesia e a realização do 2.º Festival de curta-metragem)	Festival de Arte e Cultura (em parceria com a PREN)	Servidores, servidores da rede, estudantes, e comunidade.	DPAS e PREN
	Oportunizar encontro de empresas com mão de obra qualificada para ingressar no mercado de trabalho.	III Feira de Estágio e Emprego	Estudantes e Egressos do IFB	DPAS
	Oportunizar o diálogo entre empresas, instituições sociais, professores e gestores do IFB sobre o mercado de trabalho, o perfil do profissional dos estudantes e cursos.	Conexão Empresarial	Empresas, Instituições & <i>Campi</i>	
	A Expo IF foi um espaço em que empresas de diferentes ramos, parceiros, os campi do IFB e outros Instituto Federais puderam expor e demonstrar os produtos, processos e/ou serviços, promovendo a inovação e atualizando visitantes quanto a informações sobre o mercado, tendências do consumo, canais de distribuição mais eficazes, além de estreitamento de relação entre os visitantes e expositores	EXPOIF	Empresas, Instituições & <i>Campi</i>	DPAS
	Esta iniciativa buscou propiciar à comunidade do IFB a oportunidade de apresentar os produtos advindos dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Foram apresentados produtos agroecológicos, produtos	Forum de Iniciativas Econômicas Solidárias	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	DPAS

	derivados do coco, móveis produzidos no curso de Técnico em Móveis, colares e artesanatos, produtos agropecuários, dentre outros, totalizando 05 projetos. O Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal também foi convidado para que apresentasse seus produtos. O Instituto Federal do Mato Grosso também trouxe seus produtos para a feira.			
	Fomentar reflexões sobre a importância do Programa de Aprendizagem para os alunos, considerando a manutenção	10º Reunião Extraordinária do fórum de aprendizagem do DF . Palestra sobre empreendedorismo.	Servidores do IFB, comunidade externa.	CPIN / DPAS/ Parceria com o Forum Distrital de Aprendizagem / Engemat
	Fomentar a reflexão sobre os assuntos abordados nas diversas áreas (raça, gênero, imigração, necessidades específicas, e diversidade sexual) e proporcionar debates acerca das possibilidades de atendimento frente às novas demandas educacionais favorecendo a inclusão.	VI Fórum de EPT inclusiva	Comunidade interna e externa	CPIN
		Ciclo de ações sobre Cultura, Extensão e inclusão. 1- Palestra: Violência Contra a Mulher (Campi São Sebastião e Estrutural) 2- Semana Distrital de Luta contra a AIDS 2017. (Campi Samambaia, Ceilândia e Planaltina) 3- Palestra “Inclusão, aprendizado e desenvolvimento”	Servidores do IFB, estudantes e comunidade externa.	CPIN / Parceria com a Casa da Mulher Brasileira. CPIN / Parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do Distrito Federal/GDF CPIN/parceria com o MOAB
	Fomentar reflexões sobre o autismo, sobre a inclusão de pessoas com autismo nos vários espaços, inclusive o escolar.	Seminário Nacional sobre o Autismo	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	CPIN/ Parceria com o MOAB (Movimento do orgulho Autista Brasileiro)
	Fomentar as discussões sobre as ações dos núcleos e do IFB na garantia da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas no acesso, permanência e êxito	Encontro de Napne	Servidores do IFB, servidores da Rede,	CPIN

	na educação profissional. Possibilitar a compreensão do papel do NAPNE para uma Instituição de Educação Profissional.		estudantes, egressos e comunidade externa.	
	Promover aos participantes a troca de conhecimentos específicos, experiências e o desenvolvimento de novas habilidades por meio das oficinas.	Encontro de Tradutores e Intérpretes de Libras do IFB	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	CPIN
	Promover a participação dos Estudantes em Eventos Esportivos	Jogos dos Institutos Federais (JIFs) – etapa local, regional e nacional.	Servidores do IFB, estudantes do IFB	PREX
Cursos e Oficinas	Integrar os estudantes e servidores com a comunidade e a troca de saberes; contribuir para a formação profissional, cidadã e crítica dos discentes; proporcionar aquisição de capacidades indispensáveis para poder iniciar o exercício de uma profissão; aprimorar, atualizar ou aprofundar habilidades técnicas em uma área específica do conhecimento; qualificar trabalhadores, a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mundo do trabalho.	52 oficinas ofertadas pelo Qualific Express	Servidores, estudantes; egressos e comunidade externa.	DPAS
	Proporcionar formação na área de adaptação curricular inclusiva	A Inclusão e a Adaptação Curricular	Servidores do IFB e comunidade externa	Parceria PREX / Creative
	Proporcionar formação na área de atendimento especial para autistas.	Atendimento Educacional para Classes Especiais de alunos autistas	Servidores do IFB e comunidade externa	Parceira PREX / Centro Educacional de Ensino Especial 01 de Taguatinga da Secretaria de Educação do GDF
Egressos	Desenvolvimento e coordenação da política de Egressos do IFB	Política de Egressos do IFB	Comunidade Acadêmica	PREX
Estágio	Organiza os dados enviados pelos parceiros sobre as vagas de estágio disponíveis para publicação de boletim. Orienta os procedimentos relacionados ao estágio de acordo com a legislação em vigor. Articula e orienta os <i>campi</i> sobre a política de oferta de estágio no IFB. Implementa procedimentos tecnológicos que possibilite ao estudante a vivência da profissão ainda enquanto aluno, colaborando com a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.	Coordena as atividades dos Coordenadores de Extensão e Estágio (CDEE) dos <i>Campi</i> . Produto: Feira de Estágio e Emprego no CONECTA IF. Boletins semanais de vagas de estágio. Convênios de Estágio.	Comunidade Acadêmica	PREX / DPAS / Coordenadores de Extensão e Estágio.

	Gere e estabelece processos de parceria com outros órgãos para execução do estágio.			
--	---	--	--	--

Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa	<p>- acompanhar a oferta dos cursos de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu ofertados para a comunidade;</p> <p>- estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia por meio da pesquisa aplicada, buscando a interação com o setor produtivo e soluções técnicas e tecnológicas para situações específicas. Este desenvolvimento está relacionado ao apoio institucional aos grupos de pesquisa, cadastrados e certificados, bem como na consolidação dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFB, em parceria com agências financiadoras, como CNPq e FAP-DF. Ademais, destaca-se o fomento a projetos de Inovação Tecnológica, por meio de programas específicos, como o FABIN (Fábrica de Ideias Inovadoras) e editais de pesquisa aplicada institucional.</p> <p>- divulgar a produção científica e tecnológica por meio por meio da Editora IFB que realiza lançamento de livros e gerencia o Periódico Científico do IFB - Revista Eixo. A produção científica e tecnológica é também divulgada no evento anual denominado Conecta IF, que é gratuito e aberto a toda comunidade.</p>	<p>Aprovação de dois novos cursos de pós-graduação: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica a ser ofertado no 2º semestre/2018 Especialização em Ensino de Humanidades e linguagens a ser ofertado no 2º semestre/2018</p> <p>Lançamento de editais de fomento à pesquisa: a) 06 editais vinculados aos programas de Iniciação Científica e Tecnológica, com recursos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal) e recursos do orçamento da PRPI, totalizando 114 projetos de pesquisa aprovados. b) 02 editais vinculados ao Programa FABIN, totalizando 35 ideias inovadoras selecionadas e financiadas com recursos da PRPI. c) 01 edital para o fortalecimento dos grupos de pesquisa do IFB no Programa Progrupos – modalidade Produtos educacionais, com 08 projetos selecionados com financiamento da PRPI/IFB. d) 01 edital integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, para seleção de projetos de intercâmbio estudantil com 24 projetos selecionados com financiamento da PREN/IFB. e) 01 edital de pesquisa aplicada institucional com 01 projeto selecionado com financiamento da PRPI.</p> <p>Divulgação Científica e Tecnológica Lançamento de 28 livros da Editora IFB e outras editoras Lançamento de 03 edições da Revista Eixo Apresentação de projetos científicos e tecnológicos durante o Conecta IF nos seguintes sub-eventos: VII Semana de Produção Científica (300 posters), Fábrica de Ideias Inovadoras (35 protótipos), Desafio de Projetos sobre manufatura aditiva em conjunto com empresa Apresentação de projetos científicos e tecnológicos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia Execução do Desafio de Projetos no IV Encontro de municípios para o desenvolvimento sustentável</p>	Alunos, docentes, servidores administrativos, terceirizados e comunidade externa.	Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Coordenação de Publicações – CDPB

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Este capítulo trata da forma como IFB planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas previstos para o exercício. Está estruturado em três grandes eixos: planejamento organizacional, desempenho orçamentário e apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

2.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento do Instituto Federal de Brasília compreende um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores, metas e planos anuais de ação, estabelecidos com vistas ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro. Essa ferramenta de gestão, em conjunto com o Projeto Pedagógico Institucional, fundamenta o Plano de Desenvolvimento Institucional, documento exigido pela Lei nº 10.861/2004 que estabelece as diretrizes de atuação e o horizonte a ser percorrido por um período de cinco anos. O PDI vigente da instituição encontra-se disponível na aba “Acesso à Informação/Institucional/Normas Internas” do Portal do IFB (www.ifb.edu.br).

A figura abaixo representa a estrutura do planejamento institucional, nele compreendidos o planejamento estratégico para o quinquênio de vigência do PDI e o planejamento anual, formado pelos planos de ação de cada exercício:

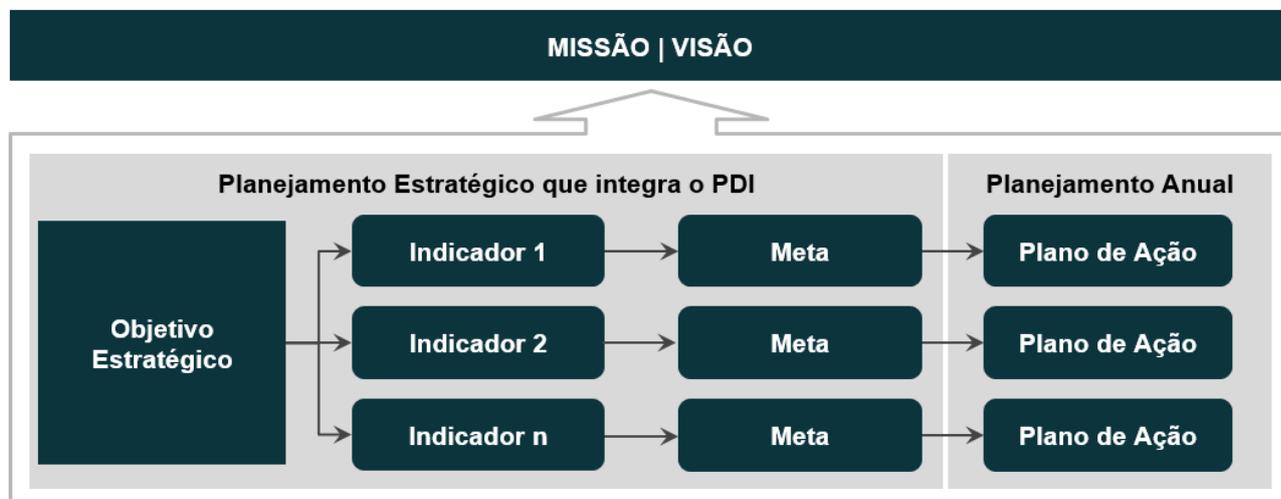


Figura 2 - Estrutura básica do Planejamento Organizacional
Fonte: CGPL

O Planejamento Estratégico, que integra o PDI, foi construído com base no sistema de medição de desempenho e de gestão da estratégia denominado *Balanced Scorecard* (BSC), que tem, dentre seus objetivos, esclarecer, traduzir e comunicar a visão e a estratégia a todos os níveis da organização. A partir desse modelo foram estabelecidas quatro perspectivas, dezesseis objetivos estratégicos e cinquenta e quatro indicadores, com metas para cada exercício de vigência do PDI, abrangendo estratégias para a Reitoria e para os dez *Campi*. Segue o mapa estratégico da instituição, com a representação gráfica do conjunto de perspectivas e objetivos estratégicos da instituição:

MAPA ESTRATÉGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB
PDI 2014/2018

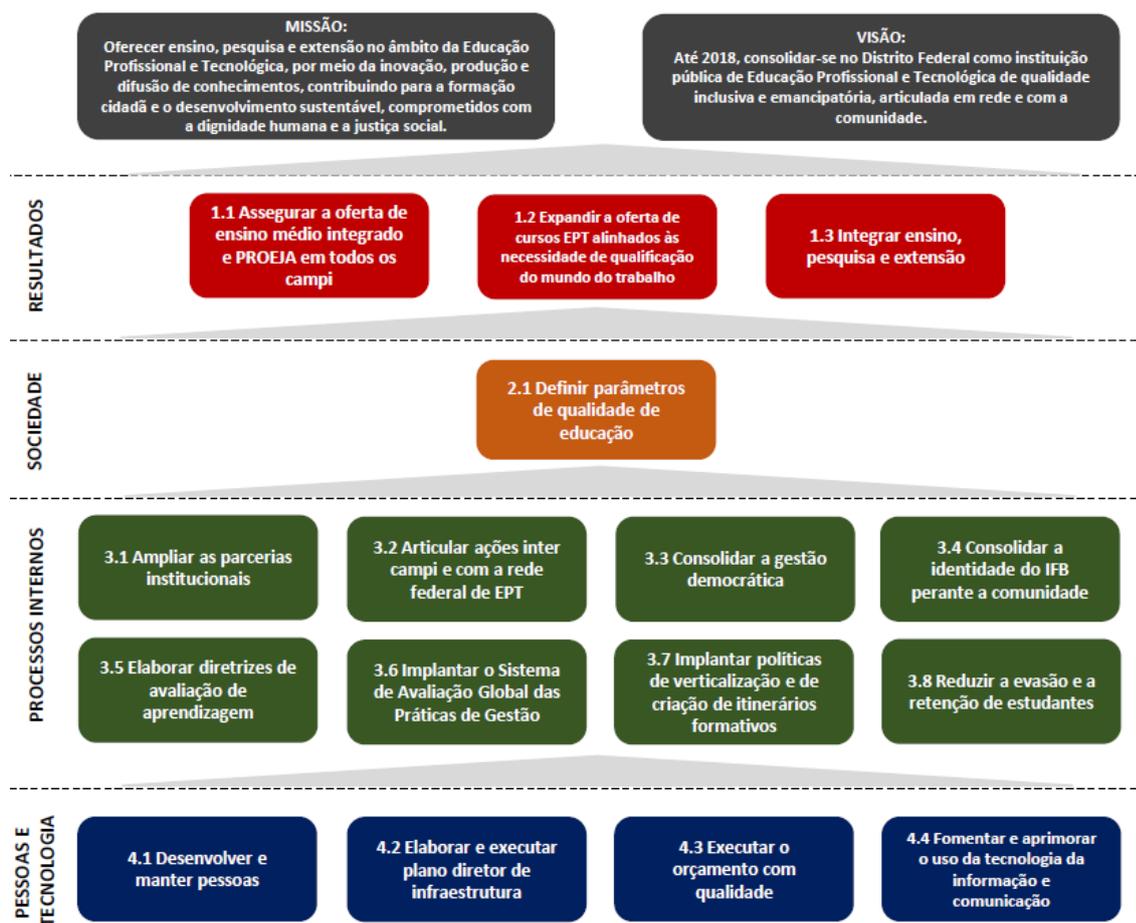


Figura 3 - Mapa estratégico do IFB
Fonte: PDI/IFB 2014-2018 (com adaptações)

A partir dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional, a instituição elaborou o Planejamento 2017, que contemplou metas e planos de ação para a Reitoria e para os *Campi*. Os planos de ação foram elaborados em evento realizado com esta finalidade, com a participação dos *Campi* e unidades da Reitoria. A partir do alinhamento estratégico dessas unidades e estabelecimento dos cursos das ações, o planejamento foi inserido no Sistema de Gestão Integrado (SGI), com a indicação do o que seria feito, do responsável, do prazo previsto de início e de conclusão e do nível de prioridade em relação as demais ações.

Esse planejamento contou com 19 unidades, totalizando 608 ações. O resultado geral desse planejamento consta do item 2.4 – *Apresentação e análise de indicadores de desempenho* e o quantitativo de ações executadas por Perspectiva e Objetivo Estratégico consta do Anexo II deste Relatório. Mais detalhes sobre o planejamento institucional e o resultado dos planos de ação por unidade podem ser obtidos no projeto *Planejamento 2017* do SGI, disponível na rede interna do IFB em http://sgi.prdi.ifb.edu.br/projects/plan_17, ou por meio da Dashboard da Diretoria de Planejamento e Orçamento, disponível na rede interna em: dashboard.drpo.ifb.local/.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico do IFB contempla 48 indicadores relacionados aos 16 objetivos estratégicos, distribuídos por quatro perspectivas do BSC: Resultados, Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Tecnologia. Segue a descrição sintética desses objetivos:

Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos

■ Resultados

1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>campi</i>
Garantir, até 2018, a oferta do ensino médio integrado em todos os <i>campi</i> do IFB que obedecem as diretrizes e demais legislações relacionadas a esta oferta e implantar a oferta de PROEJA nos <i>campi</i> do IFB em sintonia com a necessidade da comunidade
1.2 Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidade de qualificação do mundo do trabalho
Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT): formação inicial e continuada, ensino médio integrado e PROEJA
1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão
Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB - gestores, docentes, discentes, comunidade - nos processos de ensino, pesquisa e extensão

■ Sociedade

2.1 Definir parâmetros de qualidade de educação
Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho

■ Processos Internos

3.1 Ampliar as parcerias institucionais
Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes
3.2 Articular ações <i>intercampi</i> e com a rede federal de EPT
Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas
3.3 Consolidar a gestão democrática
Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um <i>locus</i> privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos
3.4 Consolidar a identidade do IFB perante a comunidade
Visa fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade
3.5 Elaborar diretrizes de avaliação de aprendizagem

Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras
3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB
3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos
Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos
3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes
Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais

Pessoas e Tecnologia

4.1 Desenvolver e manter pessoas
Desenvolver pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor
4.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura
Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB
4.3 Executar o orçamento com qualidade
Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais
4.4 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação
Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (Atualizado pela Resolução nº 016/2017)

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implantação do planejamento estratégico em vigor acompanhou a elaboração do PDI do IFB para o quinquênio de 2014 a 2018. A metodologia utilizada para elaboração e implementação desse planejamento consta do próprio PDI, que pode ser acessado por meio do portal do instituto: Página Inicial > Acesso à Informação > Institucional > Normas Internas do IFB.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos estratégicos do IFB visam cumprir as competências institucionais previstas nos normativos e nos demais documentos que norteiam a atuação do instituto, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos

Objetivo Estratégico	Indicador	Competência institucional
1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi	1.1.1 Número de campus ofertando ensino médio integrado por ano; 1.1.2 Número de campus ofertando PROEJA por ano;	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino

		fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
1.2 Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidade de qualificação do mundo do trabalho	<p>1.2.1 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho por Campus</p> <p>1.2.2 Percentual de alunos matriculados licenciatura por campus</p> <p>1.2.3 Percentual de alunos matriculados PROEJA por campus</p> <p>1.2.4 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio por campus</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso VI: VI - ministrar em nível de educação superior: b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 8º: Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.</p>
1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão	<p>1.3.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão</p> <p>1.3.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão</p> <p>1.3.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão</p>	<p>Constituição Federal Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996) § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.</p>
1.5 Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB	<p>2.1.1 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus</p> <p>2.1.2 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação</p> <p>2.1.3 Percentual de docentes com formação pedagógica</p> <p>2.1.4 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício</p> <p>2.1.5 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Incisos V e VI: V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p> <p>Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 2: Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o</p>

		número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.
3.1 Ampliar as parcerias institucionais	3.1.1 Número de parcerias de estágios vigentes 3.1.2 Número de parcerias internacionais 3.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes 3.1.4 Número de parcerias regionais vigentes	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
3.2 Articular ações intercampi e com a rede federal de EPT	3.2.1 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano	Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 17: Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais.
3.3 Consolidar a gestão democrática	3.3.1 Fórum institucional para discussão de políticas internas 3.3.2 Número conferências de avaliação do PDI 3.3.3 Número de eventos relacionados à Gestão Democrática	Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso VIII: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão	3.6.1 Eventos de avaliação institucional por campus 3.6.2 Percentual de colegiado que realizam auto avaliação anual 3.6.3 Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação global das práticas de gestão	Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso IX: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX - garantia de padrão de qualidade;
3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	3.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos 3.7.2 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação 3.7.3 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior	Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Inciso III: III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes	3.8.1 Índice de eficácia - concluinte em função do nº de vagas ofertadas por turma 3.8.2 Percentual de alunos evadidos 3.8.3 Percentual de alunos retidos	Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário: Indicadores para a rede federal de EPCT, relacionados à retenção e à evasão.
Fonte: CGPL/DRPO		

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O acompanhamento do planejamento anual do IFB é realizado por meio do Sistema de Gestão Integrado. Esse sistema, estruturado em projetos, abarca as metas e ações de cada unidade. Por meio dele, os setores indicam os responsáveis por cada meta e ação, determina os prazos para realização das tarefas e atualiza a situação de acordo com o andamento dos trabalhos. O monitoramento é em tempo real, por meio do próprio ambiente gráfico do sistema, ou mediante extração de dados, disponível na ferramenta.

Além do monitoramento contínuo da execução do planejamento por meio do SGI, são realizados dois balanços do planejamento em um exercício. No primeiro balanço, previsto para o

início do segundo semestre, as unidades avaliam, via sistema, a situação das ações e alteram, se for o caso, os prazos e os responsáveis. No segundo, previsto para o início do ano seguinte, os planos de ação e os respectivos resultados são submetidos a apreciação do Conselho Superior, que emite.

Ao final do exercício de 2017 foi disponibilizada *dashboard* sobre o planejamento anual da instituição. Essa plataforma apresenta a situação dos planos de ação do planejamento anual por Perspectiva, Objetivo Estratégico e Indicador do PDI, e permite consulta aos dados do projeto por situação das ações (finalizadas, iniciadas e não iniciadas), situação dos prazos das ações (adiantado, em atraso e no prazo) e envolvidos/responsáveis (setor e servidor).

A partir da plataforma, as unidades podem realizar o balanço do planejamento em tempo real e acompanhar a distribuição de tarefas por setores e servidores, auxiliando o gerenciamento das demandas e a tomada de decisão.

A plataforma IFB em números, disponibilizada na rede interna do IFB em 2015 e no portal da instituição em 2016, também é utilizada para monitorar indicadores de gestão e outras informações consideradas estratégicas para a instituição. Com informações gerenciais, o IFB em números permite que os gestores visualizem os resultados dos indicadores do TCU, TAM e indicadores de Permanência e Êxito, o quantitativo de alunos por diversas categorias, os cursos ofertados por ano e modalidade, a série histórica do censo da educação superior, dentre outras. Em 2017 a plataforma foi ampliada com o desenvolvimento de mais dois novos módulos, os módulos Orçamento e Ouvidoria. O módulo Orçamento permite aos gestores e a qualquer cidadão acompanhar como são gastos os recursos orçamentários destinados à instituição, já o módulo Ouvidoria apresenta dados sobre os chamados que são abertos para pedidos de informações, demonstrando estatísticas de chamados por setor, média de dias de atendimento dos chamados, bem como as palavras mais frequentes nos chamados que são abertos.

2.3 Desempenho orçamentário

Este item tem por objetivo informar sobre a programação e execução do orçamento do IFB no exercício de 2017. São relacionadas a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento, assim como as conexões do orçamento da instituição com os objetivos do PPA. Evidencia também, de forma sucinta, as eventuais dificuldades enfrentadas na execução do orçamento e os reflexos no cumprimento dos objetivos organizacionais.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade do IFB relacionadas ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) e o Orçamento de Investimentos (OI) é o conteúdo deste tópico. São apresentadas as dotações orçamentárias por ação, o montante das despesas realizadas, os restos a pagar a ela relacionadas, bem como a comparação entre metas físicas e financeiras estabelecidas e a execução efetiva.

AÇÕES DO OFSS

Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial					
Código	2080.20RG				Tipo: Atividade	
Título	Expansão e Reestruturação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos				Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.926.829,00	2.926.829,00	2.911.627,04	243.243,52	243.243,52	-	2.668.383,52
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.		Projeto Viabilizado	1	-	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.346.470,25	2.182.640,07	0,01	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto Viabilizado	04
Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial				
Código	2080.20RL			Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				

Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos				Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.694.626,00	29.694.626,00	25.328.091,73	19.154.703,54	18.537.515,33	617.188,21	6.173.388,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.		Estudante Matriculado	14.136	-	18.165	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.580.196,01	3.416.039,03	613.237,17	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais;	Estudante Matriculado	18.165	

			manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.			
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2080.2994				Tipo: Atividade	
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos				Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Paga	Processados	Não Processados
6.153.657,00	6.153.657,00	5.693.407,13	4.403.376,73	4.326.476,75	76.899,98	1.290.030,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o		Benefício Concedido	3.000	-	3.661	

aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
971.334,79	655.694,45	253.812,94	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício Concedido	3.361
Fonte: Tesouro Gerencial - Extração: 01/02/2018					

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2031.6358			Tipo: Atividade	
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.				
Objetivo	0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação da escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional				
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
810,00	-	430,00	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico Administrativos, etc) oportunidade de capacitação visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	Pessoa Capacitada	1
Fonte: Tesouro Gerencial - Extração: 01/02/2018					

ACÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	2080.20RG						Tipo: Atividade
Título	Expansão e Reestruturação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.						
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos						Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.926.829,00	2.926.829,00	243.243,52	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de	Projeto Viabilizado	1	-	2

			custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.					
Identificação da Ação								
Código	2080.20RL						Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.							
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.							
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos						Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
546.236,00	1.617.063,00	52.161,65	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados;	Estudante Matriculado	14.136	-	18.165	

			pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.					
Identificação da Ação								
Código	2080.2994						Tipo: Atividade	
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica							
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.							
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.							
Programa	Código: 2080 - Educação de Qualidade Para Todos						Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
602.536,00	810.029,00	108.844,00	Fornecimento de alimentação,	Benefício Concedido	3.000	-	3.661	

			atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.				
--	--	--	---	--	--	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial - Extração: 01/02/2018

Análise situacional

Quanto à execução das metas, apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas, todas as metas previstas foram atingidas em sua totalidade. Segue a análise por ação:

- Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A dotação inicial da ação 20RG no PLOA de 2017 foi de R\$ 2.926.829,00. Dos créditos da ação 20RG, foram empenhados 99,5%. O crédito não foi empenhado em sua totalidade por ausência de limite de empenho. Como os limites de empenho de investimento não foram liberados em sua totalidade e considerando a necessidade de equipamentos e de obras, o IFB optou por utilizar os limites de custeio para atender as despesas com investimento.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como processados referem-se às notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à ausência de recurso financeiro. Os Restos a Pagar Não Processados referem-se aos empenhos para aquisição de equipamentos para laboratórios emitidos ao final do exercício e que ainda não foram entregues, bem como as obras empenhadas ao final do exercício, não havendo, portanto, tempo hábil para a liberação da ordem de serviço.

- Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A dotação inicial da ação 20RL na LOA de 2017 era de R\$ 29.694.626,00 incluindo a previsão de arrecadação com receitas próprias e uma emenda individual no valor de R\$ 200.000,00.

Com o contingenciamento orçamentário no início do exercício várias despesas importantes, com serviços de terceirização, foram cortadas, trazendo prejuízos os serviços de limpeza, segurança e apoio na instituição. Com a liberação dos limites de empenho de custeio em sua totalidade somente no final do exercício e diante da necessidade de vários equipamentos de laboratório essenciais e demais despesas de investimento, o IFB optou por utilizar os limites de empenho de custeio para atender despesas de investimento.

Os limites de empenho de investimento sofreram contingenciamento de 40% (quarenta por cento).

A ação 20RL sofreu alteração orçamentária ao longo do exercício. O IFB solicitou remanejamento, no valor de R\$ 1.070.827,00, de custeio para investimento diante das diversas necessidades das unidades, muito além do total disponível no orçamento do órgão.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como processados referem-se a notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à ausência de recurso financeiro. Os Restos a Pagar Não Processados referem-se aos empenhos para aquisição de equipamentos para laboratórios e aquisições diversas, emitidos ao final do exercício e que ainda não foram entregues; bem como às obras que foram empenhados ao final do exercício.

- Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica

A execução do crédito de Assistência ao Educando foi realizada de acordo com as políticas de assistência estudantil da PREN. Os créditos de investimento não receberam limites em sua totalidade. Foram liberados 60% do total.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como Não Processados referem-se aos empenhos de aquisições realizados ao final do exercício, cujos materiais não foram entregues até 31/12/2017.

No exercício de 2017 o acompanhamento mensal da execução dos auxílios, programa por programa, junto aos 10 *Campi* possibilitou a realocação de recursos entre os programas e assim alcançar uma execução satisfatória.

Há necessidade de um sistema informatizado que permita às Coordenações de Assistência Estudantil o acompanhamento orçamentário e o monitoramento dos programas.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

- Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A dotação inicial da ação 20RG no PLOA de 2017 foi de R\$ 2.926.829,00.

Dos créditos da ação 20RG, foram empenhados 99,5%.

O crédito não foi empenhado em sua totalidade somente por ausência de limite de empenho, que foi contingenciado em 40% .

Como os limites de empenho de investimento não foram liberados em sua totalidade e considerando a necessidade de equipamentos e de obras, o IFB optou por utilizar os limites de custeio para atender as despesas com investimento.

- Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A dotação inicial da ação 20RL na LOA de 2017 era de R\$ 29.694.626,00, incluindo a previsão de arrecadação com receitas próprias e uma emenda individual no valor de R\$ 200.000,00.

Dos créditos da ação 20RL, foram empenhados 96,5%, considerando que no total de créditos da LOA, R\$ 29.694.626,00, encontram-se inseridos o valor da previsão de receita própria, R\$ 3.223.908,00 (fonte 0250) e R\$33.088,00 (fonte 0280), a qual não se concretizou, gerando, portanto, frustração de receita.

Com o contingenciamento orçamentário no início do exercício várias despesas importantes com serviços de terceirização, foram cortadas, trazendo prejuízos aos serviços de limpeza, segurança e apoio na instituição. Com a liberação dos limites de empenho de custeio em sua totalidade somente no final do exercício e diante da necessidade de vários equipamentos de laboratório essenciais e demais despesas de investimento, o IFB optou por utilizar os limites de empenho de custeio para atender despesas de investimento.

Os limites de empenho de investimento sofreram contingenciamento de 40% (quarenta por cento).

A ação 20RL sofreu alteração orçamentária ao longo do exercício. O IFB solicitou remanejamento, no valor de R\$ 1.070.827,00, de custeio para investimento diante das diversas necessidades das unidades, muito além do total disponível no orçamento do órgão.

- Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica

A execução do crédito de Assistência ao Educando foi realizada de acordo com as políticas de assistência estudantil da PREN. Os créditos de investimento não receberam limites em sua totalidade. Foram liberados 60% do total.

A ação 2994 sofreu alteração orçamentária ao longo do exercício. O IFB solicitou remanejamento, no valor de R\$ 207.493,00, de custeio para investimento diante das diversas necessidades das unidades.

Dos créditos da ação 2994, foram empenhados 92,52% .

Com a liberação dos limites de empenho de custeio em sua totalidade somente no final do exercício e diante de várias necessidades de investimento o IFB optou por utilizar os limites de empenho de custeio para atender despesas de investimento.

No exercício de 2017 o acompanhamento mensal da execução dos auxílios, programa por programa, junto aos 10 campi possibilitou a realocação de recursos entre os programas e assim alcançar uma execução satisfatória.

Há necessidade de um sistema informatizado que permita às Coordenações de Assistência Estudantil o acompanhamento orçamentário e o monitoramento dos programas.

De uma forma geral, caso os limites de empenho tivessem sido liberados em sua totalidade, teríamos empenhado 100% dos créditos de todas as ações. O que impediu de alcançarmos a totalidade de empenho de todas as ações, foi exatamente a não liberação de limites fazendo com que tivéssemos que estabelecer prioridades de utilização dos limites.

Os limites de empenho foram utilizados em sua totalidade.

Foram empenhadas as obras essenciais ao Campus de Brasília como a conclusão da biblioteca e do ginásio de esportes (parcialmente). O Campus Recanto das Emas também foi contemplado com obras importantes, cobertura da quadra e construção do auditório, reforma do alojamento do Campus Planaltina e estabilização da rede elétrica dos Campi.

A incerteza na liberação dos limites de empenho gerou atrasos na licitação das obras.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Este tópico tem por objetivo oferecer informações sobre o reconhecimento de passivos pelo IFB para os quais não há dotação orçamentária.

Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS
Linha Detalhe	

UG	(CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
152140	00520304000180	0,00	10.300,10	10.300,10	0,00
152140	03506307000157	0,00	147,80	147,80	0,00
152141	02282727000134	0,00	53.051,72	53.051,72	0,00
152141	05058935000142	0,00	53.982,52	53.982,52	0,00
152144	03602646000137	0,00	50.943,71	50.943,71	0,00
152144	05058935000142	0,00	39.598,01	39.598,01	0,00
152145	72619976000158	0,00	59.758,28	59.758,28	0,00
158143	00082024000137	0,00	584,19	584,19	0,00
158143	06189352000113	0,00	732,00	732,00	0,00
158143	09626988000173	0,00	3752,64	3752,64	0,00
158143	33065699000127	0,00	1541,76	1541,76	0,00
158143	61797924000236	0,00	292,17	292,17	0,00
158143	72387277000120	0,00	273,75	273,75	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS -INTRA OFSS			
Linha Detalhe					
UG	(CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
152140	110245	0,00	84,98	84,98	0,00
152140	34028316000707	0,00	38,59	38,59	0,00
158143	110245	0,00	9.536,18	9.536,18	0,00
Código SIAFI		Denominação			
211421300		PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTR			
Linha Detalhe					
UG	(CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
158143	Folha de Pagamento	0,00	40.412,24	40.412,24	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
158143	Folha de Pagamento	0,00	287.019,25	298.688,05	11.668,80
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica

As despesas relacionadas na conta contábil denominada Contas a Pagar Credores Nacionais referem-se em sua maioria à serviços de terceirização. Essas obrigações foram assumidas em virtude do reajustamento de limite orçamentário ocorrido em 2017. Tal situação fez com que as unidades do IFB readequassem as despesas relacionadas aos contratos de limpeza e conservação, apoio técnico e administrativo e vigilância ao limite reestabelecido.

As despesas constantes na conta contábil Contas a Pagar Credores Nacionais -Intra OFSS ocorreram em virtude de adequações de faturamentos junto à Imprensa Nacional e Correios. Destaca-se que tais faturamentos foram realizados de maneira extemporânea por parte das contratadas.

As despesas caracterizadas nas contas contábeis como Psss-Contrib.S/Vencimentos E Vantagens -Intr e Salários, Remunerações e Benefícios são referentes à despesa de pessoal de exercício anteriores, em especial às relacionadas ao reconhecimento de saberes e competências.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

A seguir, apresenta-se quadro com os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 1º de janeiro de 2017.

Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	
2015	137.500,00	137.500,00	0,00	0,00	
2016	1.429.687,59	1.429.687,59	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2014	396.527,49	23.253,35	23.253,35	193.604,67	179.669,47
2015	3.862.766,01	1.598.570,01	1.598.570,01	773.022,48	1.491.173,52
2016	13.171.242,67	9.420.292,27	9.420.292,27	1.405.178,56	2.345.771,84

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Análise crítica

Em 2016, os restos a pagar totalizaram R\$ 18.997.723,76, sendo R\$ 1.567.461,34 referentes aos processados e R\$ 17.430.536,17, aos não-processados (soma de valores de 2014 a 2016). Durante os exercícios, R\$ 12.609.303,22 (66,37%) foram pagos; R\$ 2.371.805,71 (12,48%), cancelados; e R\$ 4.016.614,83 (21,14%), reinscritos para execução nos exercícios seguintes.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal havia disponibilidade financeira suficiente para o pagamento dos restos a pagar inscritos e reinscritos não causando impactos na execução do exercício seguinte.

Quanto à existência de registro no SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada, os empenhos vigentes tiveram sua prorrogação devidamente contabilizada no SIAFI, não existindo qualquer inconsistência em relação aos citados valores.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Este tópico tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos do IFB para outros órgãos e entidades para a execução de ações ou atividades de responsabilidade do Instituto.

VISÃO GERENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS

Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Termo de Cooperação	2	3	2	17.080,00	45.737,45	493.726,15
Fonte: SIAFI						

VISÃO GERENCIAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS PELOS RECEBEDORES

Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Unidade Concedente: : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA			
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos
			Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão:	Contas Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado	45.737,45
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2
		Montante Repassado	17.080,00
Exercícios anteriores:	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
Fonte: SIAFI			

VISÃO GERENCIAL DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS

Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA		
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos
		Termo de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	1
	Quantidade reprovada	-
	Quantidade de TCE instauradas	-
	Montante repassado (R\$)	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
	Montante repassado (R\$)	-
Fonte: SIAFI		

Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA					
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428					
Instrumentos de transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Termo de Cooperação	-	-	-	2	-
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica

No que se refere ao comportamento das prestações de contas frente aos prazos, embora as organizações com as quais foram celebrados termo de cooperação – execução descentralizada - estejam em andamento de prestação de contas, notou-se uma dificuldade de comunicação com as áreas técnicas responsáveis pela celebração dos termos de cooperação.

Tendo em vista os atrasos, a Pró-Reitoria de Administração, em conjunto com as outras Pró-Reitorias estão monitorando constantemente os prazos de entrega das prestações de contas e criando controles para solucionar os problemas relatados.

Os termos de descentralização tem sido uma forma de promover a cooperação entre o Instituto Federal de Brasília e outros Órgãos da Administração Pública que têm expertise em determinadas áreas de atuação.

No exercício de 2017 foram celebrados 2 instrumentos de Termo de Execução Descentralizada totalizando em R\$ 17.080,00 de valores firmados.

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No âmbito do Poder Executivo Federal, as prestações de contas dos recursos executados de forma descentralizada necessitam de registro nos sistemas contábeis. Não há grande movimentação de descentralização de recursos para outros órgãos. No exercício de 2017, se comparado com 2016, foi menor ainda. Desta forma em razão da pequena demanda, contamos com a equipe da Coordenação

de Contabilidade, atualmente com 2 servidores, para registrar a respectivas prestações de contas após análise e aprovação do Ordenador de despesas.

Entretanto, considerando a missão institucional deste IFB, dentre nossas premissas está o de fomentar projetos de pesquisa e extensão, onde o IFB adota o repasse de recursos aos pesquisadores devidamente qualificados e classificados por edital com a transferência de recursos para um cartão na modalidade crédito ao portador com gerenciamento pelo Banco do Brasil. Após a conclusão do projeto, existe a obrigação do coordenador do projeto apresentar a prestação de contas do recurso recebido e utilizado no desenvolvimento de seu projeto.

Nessa esteira, considerando o grande volume de projetos que o IFB tem conseguido fomentar, a equipe técnica que a administração dispõe para a análise e aprovação dessas prestações de contas demonstra-se insuficiente, contando com 3 servidores capacitados para realizar tais análises.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Este tópico tem por objetivo demonstrar a composição de receitas de fontes próprias do IFB, ou seja, aquelas cuja arrecadação tem origem no esforço institucional, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços ou da exploração econômica do patrimônio próprio.

Tabela 1 - Fontes de receita

Exercício de 2017				
Denominação da Receita Orçamentária	Código	Fonte	Previsto	Arrecadado
Aluguéis e Arrendamentos	13100100	250	7.326,00	2,00
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	13210011	280	33.088,00	21.007,84
Receita Agropecuária	14000011	250	13.254,00	28.763,20
Serviços Administrativos e Comerciais	16100111	250	17.760,00	2.442,20
Inscrições em concursos e processos seletivos	16100211	0250	433.500,00	-
Multas previstas em legislação específica	19100100	250	-	1,00
Multas e juros previstos em contrato	19100900	250	-	743,50
Outras Restituições	19229900	250	2.749.200,00	2.420,00
Outras receitas primários - multas e juros	19909900	250	2.868,00	6.854,50
Total:			3.256.996,00	62.234,24
Exercício de 2016				
Denominação da Receita Orçamentária	Código	Fonte	Previsto	Arrecadado
Aluguéis e Arrendamentos	13100111	250	2.938,00	3.967,67
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	13100211	250	-	8.107,26
Remuneração de Depósitos Bancários	13210011	280	80.615,00	204,88
Demais Receitas Patrimoniais	13900011	250	-	53.936,80
Receita Agropecuária	14000011	250	80.276,00	377.026,16
Serviços Administrativos e Comerciais	16100111	250	28.682,00	10.749,50
Multas previstas em legislação específica	19100111	250	-	7,00

Multas e juros previstos em contrato	19100911	250	-	212,50
Outras Restituições	19229911	250	-	209.078,20
Outras receitas primários - multas e juros	19909912	250	-	5.592,60
Total:			192.511,00	668.882,57
Exercício de 2015				
Denominação da Receita Orçamentária	Código	Fonte	Previsto	Arrecadado
Aluguéis	13110000	250	-	2.834,05
Multas e Juros Previstos em Contratos	19192700	250	-	43,00
Outras Multas	19199900	250	-	0,50
Outras Multas e Juros de Mora	19189900	250	-	4.777,50
Outras Receitas Patrimoniais	13990000	250	-	13.151,91
Outras Restituições	19229900	250	66.447,00	2.289.270,58
Rec. Concess. De Direito Real Uso área Pública	13330100	250	-	2.163,44
Receita da Produção Animal e Derivados	14200000	250	32.250,00	29.093,26
Receita da Produção Vegetal	14100000	250	7.250,00	262,00
Recuperação Despesa de Exercícios Anteriores	19220700	250	-	404,36
Remuneração de Depósitos Bancários	13250000	280	73.376,00	84.885,34
Serviços Administrativos	16001300	250	12.115,00	9.253,25
Serviços de Hospedagem e Alimentação	16002100	250	29.742,00	-
Tarifa Inscrição Concursos e Proc. Seletivos	1600500	250	22.589,00	18.296,00
Total:			243.769,00	2.454.435,19

Fonte: SIAFI

A arrecadação de receita própria do IFB tem demonstrado um comportamento não compatível com o valor previsto, visto que no decorrer do exercício algumas previsões não se concretizam e outras não previstas aparecem no decorrer do exercício.

No exercício de 2017, a frustração de receita atingiu percentual superior a 98% (noventa e oito por cento). A previsão realizada, principalmente com outras restituições, no valor de R\$2.749.200,00 não se concretizou. A previsão de arrecadação com recebimento de taxas de inscrição em concursos, no valor de R\$433.500,00 também não se efetivou.

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Este tópico tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a consolidação da execução da despesa. Essa execução é demonstrada por duas perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa.

DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 19 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.519.716,75	8,66	18.296.127,55	10,91	14.078.457,63	8,40	18.273.723,49	14.519.716,75
a) Convite	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
b) Tomada de Preços	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
c) Concorrência	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
d) Pregão	14.519.716,75	8,66	18.296.127,55	10,91	14.078.457,63	8,40	18.273.723,49	14.519.716,75
e) Concurso	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
f) Consulta	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.635.440,63	2,17	2.913.137,59	1,74	3.571.810,00	2,13	2.899.560,31	3.635.440,63
h) Dispensa	943.032,32	0,56	583.166,73	0,35	913.751,69	0,55	569.589,45	943.032,32
i) Inexigibilidade	2.692.408,31	1,61	2.329.970,86	1,39	2.658.058,31	1,59	2.329.970,86	2.692.408,31
3. Regime de Execução Especial	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	134.387.464,79	80,17	110.600.800,45	65,98	134.387.464,79	80,17	110.600.800,45	134.387.464,79
k) Pagamento em Folha	134.342.513,28	80,14	110.551.047,78	65,95	134.342.513,28	80,14	110.551.047,78	134.342.513,28
l) Diárias	44.951,51	0,03	49.752,67	0,03	44.951,51	0,03	49.752,67	44.951,51
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	152.542.622,17	91,00	131.810.065,59	78,63	152.037.732,42	90,70	131.774.084,25	152.542.622,17
6. Total das Despesas da UPC	167.635.468,03	100,00	151.946.255,49	100,00	166.662.434,11	100,00	150.516.567,90	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	107.940.889,07	89.656.492,74	107.940.889,07	89.656.492,74	-	-	107.940.889,07	89.656.492,74
Obrigações Patronais	21.817.806,33	18.072.034,93	21.817.806,33	18.072.034,93	-	-	21.817.806,33	18.072.034,93
Contratação Por Tempo Determinado - Pes.Civil	2.390.685,73	1.676.120,83	2.390.685,73	1.676.120,83	-	-	2.390.685,73	1.676.120,83
Demais elementos do grupo	2.193.132,15	1.146.399,28	2.193.132,15	1.146.399,28	-	-	2.193.132,15	1.146.399,28
2. Juros e Encargos da Dívida								
Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
Locação De Mão-de-obra	14.028.971,90	14.059.598,60	11.537.367,87	12.534.856,53	2.491.604,03	1.524.742,07	11.525.670,08	12.534.856,53
Outros Serviços De Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	6.988.527,29	4.883.035,08	5.233.025,48	3.774.649,72	1.755.501,81	1.108.385,36	5.039.247,61	3.773.476,38
Auxilio-Alimentação	5.549.121,72	5.409.830,33	5.549.121,72	5.409.830,33	-	-	5.549.121,72	5.409.830,33
Auxilio Financeiro A Estudantes	4.391.630,27	3.644.834,14	4.306.938,26	3.365.571,63	84.692,01	279.262,51	4.235.658,26	3.364.491,63
Demais elementos do grupo	7.012.003,41	7.858.653,24	5.508.535,67	6.464.510,55	1.503.467,74	1.394.142,69	5.240.999,32	6.164.521,55
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Equipamentos E Material Permanente	3.390.909,09	2.606.731,10	403.514,25	735.094,28	2.987.394,84	1.871.636,82	386.014,27	714.444,90
Obras E Instalações	1.319.301,27	1.749.976,70	-	-	1.319.301,27	1.749.976,70	-	-
Demais elementos do grupo	475.064,39	4.908.346,52	150.531,10	4.908.346,52	324.533,29	-	18.234,90	3.918.127,52
5. Inversões Financeiras								
Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica

O crédito orçamentário do grupo Despesas de Pessoal apresentou crescimento devido ao ingresso de servidores aprovados em concursos públicos. As despesas com diárias se mantiveram em redução, pois a instituição optou por priorizar despesas consideradas imprescindíveis ao seu funcionamento, em função do contingenciamento orçamentário. Nas despesas correntes, não houve variação substancial em relação à execução no exercício anterior.

Os créditos orçamentários de investimentos foram utilizados na continuidade do processo de crescimento do IFB, com o prosseguimento das obras do Campus Recanto das Emas e adequação da rede estabilizada de todas as unidades. Foram utilizados também recursos de investimento para aquisição materiais e equipamentos de algumas unidades do IFB. Cabe destacar que parte desses recursos são provenientes de celebração de Termo de Execução Descentralizada.

Foram consideradas no Relatório de Gestão as despesas liquidadas.

As despesas decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação tiveram um acréscimo em virtude de adequações contratuais em especial às relacionadas aos serviços de distribuição de eletricidade por exigência da ANEEL. Tal acréscimo também foi influenciado em virtude de contratação de serviços de educação e treinamento.

As limitações de empenho e de movimentação financeira trouxeram grande impacto negativo à instituição. A imprevisibilidade quanto à liberação de recursos fez com que a instituição reavaliasse diversas vezes o planejamento orçamentário. Foram necessárias a adoção de medidas como rescisão e supressão de contratos, especialmente os relacionados à terceirização.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

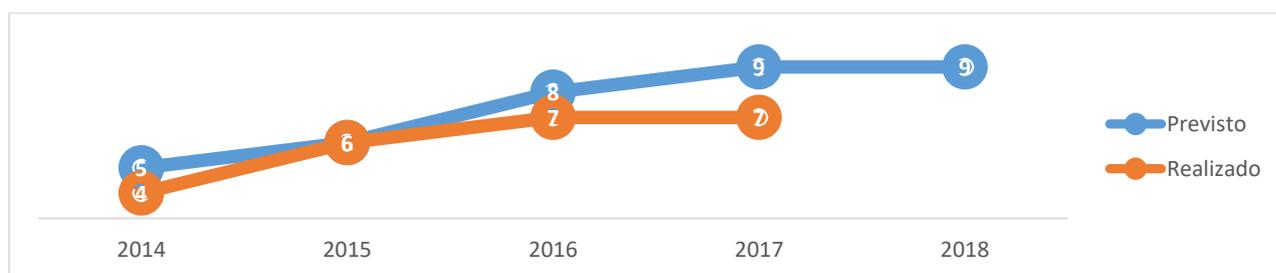
O desempenho da instituição em relação ao cumprimento dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico do quinquênio de 2014-2018 será demonstrado a partir do resultado dos indicadores previstos para os quatro primeiros exercícios de vigência do PDI. O desempenho do exercício de referência deste Relatório de Gestão está relacionado ao cumprimento do Plano de Ação do Planejamento Institucional mencionado no item 2.1 – Planejamento Organizacional. Os quadros 45 e 46 apresentam o resultado desse plano por indicador, objetivo estratégico, perspectiva e unidade.

■ Resultados

1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>campi</i>				
Indicador:	1.1.1 Número de campus ofertando ensino médio integrado por ano			
Cálculo:	<i>(nº de campus que ofertam EMI)</i>			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	8	9	9

Avaliação 2017

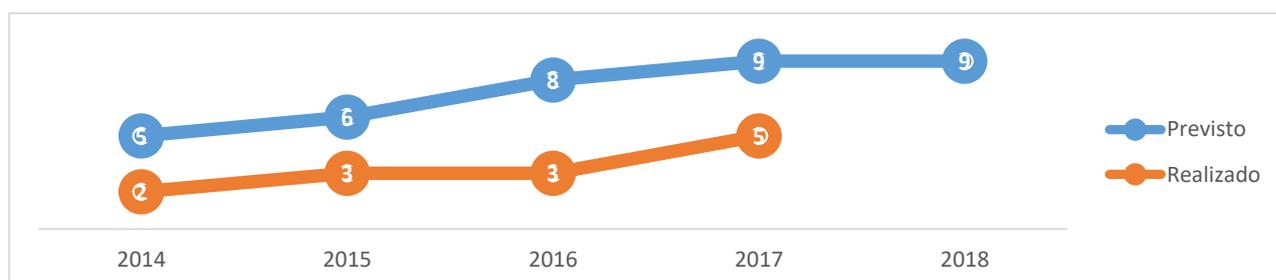
A oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, é um dos objetivos previstos na Lei de criação dos Institutos Federais. O compromisso da instituição é que ensino médio integrado (EMI) seja ofertado em todos os Campi. Em 2015 e 2016, os resultados foram satisfatórios, contudo, em 2017 este indicador não alcançou o previsto, tendo uma eficácia de 88%. A instituição ofertou EMI em CBRA, CGAM, CPLA, CRFI, CSAM, CSSB e CTAG, conforme dados do SISTEC.



Indicador:	1.1.2 Número de campus ofertando PROEJA por ano			
Cálculo:	(nº de campus que ofertam PROEJA)			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	8	9	9

Avaliação 2017

Este indicador apresenta o compromisso da instituição em relação a oferta de PROEJA. A intenção é que o instituto promova cursos nesta modalidade em todas as suas unidades de ensino, para atender o público de Jovens e Adultos com educação profissional nas regiões abrangidas pelos campi do IFB. Os resultados de 2014, 2015, 2016 e 2017 foram insatisfatórios, alcançando eficácia máxima de 63%, correspondente ao último exercício. Em 2017, conforme dados do SISTEC, foram ofertados cursos pelo PROEJA nos campi: CBRA, CGAM, CRFI, CSAM e CTAG.



1.2 Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho

Indicador:	1.2.1 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho por Campus			
Cálculo:	(nº de eventos em articulação ao mundo do trabalho por campus)			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	2	2	2	2

Avaliação 2017

O indicador mede a quantidade de eventos em articulação ao mundo do trabalho realizados em cada *Campus*. A meta prevista é de um evento por *Campus* em 2014 e de dois eventos por *Campus* a partir de 2015. A figura abaixo representa quantitativo total de eventos promovidos pela instituição, não considera a divisão por *Campus*. Em 2014, apenas os *Campi* CBRA e CEST realizaram eventos desse tipo; em 2015, apenas 4 não realizaram no mínimo 2 eventos; em 2016, todos realizaram eventos, mas apenas três não o fizeram no quantitativo previsto. Já em 2017 apenas CTAG e CTGC não realizaram o número de eventos previsto.

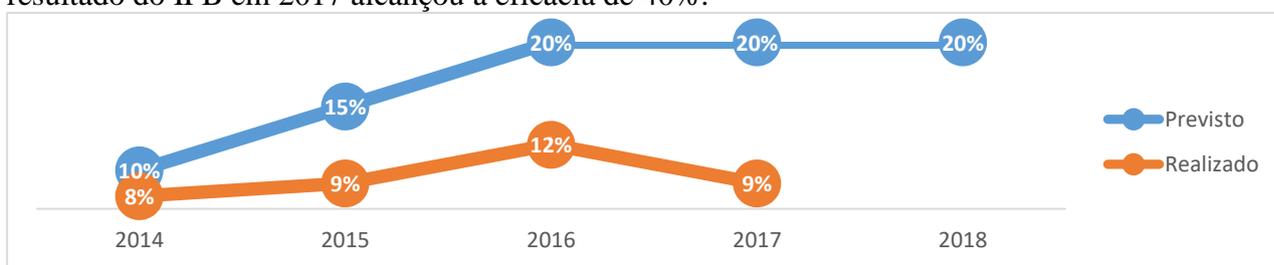
ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0
2015	3	2	0	3	1	2	2	1	3	1
2016	3	3	1	5	2	5	6	1	1	6

2017	42	5	4	5	6	5	5	2	1	0
------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Indicador:	1.2.2 Percentual de alunos matriculados licenciatura por campus				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos licenciatura no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$				
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
10%	15%	20%	20%	20%	

Avaliação 2017

A Lei nº 11.892/2008 também determina a destinação de no mínimo 20% de vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica. O IFB prevê em seu Planejamento Estratégico que 20% de suas matrículas devem ser destinadas a Licenciaturas, por Campus, até 2018. Nesse quisito, apenas o CGAM alcançou esse percentual, tanto em 2014 quanto em 2016 e o CEST em 2017. No agregado o resultado do IFB em 2017 alcançou a eficácia de 40%.

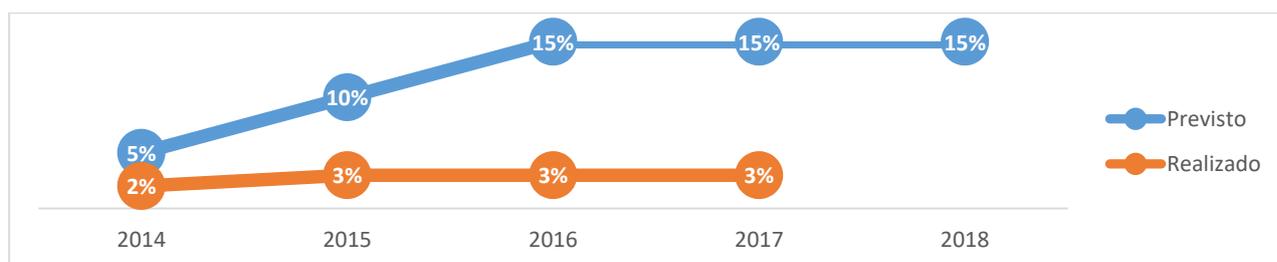


ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	17%	0%	0%	20%	5%	6%	0%	4%	0%	8%
2015	16%	0%	9%	19%	9%	8%	4%	7%	3%	10%
2016	15%	0%	18%	22%	12%	18%	7%	9%	5%	14%
2017	8%	14%	26%	10%	12%	16%	4%	13%	5%	0%

Indicador:	1.2.3 Percentual de alunos matriculados PROEJA por campus				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos PROEJA no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$				
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
5%	10%	15%	15%	15%	

Avaliação 2017

O Decreto nº 5.840/2006 determina que a instituição deve disponibilizar no mínimo 10% de suas vagas de ingresso ao PROEJA. O IFB estabeleceu em seu Planejamento Estratégico a destinação de 15% de suas matrículas ao PROEJA até 2018. Conforme dados extraídos do SISTEC, o percentual de matriculados nesta modalidade não alcançou as metas previstas para 2014 e 2015. O Conselho Superior do IFB, nesse sentido, determinou, por meio da Resolução nº 3/2016, que o Instituto iniciasse o processo de discussão sobre a oferta de cursos nesta modalidade na instituição. Ressalta-se que o método de cálculo utilizado pelo IFB considera alunos matriculados, em atendimento ao previsto no PDI, e não vagas de ingresso como estabelece o decreto, ou Ingressantes Acumulados Equivalentes como define a Portaria MEC nº 818/2015. Pelos resultados apurados em 2016 e 2017, percebe-se que mesmo após a publicação da Resolução os resultados ainda estão aquém da meta estabelecida, alcançando a eficácia de 20% para o cumprimento das metas em 2016 e 2017.

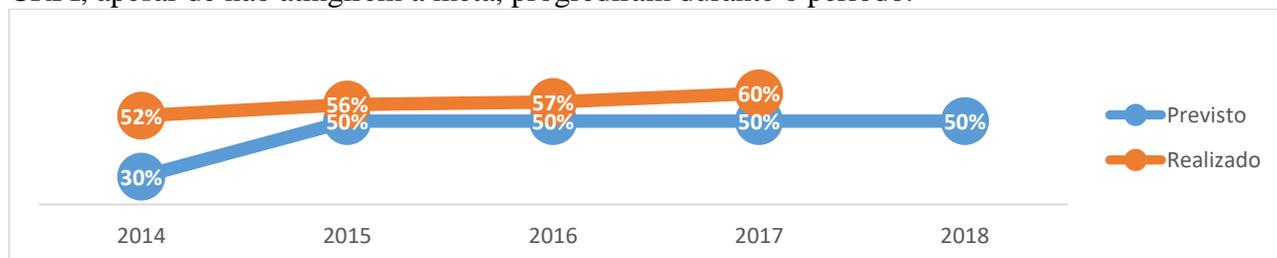


ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	2%	0%	0%	5%	0%	3%	3%	0%	0%	0%
2015	2%	0%	0%	13%	0%	3%	6%	0%	5%	0%
2016	0%	0%	0%	14%	0%	0%	10%	0%	4%	0%
2017	1%	0%	0%	14%	0%	3%	10%	0%	4%	0%

Indicador:	1.2.4 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio por campus				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$				
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
30%	50%	50%	50%	50%	

Avaliação 2017

A Lei nº 11.892/2008 estabelece que a instituição deve garantir, em cada exercício, no mínimo 50% de suas vagas para atender o objetivo de oferta de cursos técnicos de nível médio. O IFB alcançou essa meta no período em análise, conforme gráfico abaixo. No plano interno, o IFB definiu que esse percentual deve ser garantido em todas as unidades. Desde a primeira medição, a instituição apresentou resultado acima do esperado, mantendo um leve crescimento de um exercício para o outro. Dos Campi mais novos, destaca-se o CCEI que saltou de 0% em 2014 para 57% em 2016. CEST e CRFI, apesar de não atingirem a meta, progrediram durante o período.



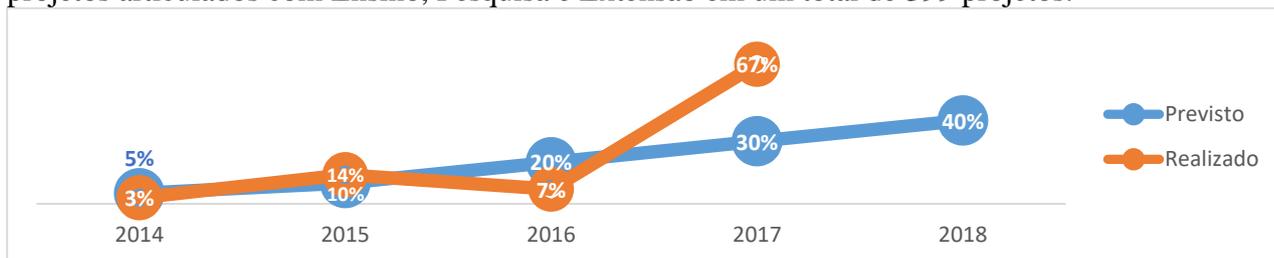
ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	54%	0%	0%	75%	63%	39%	51%	74%	58%	30%
2015	63%	38%	8%	76%	63%	25%	59%	70%	60%	39%
2016	58%	57%	31%	64%	62%	31%	75%	70%	64%	34%
2017	62%	44%	27%	69%	63%	39%	83%	72%	61%	57%

1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão

Indicador:	1.3.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de PP articulados com EnPeEx} \div n^{\circ} \text{ total de PP criados}) \times 100$				
Meta					
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PREN/PREX/PRPI
2014	2015	2016	2017	2018	
5%	10%	20%	30%	40%	

Avaliação 2017

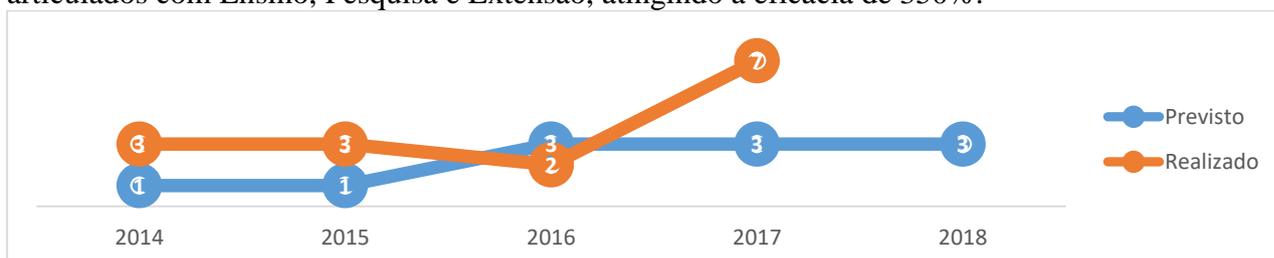
A integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos alcançou o resultado esperado em 2015, tendo ultrapassado em 4% a meta prevista para esse exercício, com um salto de 12 projetos/programas em relação ao exercício anterior. Em 2016, esse resultado foi insatisfatório, considerando que dentre 187 programas/projetos desenvolvidos na instituição, apenas 13 integravam as três áreas. O não alcance da meta em 2016 é resultado do aumento expressivo do número de projetos/programas, de 116 em 2015 para 486 em 2016, crescimento não acompanhado na mesma proporção por projetos e programas articulados. No entanto, em números absolutos, o quantitativo de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão dobrou de 2015 (16) para 2016 (32). Já em 2017 esse índice alcançou a marca de 67%, ficando acima do esperado em 37%. Foram 267 projetos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão em um total de 399 projetos.



Indicador:	1.3.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão			
Cálculo:	<i>(nº de editais conjuntos de EnPeEx)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	1	3	3	3

Avaliação 2017

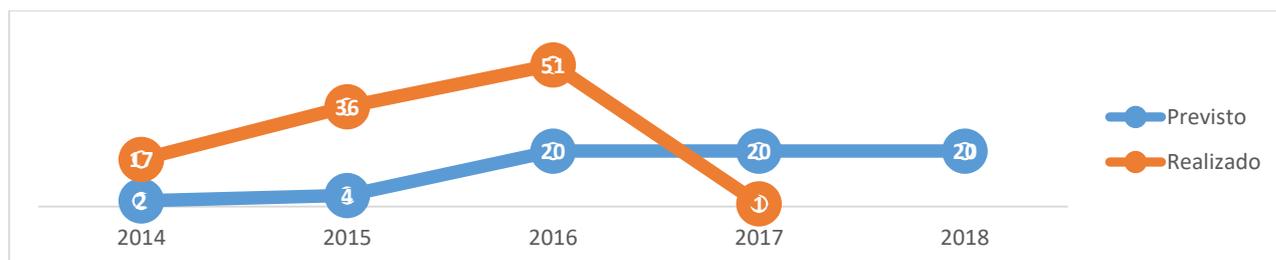
Foram empreendidos esforços para promover editais conjuntos no IFB. Em 2016, a instituição publicou o Edital nº 19 em 4 de maio, que teve por objetivo selecionar propostas de ações de ensino, pesquisa e extensão de incentivo a Projetos de Integração Pesquisa e Ação (PIPA), voltados à ação social e relação com o mundo do trabalho no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico e Científico. Nesse mesmo ano, foi realizada chamada para submissão de propostas para apresentação no IF Olímpico, com a integração dos três eixos. Em 2017 foram elaborados 7 editais articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão, atingindo a eficácia de 350%.



Indicador:	1.3.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão			
Cálculo:	<i>(nº de SFFC articulados com EnPeEx)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
2	4	20	20	20

Avaliação 2017

A instituição realizou, em 2016, 41 eventos que articularam Ensino, Pesquisa e Extensão, um crescimento de 14% em relação ao exercício anterior e de 141% em relação a 2014. A meta de 2016, portanto, foi superada, conforme dados extraídos do SGI. O indicador possui apenas uma variável – número de eventos. Considerando a abrangência do indicador (qualquer tipo de evento) e a quantidade de eventos promovidos pela instituição, o resultado se apresentou bem acima do que foi planejado. Já em 2017 apenas 1 evento foi realizado em que se articulou Ensino, Pesquisa e Extensão, ficando abaixo do previsto para o ano e atingindo a eficácia de 13%. Essa redução está relacionada à consolidação do evento ConectaIF, promovido pelo IFB desde 2016, que agrega oficinas, mostras, *workshops*, arte, cultura, feiras e exposições em um único lugar; em 2017 foram ao todo 17 eventos simultâneos no ConectaIF. Essa é a tendência para 2018.

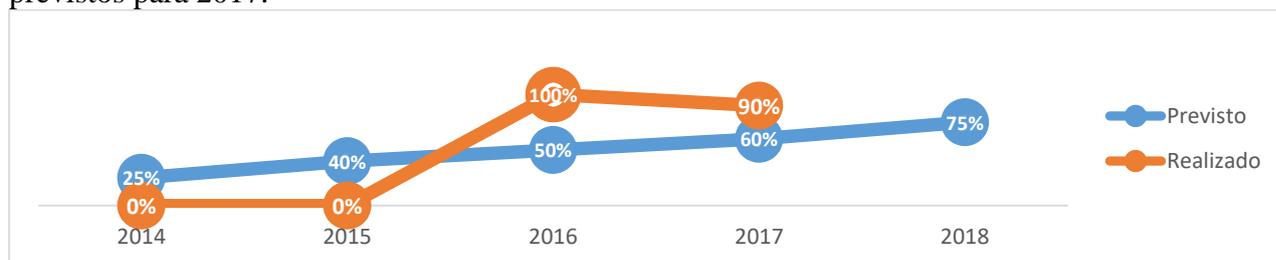


2.1 Definir parâmetros de qualidade de educação

Indicador:	2.1.1 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus			
Cálculo:	A definir			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
25%	40%	50%	60%	75%

Avaliação 2017

A instituição tem por meta promover a participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais de suas unidades. Os dados de 2014 e 2015 não foram coletados. Em 2016, 9 Campi elaboraram políticas educacionais com 100% de participação da comunidade escolar. Em 2017 esse percentual foi de 90%, uma queda em relação a 2016 mas, mesmo assim, acima dos 60% previstos para 2017.



Indicador:	2.1.2 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação			
Cálculo:	$\left(\frac{\text{n}^\circ \text{ de usuários e profissionais satisfeitos}}{\text{n}^\circ \text{ total de usuários e profissionais avaliados}} \right) \times 100$			
Fonte:	A definir	Responsável pelo acompanhamento:	A definir	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
25%	40%	50%	60%	75%

Avaliação 2017

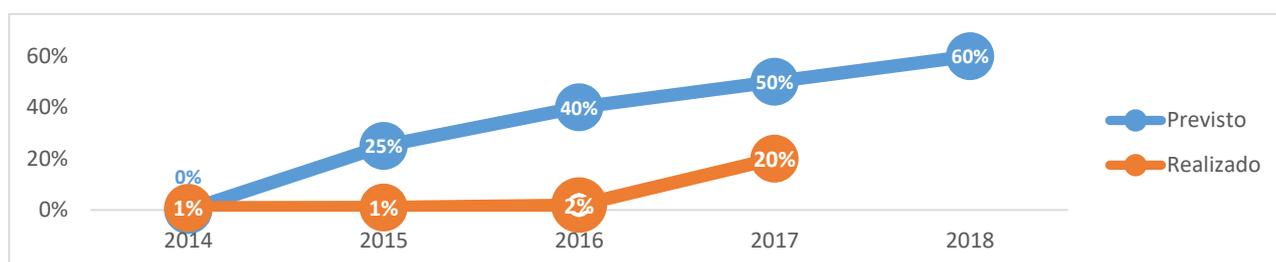
Indicador não apurado em 2017 por falta de dados das áreas responsáveis.

Indicador:	2.1.3 Percentual de docentes com formação pedagógica
------------	--

Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de docentes com formação pedagógica} \div n^{\circ} \text{ total de docentes}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PREN/CAMPI
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	25%	40%	50%	60%

Avaliação 2017

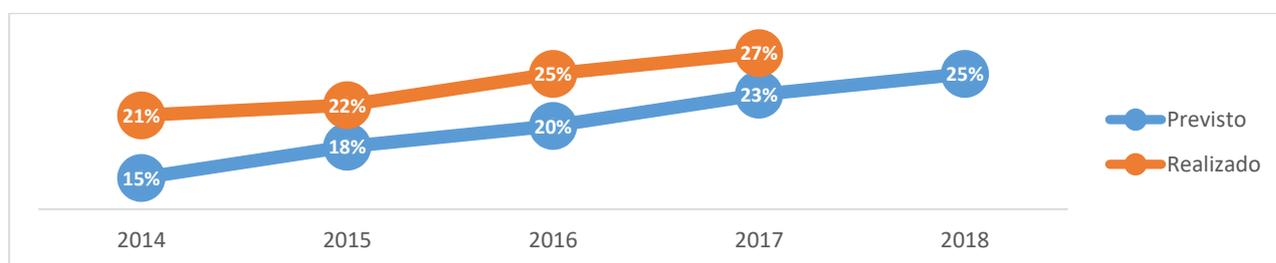
Este indicador visa acompanhar a formação pedagógica dos docentes. Até 2016, esse indicador considerava apenas formação pedagógica específica para Educação Profissional e Tecnológica. Como essa formação a oferta de formação para esta área é incipiente e não é um requisito legal, o indicador foi revisto no início de 2017, passando a considerar qualquer formação pedagógica. Considerando qualquer formação pedagógica, houve melhora no resultado do indicador em 2017, no entanto, não foi atingida a meta do período.



Indicador:	2.1.4 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de docentes com doutorado} \div n^{\circ} \text{ total de docentes em efetivo exercício}) \times 100$			
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:		PRGP
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
15%	18%	20%	23%	25%

Avaliação 2017

Este indicador tem por objetivo mensurar a qualificação do corpo docente do instituto. Nos dois primeiros anos de vigência do PDI, as metas foram superadas e os docentes com doutorado representavam cerca de 20% do total de docentes do instituto. Conforme gráfico abaixo, houve crescimento progressivo crescimento, com a meta de 2018 alcançada já em 2016. Para 2014 a 2016, os dados foram coletados da planilha disponibilizada para cálculo dos Indicadores da Rede Federal de EPT. Para o exercício de 2017, foram utilizados dados da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que utilizou o SUAP como base de dados. De qualquer forma, tanto os dados da planilha (2014-2016) quanto do SUAP (2017) são extraídos do SIAPE.



Indicador:	2.1.5 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação		
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de egressos que atuam no MTF dentro de sua área de formação} \div n^{\circ} \text{ total de egressos}) \times 100$		
Fonte:	RAIS/CAGED/SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	
Meta			
PREX			

2014	2015	2016	2017	2018
0%	20%	30%	40%	50%

Avaliação 2017

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

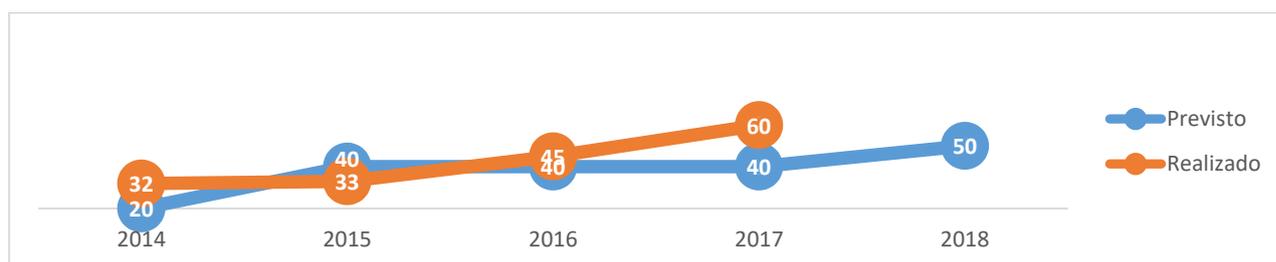
Processos Internos

3.1 Ampliar as parcerias institucionais

Indicador:	3.1.1 Número de parcerias de estágio vigentes			
Cálculo:	<i>(nº de parcerias de estágio vigentes)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
20	40	40	40	50

Avaliação 2017

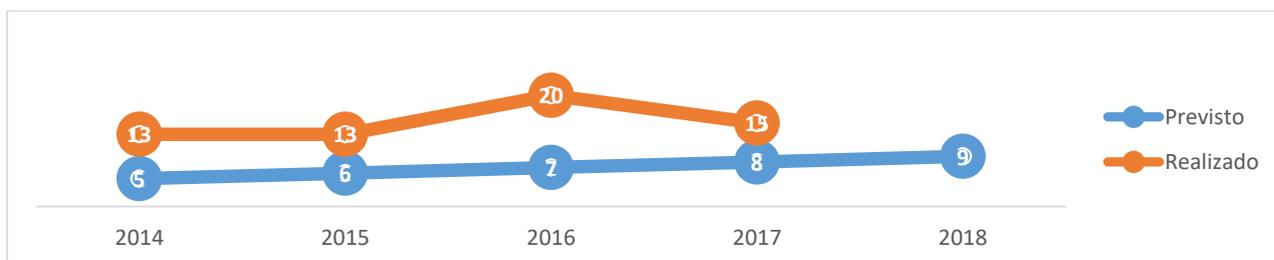
O estágio curricular é considerado um ato educativo supervisionado que é desenvolvido no ambiente de trabalho com os objetivos de articular teoria e prática e preparar o educando para o trabalho produtivo. A instituição, para proporcionar a facilidade de acesso a esse processo educativo, procura parcerias com outras instituições. Inicialmente foram previstas 20 parcerias de estágio com acréscimo anual de 20 novas parcerias. No processo de revisão do PDI em 2016, as metas foram ajustadas para quantitativos desafiadores, mas possíveis de serem alcançados, entre 40 e 50 parcerias. Em 2017, essa meta foi alcançada com 60 parcerias de estágio.



Indicador:	3.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes			
Cálculo:	<i>(nº de parcerias internacionais vigentes)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	7	8	9

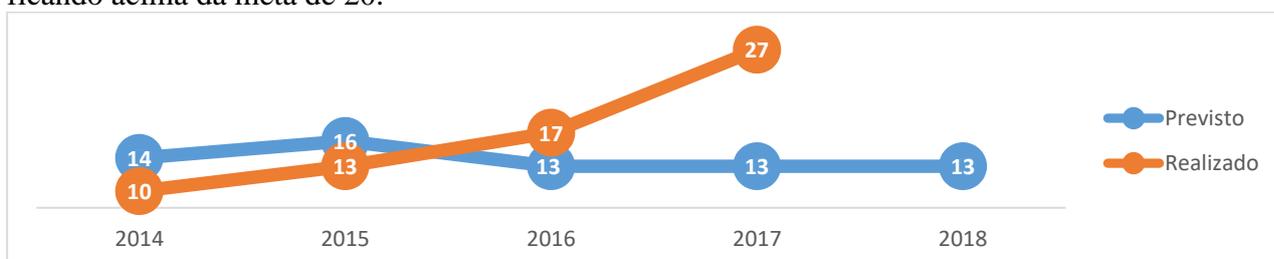
Avaliação 2017

Foram firmadas 20 parcerias internacionais desde 2014. Destacam-se, em relação ao período de abrangência, as parcerias com o Instituto Politécnico e do Porto – IPP Portugal e com a National Council Of Technical & Technological Education (NCTE) Of Sudan – Sudão que já somam mais de 6 anos de vigência. A média das demais parcerias é de 5 anos. Dentre as parcerias, destaca-se também a firmada com o Instituto Politécnico de Santarém – Portugal, que possibilitou a qualificação profissional, com programa de mestrado, de 52 servidores em 2015 e 31 em 2016. Em 2017 registrou-se 15 parcerias internacionais vigentes, ficando acima da meta de 8.



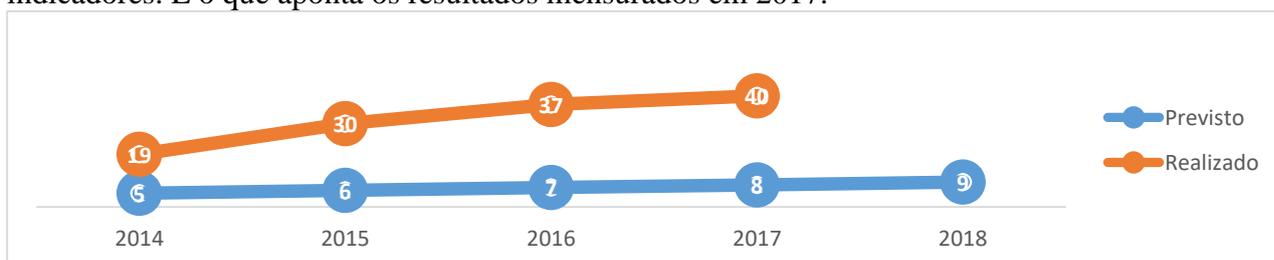
Indicador:	3.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes			
Cálculo:	(nº de parcerias nacionais vigentes)			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
14	16	13	13	13
Avaliação 2017				

Desde que o indicador passou a ser mensurado, foram firmadas no IFB ao todo 17 parcerias nacionais, conforme representação gráfica abaixo. Esse quantitativo se apresenta abaixo da meta prevista para o exercício de 2016, como nos anos anteriores. Já em 2017 têm-se 27 parcerias nacionais vigentes, ficando acima da meta de 20.



Indicador:	3.1.4 Número de parcerias regionais vigentes			
Cálculo:	(nº de parcerias nacionais vigentes)			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	7	8	9
Avaliação 2017				

O número de parcerias regionais supera o das parcerias nacionais, conforme gráfico abaixo. Essa tendência reflete a necessidade de ajuste das metas previstas para os dois indicadores. Em muitos casos, instituições de âmbito nacional e internacional possuem representações regionais. Essas representações são autônomas em termos de capacidade de firmar parcerias e são o ponto de contato mais próximo para que os termos sejam acordados. Esse é um dos motivos do quantitativo de parcerias regionais ser superior ao número de parcerias nacionais. Contudo, essa tendência de distanciamento parece ter uma tendência de redução com uma maior convergência entre os dois indicadores. É o que aponta os resultados mensurados em 2017.

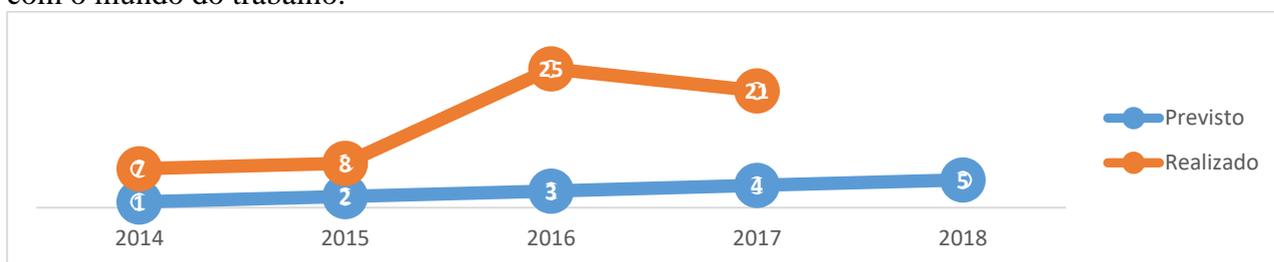


3.2 Articular ações intercampi e com a rede federal de EPT

Indicador:	3.2.1 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano			
Cálculo:	<i>(nº de eventos interinstitucionais promovidos no ano)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	2	3	4	5

Avaliação 2017

A instituição realizou e participou de vários eventos interinstitucionais desde o início da medição do indicador, em 2014. Cabe destaque o exercício de 2016, o qual apresenta salto de 212,5%, se comparado com o exercício anterior. Apesar de uma queda de 16% em 2017 em relação a 2016, nota-se que o indicador apresenta resultado bem acima do previsto. Esses eventos proporcionam a integração de conhecimentos e práticas de ensino, pesquisa e extensão com os diversos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica, além de promover o contato dos estudantes com o mundo do trabalho.



3.3 Consolidar a gestão democrática

Indicador:	3.3.1 Fórum institucional para discussão de políticas internas			
Cálculo:	<i>(nº de fóruns institucionais para discussão de políticas internas)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0	1	0	1	0

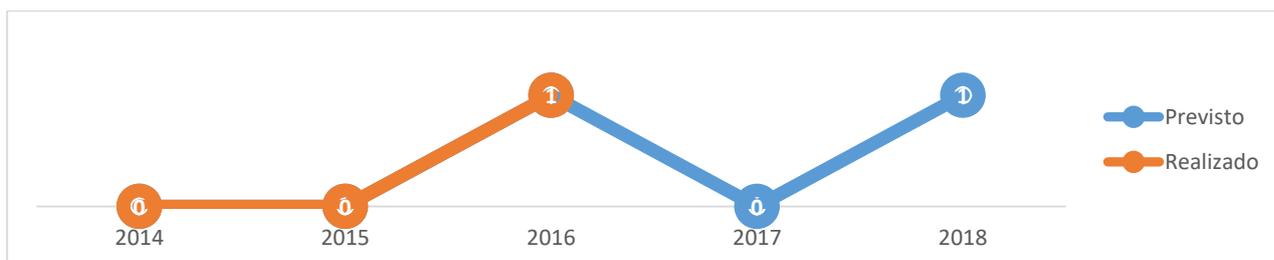
Avaliação 2017

Indicador não apurado em 2017 por falta dados da área responsável.

Indicador:	3.3.2 Número conferências de avaliação do PDI			
Cálculo:	<i>(nº de conferências de avaliação do PDI)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0	0	1	0	1

Avaliação 2017

Em 2014, quando o PDI foi concluído, a comunidade do IFB identificou a necessidade de aprofundar as discussões sobre questões relevantes para a instituição. Estipulou, então, a realização de duas conferências, uma em 2016 e outra em 2018. A 1ª Conferência de avaliação do PDI foi realizada no *Campus* Taguatinga em 18/08/2016 e teve por finalidade apresentar os resultados do planejamento estratégico frente ao ambiente organizacional em que o IFB estava inserido, sob efeito de mudanças de conjuntura econômica, política, administrativa, jurídica e de pessoal. Como desdobramento da conferência, foi dado início ao processo de revisão do PDI.



Indicador:	3.3.3 Número de eventos relacionados à Gestão Democrática			
Cálculo:	<i>(nº de eventos relacionados à Gestão Democrática)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	A definir	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
2	2	2	2	2

Avaliação 2017

O instituto tem a intenção de promover a gestão democrática, para que os diversos segmentos participem da gestão da instituição. Pelos dados coletados em 2014 e 2015, a instituição não havia atingido a meta de 2 eventos anuais. Em 2016, no entanto, realizou 3 eventos. Por outro lado, em 2017 esse número saltou para 32, ficando bem acima da meta de 2. Cabe ressaltar que não há definição clara do que seria gestão democrática e, desta forma, os resultados podem não refletir com exatidão o que foi realizado na instituição no período.

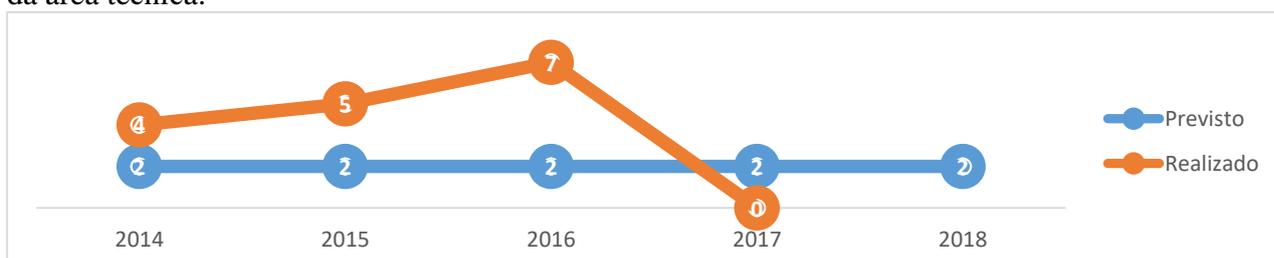


3.4 Consolidar a identidade do IFB perante a comunidade

Indicador:	3.4.1 Eventos externos de divulgação			
Cálculo:	<i>(nº de eventos externos de divulgação por ano)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DICOM	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
2	2	2	2	2

Avaliação 2017

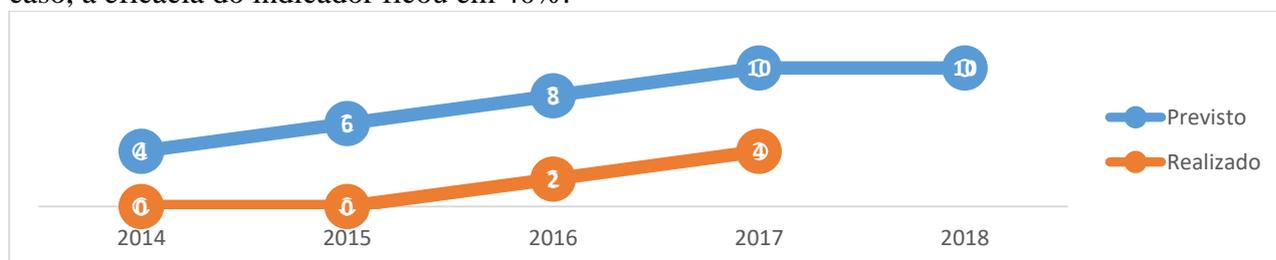
Foram realizados no IFB ao todo 16 eventos externos de divulgação desde 2014. As metas dos três primeiros anos de vigência do PDI foram alcançadas, com histórico de crescimento anual. Como resultado dessas ações, o IFB apresentou crescimento do número de candidatos inscritos nos processos seletivos, principalmente em 2015 e 2016, conforme resultado do indicador 2.1.3. Cenário oposto ocorreu em 2017, em que não houve nenhum evento de divulgação externo, conforme dados da área técnica.



Indicador:	3.4.2 Número de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de CG implantados que realizam 4 reuniões ordinárias anuais})$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
4	6	8	10	10

Avaliação 2017

A participação de órgão colegiado na gestão da escola é uma das estratégias da instituição para estabelecer uma relação próxima com a comunidade escolar e com os atores que integram os arranjos produtivos, sociais e culturais da localidade de atuação do instituto. O IFB prevê não apenas a criação desses conselhos, mas a sua atuação regular em cada exercício, com no mínimo 4 reuniões ordinárias por ano. Em 2014, dos 10 *Campi*, apenas CBRA, CEST, CGAM, CTAG e CTGC haviam implantado o CG, com registro de apenas 1 reunião cada. Em 2016, os demais *Campi* implementaram seus conselhos, mas apenas os *Campi* Planaltina e São Sebastião realizaram as quatro reuniões anuais. Em 2017 os *Campi* Riacho Fundo, Planaltina, Ceilândia e Brasília realizaram quatro reuniões cada. Neste caso, a eficácia do indicador ficou em 40%.

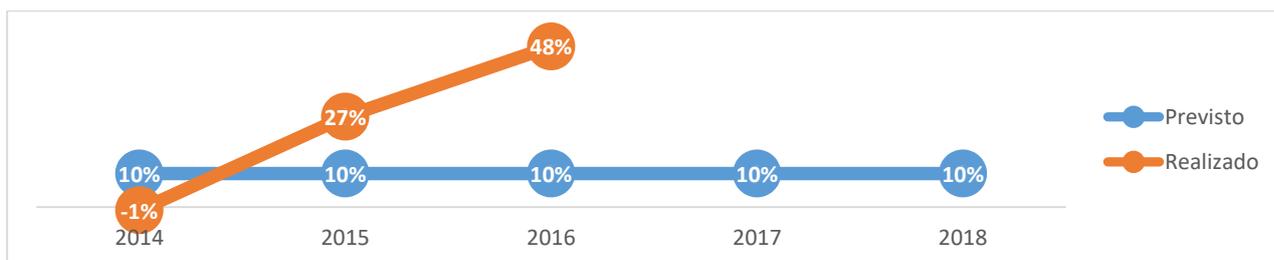


Indicador:	3.4.3 Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior			
Cálculo:	$[(n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano vigente} - n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano anterior}) \div n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano anterior}] \times 100$			
Fonte:	SGPS	Responsável pelo acompanhamento:	DICOM	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
10%	10%	10%	10%	10%

Avaliação 2017

Este indicador demonstra parte da percepção que a população tem em relação a atuação do instituto no tempo. O aumento do número de inscritos de um ano para o outro reflete, de certo modo, o resultado do processo de consolidação da instituição no seu ambiente de atuação, principalmente pelo fato de que estar em fase de crescimento nesse mercado, se comparada com outras instituições de ensino, já consolidadas.

A queda no número de inscritos de 2013 para 2014 – e conseqüentemente o não cumprimento da meta neste período – deve-se a redução do número de inscritos por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é realizado pelo INEP/MEC, no exercício de 2014. Ao se analisar os demais anos, houve um crescimento acentuado de um exercício para o outro, com resultados bem acima da meta estabelecida. Isso é resultado do crescimento do número de inscritos pelo SiSU e pelo processo seletivo próprio da instituição, que saltou de 57.577 em 2014 para 73.329 em 2015 e para 108.708 em 2016, o que representa um aumento médio de 38% no período. Neste relatório foram considerados dados fornecidos pelo Processo Seletivo do IFB. Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.



3.5 Elaborar diretrizes de avaliação de aprendizagem

Indicador:	3.5.1 Número de campus envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campi envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação})$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	10	10	10

Avaliação 2017

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão

Indicador:	3.6.1 Eventos de avaliação institucional por campus			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de eventos de avaliação institucional por campus})$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	1	1	1	1

Avaliação 2017

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

Indicador:	3.6.2 Percentual de colegiado que realizam auto avaliação anual			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de colegiados que realizam autoavaliação anual} \div n^{\circ} \text{ total de colegiados identificados}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
10%	30%	50%	75%	100%

Avaliação 2017

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

Indicador:	3.6.3 Percentual de implantação e execução do Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão			
Cálculo:	$(\% \text{ de implantação e execução do SAGPG})$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
30%	50%	100%	100%	100%

Avaliação 2017

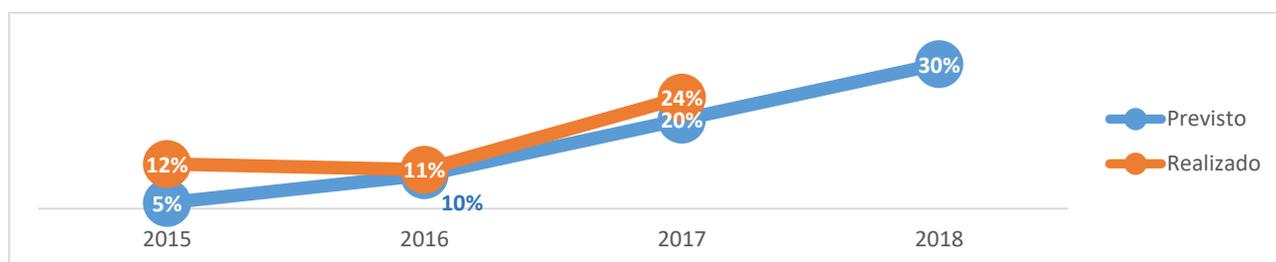
Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos

Indicador:	3.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do FIC para Técnico} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no FIC}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	5%	10%	20%	30%

Avaliação 2017

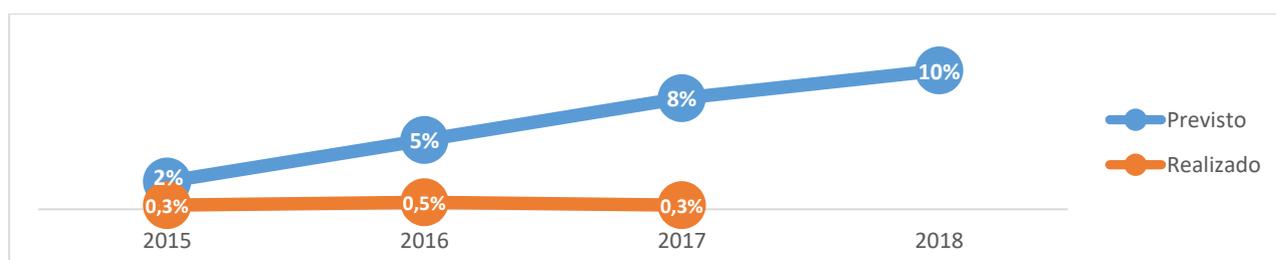
Os Institutos Federais possuem, dentre as finalidades e características previstas na Lei nº 11.892/2008, a de promover a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Não existe meta definida na lei em relação à verticalização. O IFB, por meio do seu planejamento estratégico, estabeleceu meta de crescimento de 5% de 2015 para 2016 e de 10% de 2016 em diante, para a diferença entre os alunos oriundos de cursos FIC que ingressaram em cursos Técnicos. Os resultados de 2015 e de 2016 foram satisfatórios e em 2017 ultrapassou a meta prevista em 4%.



Indicador:	3.7.2 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do SUPERIOR para PÓS GRADUAÇÃO} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no SUPERIOR}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	2%	5%	8%	10%

Avaliação 2017

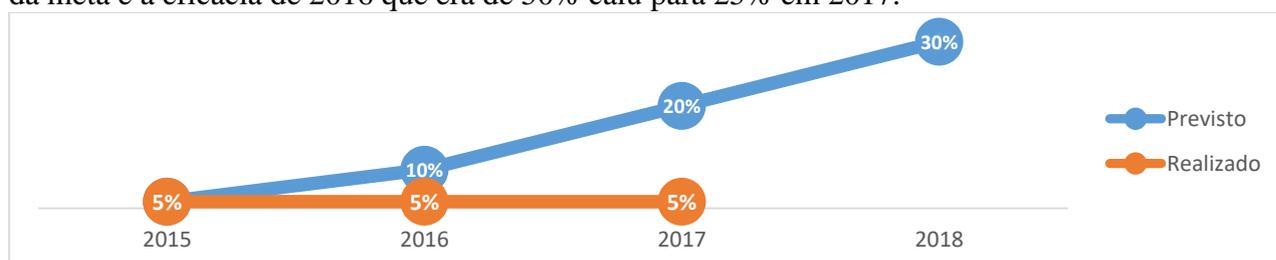
Em relação aos alunos de cursos de Nível Superior no IFB que ingressaram em cursos de Pós-Graduação na instituição, o resultado apresentou crescimento de 2015 a 2016, mas ainda insatisfatório se comparado à meta do período. Em 2017 repetiu-se os resultados de 2015, com uma queda em relação a 2016. Inference-se dos resultados apresentados nos três últimos indicadores, que a verticalização apresenta certo padrão, com índices estáveis de um exercício para o outro, o que não foi previsto/calculado quando do estabelecimento das metas em 2014. A verticalização de Nível Superior para Pós-Graduação apresenta resultado insatisfatório, considerando que poucos cursos desta modalidade são ofertados na instituição.



Indicador:	3.7.3 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior			
------------	---	--	--	--

Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do Técnico para SUPERIOR} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no Técnico}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	5%	10%	20%	30%
Avaliação 2017				

O percentual de alunos de cursos Técnicos que ingressaram em cursos de Nível Superior no IFB chegou a 5% em 2015, alcançando a meta prevista para o exercício. Em 2016, no entanto, o IFB não alcançou a meta, apresentando resultado semelhante ao de 2015, 5% abaixo do esperado. Em 2017 os mesmos resultados se repetiram, contudo, a meta para 2017 era de 20% e o IFB ficou 15% abaixo da meta e a eficácia de 2016 que era de 50% caiu para 25% em 2017.



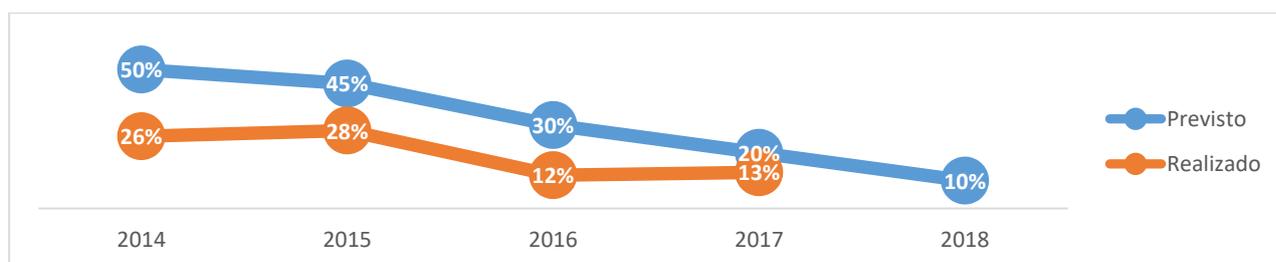
3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes

Indicador:	3.8.1 Índice de eficácia - concludente em função do n° de vagas ofertadas por turma			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de concludentes} \div n^{\circ} \text{ de vagas ofertadas}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
60%	65%	70%	75%	80%
Avaliação 2017				

Esse é um dos indicadores do Termo de Acordos e Metas e Compromissos (TAM). Para não gerar conflito de resultado com o previsto no TAM e com o manual para cálculo dos indicadores de gestão da RFEPCT e para não apresentar resultado sem sentido, utilizando o cálculo previsto pelo manual, o índice de eficácia do PDI não foi mensurado neste exercício.

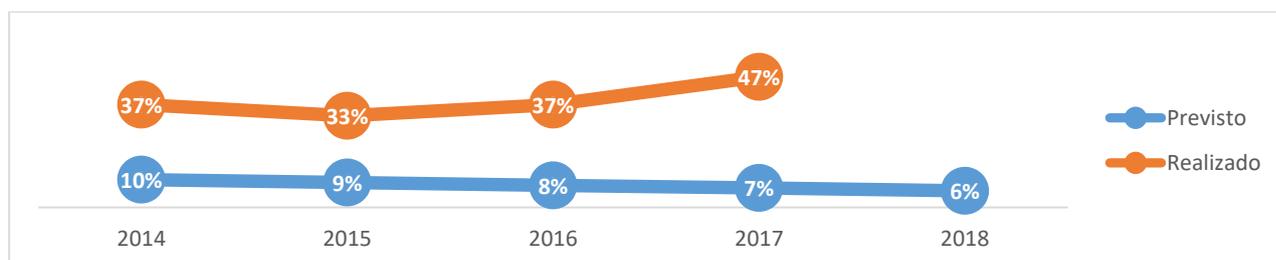
Indicador:	3.8.2 Percentual de alunos evadidos			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos evadidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
<50%	<45%	<30%	<20%	<10%
Avaliação 2017				

Houve acentuada queda do percentual de evasão dos estudantes do IFB em 2016, apesar do histórico de crescimento que o indicador apresentava. Em 2017 houve um pequeno aumento, passando para 13%, contudo, mesmo com esse resultado o indicador está abaixo da meta prevista de 20% para 2017 e está próximo do valor esperado em 2018, conforme figura abaixo.



Indicador:	3.8.3 Percentual de alunos retidos			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos retidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
<10%	<9%	<8%	<7%	<6%
Avaliação 2017				

O percentual de alunos retidos manteve certo padrão até 2016, conforme gráfico abaixo. Apesar do esforço empreendido e da meta de redução estabelecida, a taxa de 2017 foi maior que a do ano anterior. No exercício de 2016, o IFB instituiu comissão para avaliar a situação da permanência e êxito dos estudantes e para estabelecer uma política que tem, dentre seus objetivos, reduzir a retenção e a evasão dos estudantes.

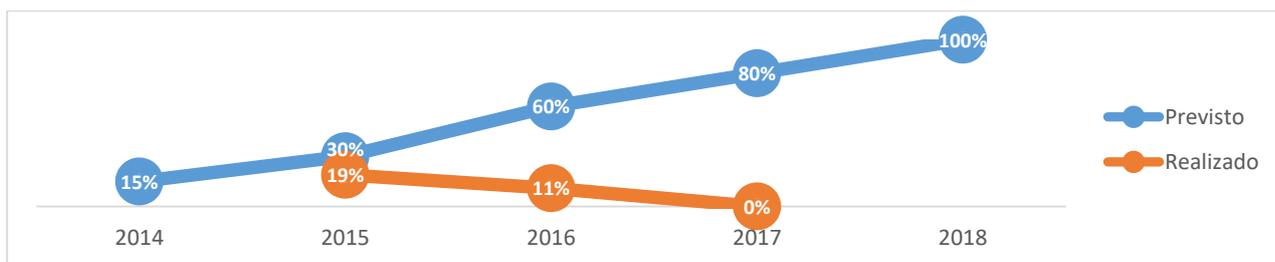


Pessoas e Tecnologia

4.1 Desenvolver e manter pessoas

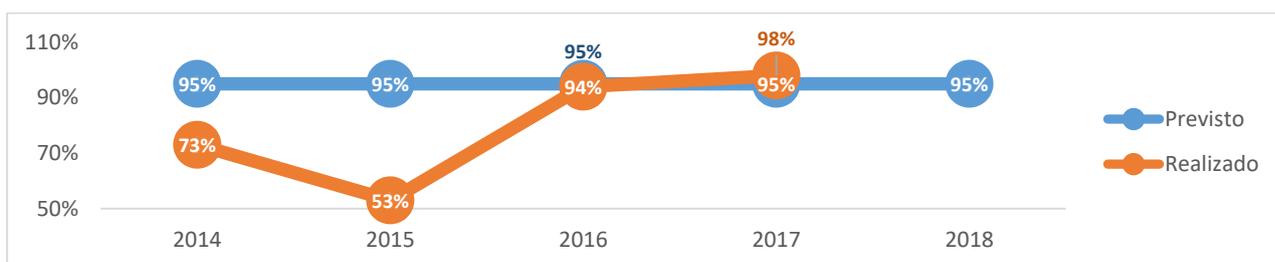
Indicador:	4.1.1 Índice de exame periódico regularizado por ano			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de exames periódicos realizados} \div n^{\circ} \text{ total de exames periódicos previstos}) \times 100$			
Fonte:	SIASS	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
15%	30%	40%	50%	60%
Avaliação 2017				

A realização de exames periódicos dos servidores públicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme previsto no artigo 2º do Decreto nº 6.856/2009. Apesar dos esforços, os índices alcançados pela instituição são abaixo das metas previstas para o período, com queda de 58% de 2015 a 2016. Em 2017 não foram realizados exames periódicos.



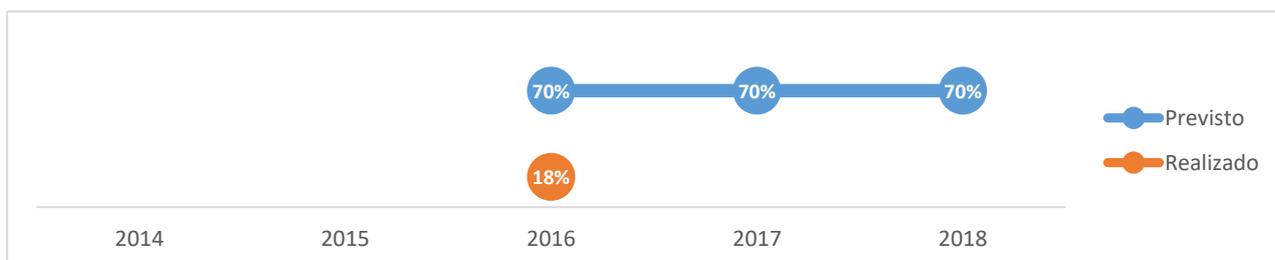
Indicador:	4.1.2 Índice de execução do orçamento com capacitação			
Cálculo:	$(\text{valor do orçamento de capacitação executado} \div \text{valor do orçamento de capacitação previsto}) \times 100$			
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
95%	95%	95%	95%	95%
Avaliação 2017				

Os resultados apresentados foram insatisfatórios, apresentando seu menor índice em 2015, quando o IFB executou apenas 53% do orçamento de capacitação. Em 2016, o resultado ficou próximo da meta estabelecida, com o não alcance por apenas 1% de diferença. Já em 2017 a meta foi atingida, tendo o indicador ficado 3% acima da meta, com o calor de 98% de execução.



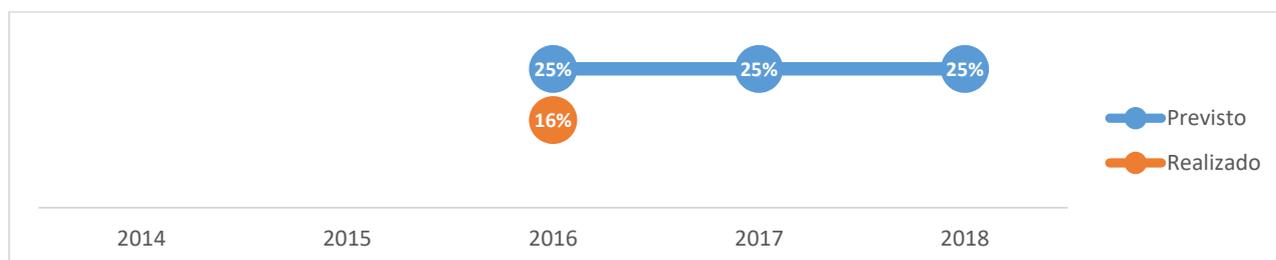
Indicador:	4.1.3 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de servidores que participaram de eventos de capacitação} \div n^{\circ} \text{ total de servidores}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	70%	70%	70%
Avaliação 2017				

Este indicador foi estabelecido no processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), realizado em 2016 com conclusão em 2017. O exercício de 2016 não foi mensurado por falta de coleta de dados. O resultado de 2017 foi abaixo do esperado, com o alcance de apenas 18%.



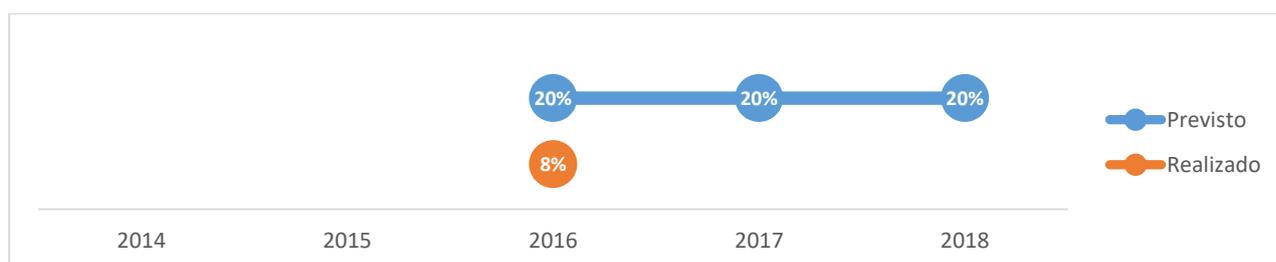
Indicador:	4.1.4 Índice de qualificação dos servidores no ano (Docente)			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de servidores docentes que se qualificaram no ano} \div n^{\circ} \text{ total de servidores docentes no ano}) \times 100$			
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	25%	25%	25%
Avaliação 2017				

Este indicador foi estabelecido no processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), realizado em 2016 com conclusão em 2017. O exercício de 2016 não foi mensurado por falta de coleta de dados. O resultado de 2017 de 16% se aproximou da meta prevista de 25%.



Indicador:	4.1.5 Índice de qualificação dos servidores no ano (TAE)			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de servidores TAE que se qualificaram no ano} \div n^{\circ} \text{ total de servidores TAE no ano}) \times 100$			
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	20%	20%	20%
Avaliação 2017				

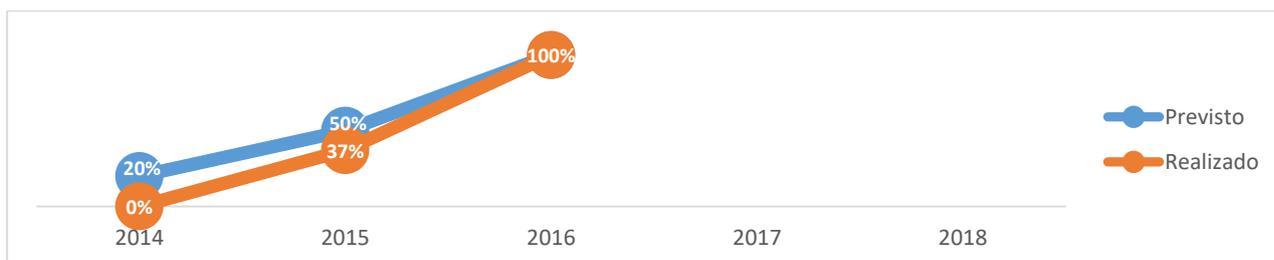
Este indicador foi estabelecido no processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), realizado em 2016 com conclusão em 2017. O exercício de 2016 não foi mensurado por falta de coleta de dados. O resultado de 2017 foi abaixo do esperado, em 8%.



4.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura

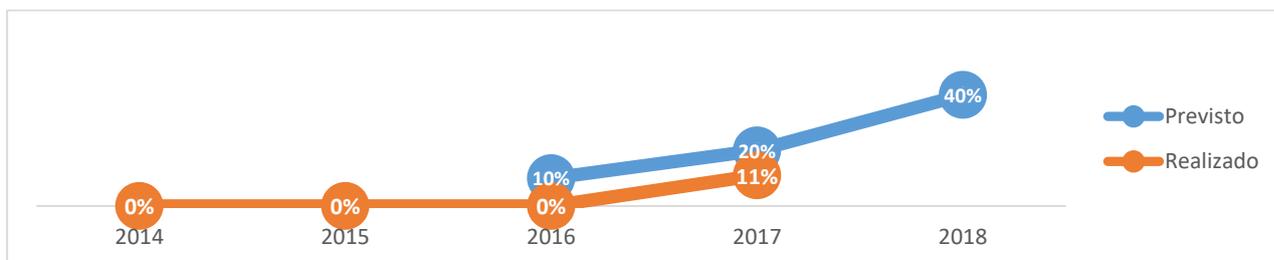
Indicador:	4.2.1 Percentual de elaboração do plano			
Cálculo:	$(\% \text{ de elaboração do plano diretori de infraestrutura})$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	PRAD	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
20%	50%	100%	0%	0%
Avaliação 2017				

O Plano Diretor de Infraestrutura foi implementado em 2016, conforme previsto. Entretanto, a execução do plano, como prevista no indicador seguinte 3.6.2, foi iniciada em 2017.



Indicador:	4.2.2 Percentual de execução do plano			
Cálculo:	<i>(% de execução do plano diretor de infraestrutura)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PRAD	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	0%	10%	20%	40%
Avaliação 2017				

Dado que o Plano Diretor de Infraestrutura foi implementado em 2016, somente à partir de 2017 é que se teve o início de sua execução. Neste ano a execução foi de 11%, ficando abaixo da meta prevista de 20% e atingindo uma eficácia de 55%.



4.3 Executar o orçamento com qualidade

Indicador:	4.3.1 Índice de execução do orçamento de Assistência ao Educando			
Cálculo:	<i>(valor do orçamento da Assistência ao Educando executado ÷ valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto) × 100</i>			
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	95%	95%	95%
Avaliação 2017				

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

Indicador:	4.3.2 Índice de execução do orçamento do NAPNE			
Cálculo:	<i>(valor do orçamento do NAPNE executado ÷ valor do orçamento do NAPNE previsto) × 100</i>			
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	95%	95%	95%
Avaliação 2017				

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

Indicador:	4.3.3 Número de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus			
Cálculo:	<i>(nº de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	1	1	1	1

Indicador não apurado em 2017 por falta de dados da área responsável.

4.4 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação

Indicador:	4.4.1 Percentual de Campus com cabeamento estruturado implantado			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campi com cabeamento estruturado implantado} \div n^{\circ} \text{ total de campi}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
90%	100%	100%	100%	100%

Avaliação 2017

No mesmo sentido, a infraestrutura de cabeamento foi implementada em todas as unidades a partir de 2015, alcançando a meta prevista, conforme figura abaixo.

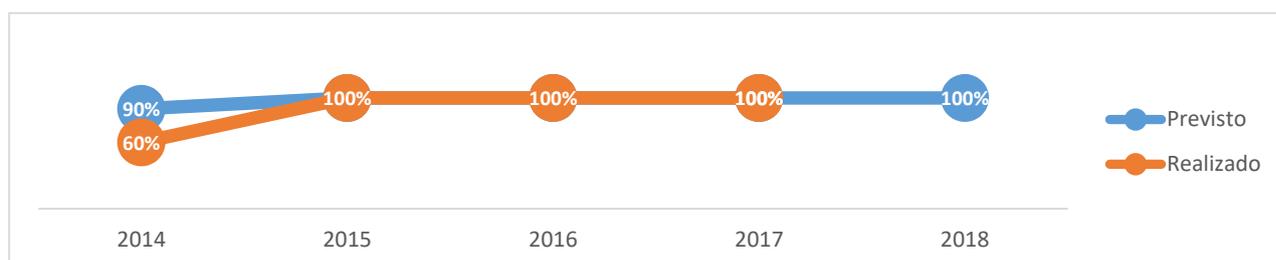


Indicador:	4.4.2 Percentual de Campus com link de internet ativado			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campi com link de internet ativado} \div n^{\circ} \text{ total de campi}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
90%	100%	100%	100%	100%

Avaliação 2017

A instituição implementou em todos os Campi link de internet ativado desde 2015, alcançando a meta prevista para aquele ano e anos seguintes, conforme figura abaixo.

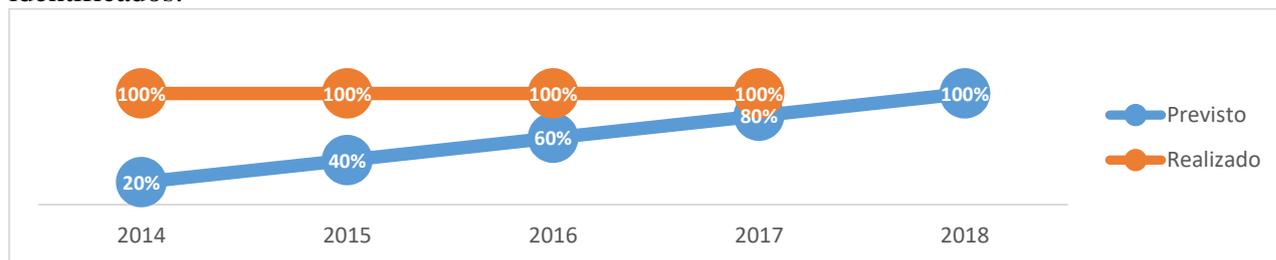


Indicador:	4.4.3 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de processos administrativos e acadêmicos informatizados} \div n^{\circ} \text{ total de processos administrativos e acadêmicos identificados}) \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
20%	40%	60%	80%	100%

Avaliação 2017

Em relação ao percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados, a instituição vem cumprindo a meta desde 2014, considerando implantados todos os processos que foram identificados.



2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Em consonância com o que determinou o Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto aos indicadores de desempenho operacional, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica, são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFB no exercício de 2017, bem como dados de uma série histórica, relativos aos 12 parâmetros definidos pelo mencionado Acórdão. Os resultados desses indicadores constam da Plataforma Nilo Peçanha, do Ministério da Educação.

Quadro 21 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores	Sigla	Fórmula de Cálculo	Exercícios							
			2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Relação Candidato/Vaga	RCV	$\left(\frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}}\right)$	10,27	9,23	8,13	3,09	9,72	5,71	6,59	4,23
Relação Ingressos/Aluno	RIM	$\left(\frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	40,88% *****	53,03%	58,66%	52,26%	45,26%	71,07%	71,35%	87,85%
Relação Concluintes/Aluno	RCM	$\left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	17,79% *****	9,17%	18,21%	16,55%	16,24%	11,81%	25,51%	23,64%
Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	EAC	$\left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}}\right) \times 100$	33,1%	32,95%	37,30%	20,89%	41,42%	29,22%	34,35%	26,91%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	RFE	$\left(\frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	8,6%	37,21%	33,02%	36,88%	40,23%	28,53%	*****	10,38%
Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	RAP	$\left(\frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}\right)$	26,50 **	21,37*	19,15*	26,79	32,41	33,11	17,43	15,21
Gastos Correntes por Aluno (em R\$1,00)	GCA	$\left(\frac{\text{Gasto Total}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	13.001,81 **	11.100,59	9.800,69	9.459,37	7.345,24	6.137,26	14.935,90	8.670,29
Percentual de Gastos com Pessoal	GCP	$\left(\frac{\text{Gasto com Pessoal}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	76,12%	65,63%	58,53%	56,82%	31,71%	27,23%	24,57%	21,50%
Percentual de Gastos com outros Custeios	GOC	$\left(\frac{\text{Gasto com Outros Custeios}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	15,55%	17,94 %	19,84%	23,4%	17,80%	17,96%	13,15%	8,42%
Percentual de Gastos com Investimentos	GCI	$\left(\frac{\text{Gasto com Investimentos}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	3,3%	11,49%	18,05%	19,78%	44,05%	52,62%	60,54%	68,14%
Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	MRF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Titulação do Corpo Docente	TCD ***	$\left(\frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D}\right)$	4,0	3,87	3,71	3,51	3,48	3,50	3,55	3,57

Fonte: SISTEC; <https://www.plataformanilopecanha.org/>

* Considera o conceito de Aluno-Equivalente, não podendo ser diretamente comparável aos demais valores da série.

** A plataforma Nilo Peçanha considerou matrículas equivalentes ao invés de matrículas atendidas e professores equivalentes ao invés de docentes

*** G=Graduação A=Aperfeiçoamento E=Especialização M=Mestrado D=Doutorado

**** Informação não disponível no Relatório de Gestão do exercício.

***** Indicador não consta da plataforma Nilo Peçanha. Foi calculado a partir dos dados disponibilizados na aba “1.1 Instituições” da plataforma, com os valores Ingressantes, Matrículas ou Concluintes. De acordo com o glossário da plataforma, o conceito de Matrícula é o mesmo do conceito Matrícula Atendida, utilizado pelo Manual para cálculo dos indicadores da RFEPC.

Relação Candidato Vaga (RCV)

O indicador de RCV tem o intuito de medir a capacidade de oferta da instituição de ensino em relação à procura do público. Infere-se da figura abaixo que o *Campus Ceilândia* foi o que mais se destacou neste indicador, seguido por Brasília e Planaltina.

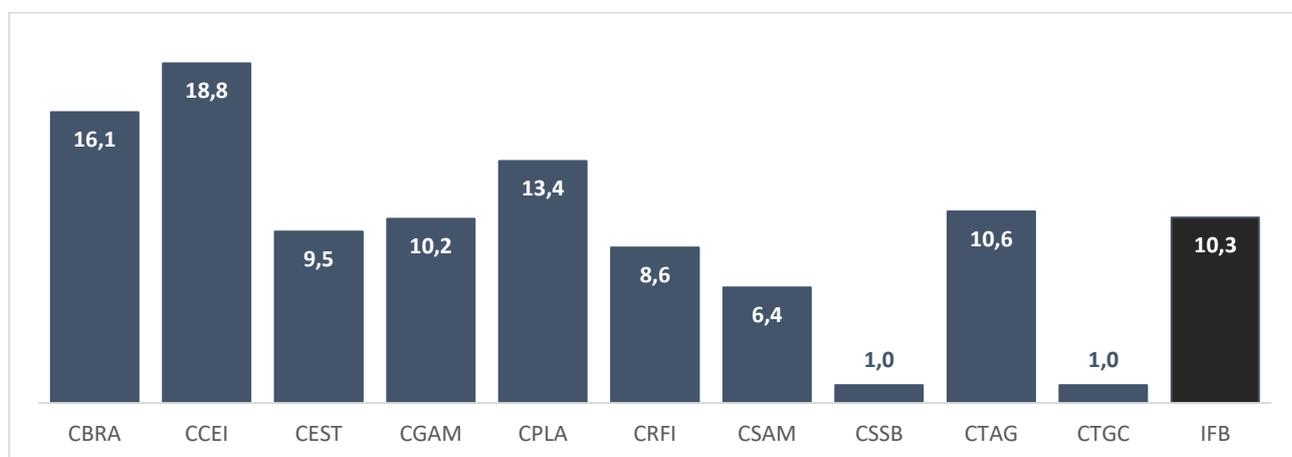


Figura 4 - Relação Candidato Vaga (RCV) por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

A figura abaixo fornece um panorama da evolução deste indicador. Nota-se que há uma redução sistemática da RCV da Rede Federal desde 2014, enquanto o IFB apresenta um crescimento acentuado desde então.

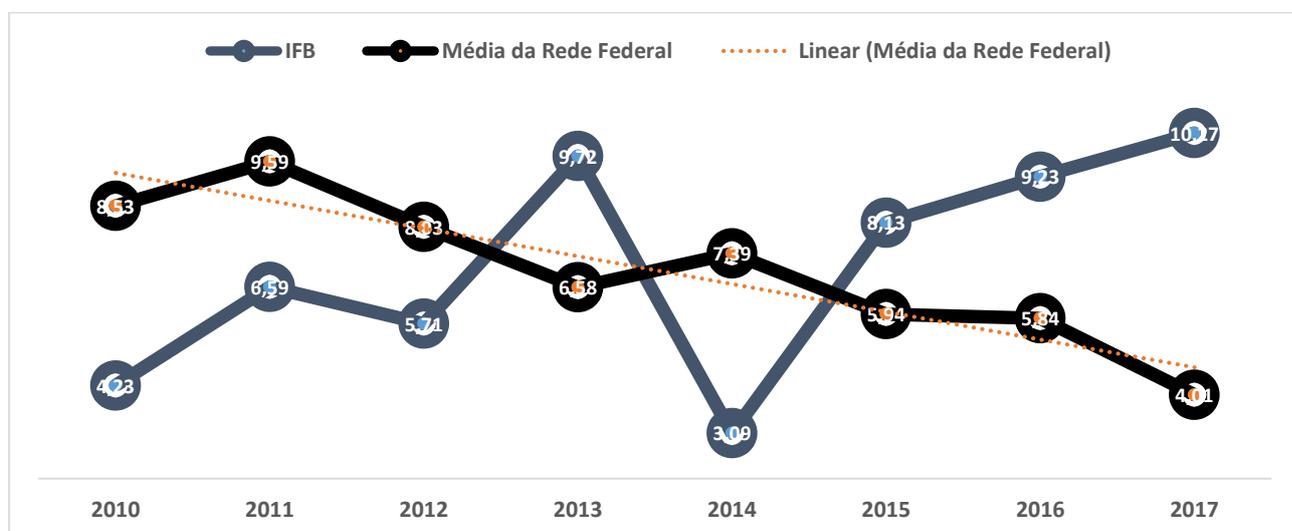


Figura 5 - Evolução da Relação Candidato Vaga (RCV) IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Relação Ingresso/Aluno Matriculado (RIM)

Assim como o RCV, o RIM tem o intuito de medir a capacidade de oferta de uma instituição de ensino, contudo, como seu numerador leva em conta ingressos, a dimensão de oferta captada pelo indicador está ligada àqueles alunos que de fato entraram na instituição. Depreende-se da figura abaixo que os *campi* Estrutural e Riacho Fundo apresentaram os maiores índices de RIM.

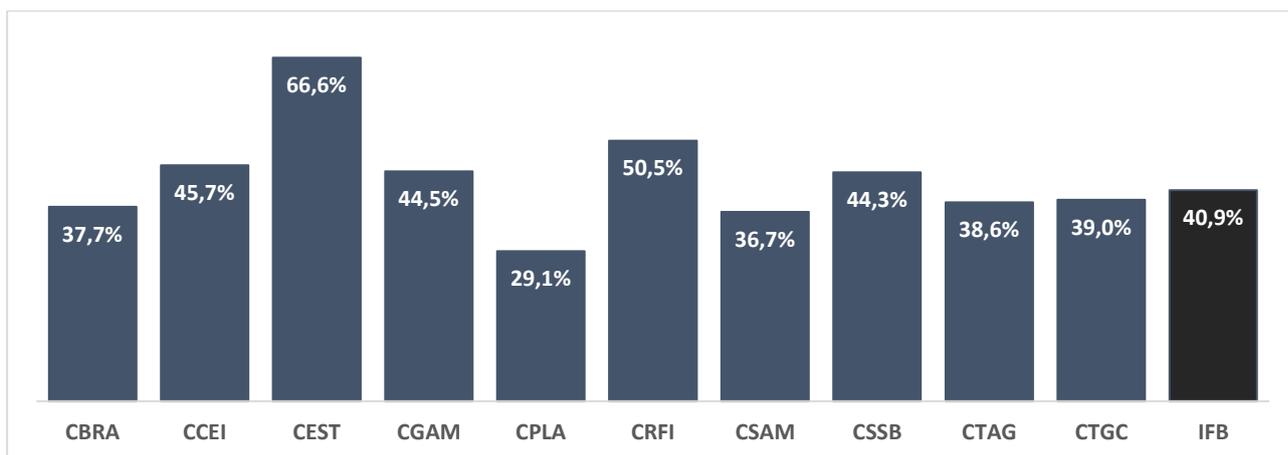


Figura 6 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

Quando se observa o RIM para o IFB como um todo, nota-se, pela análise da figura abaixo, que o índice apresenta certa estabilidade em relação aos anos anteriores, e leve queda a partir de 2015, considerando o crescimento do número de alunos matriculados, que se mantém a cada ano, em proporção maior em relação a quantidade de ingressantes. Apesar dessa queda, o percentual do IFB se mantém acima da média histórica da rede federal. A tendência, no entanto, é de alcançar percentual abaixo do que a média da Rede, que se encontra em leve crescimento desde 2015.

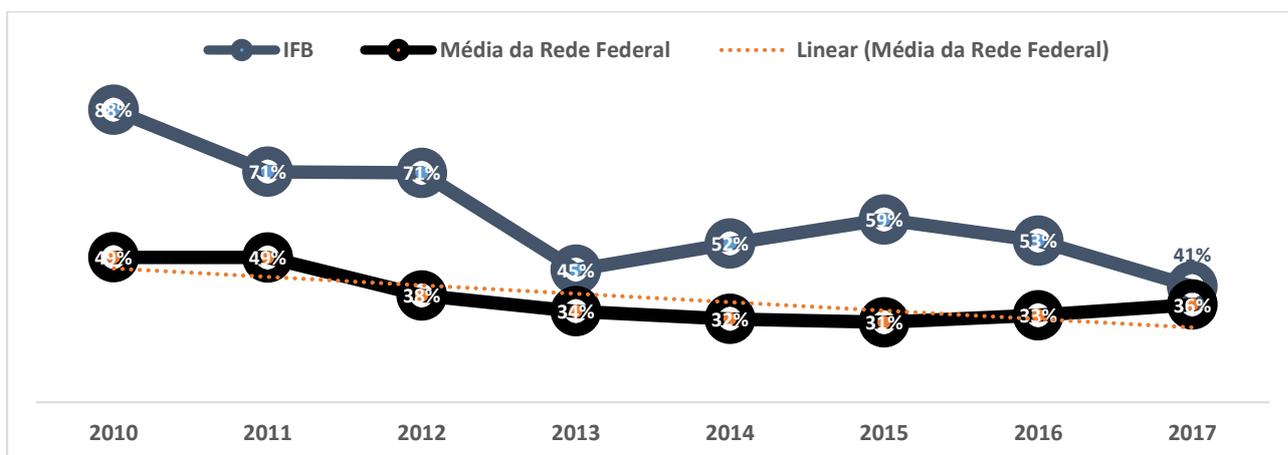


Figura 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) do IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Relação Concluintes/Aluno Matriculado (RCM)

O indicador de Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) visa medir a capacidade de alcançar êxito escolar da instituição de ensino. Ao se observar a figura abaixo podemos dividir o IFB em três grupos de desempenho para o RIM. Um primeiro grupo com desempenho elevado é formado pelos *Campi* Taguatinga Centro e Ceilândia; um segundo grupo com desempenho intermediário é formado pelos *Campi* Samambaia, Riacho Fundo, Gama e Taguatinga e, por fim, com desempenho baixo têm-se os *campi* Brasília, Estrutural, Planaltina e São Sebastião.

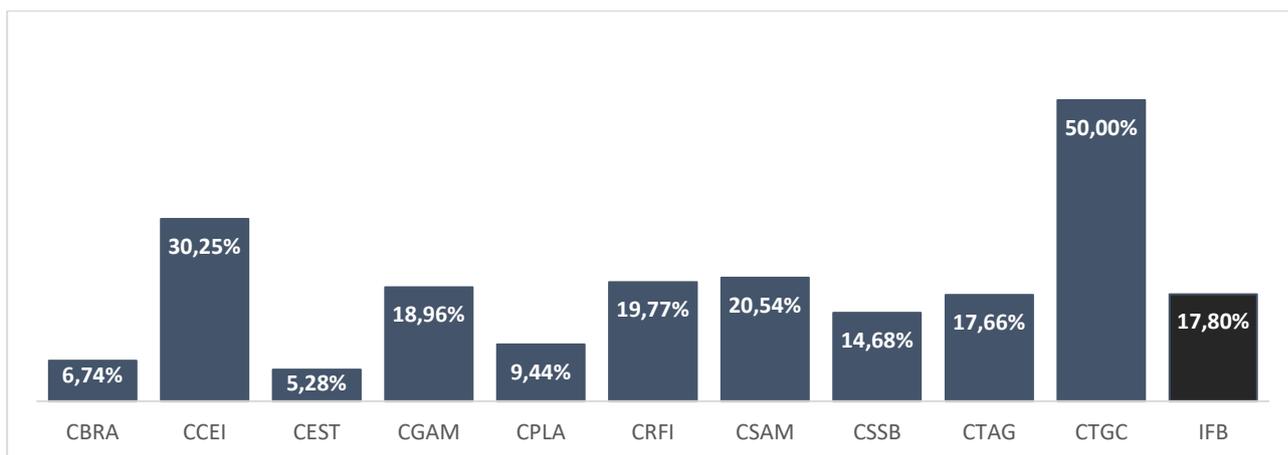


Figura 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

Em comparação com a Rede Federal, infere-se que até o exercício de 2015, o RCM do IFB encontrava-se acima ou no mesmo patamar que a média federal. Em 2016, no entanto, com uma queda expressiva passou a figurar abaixo da média, com manutenção em 2017. O resultado de 2017, apesar disso, representa um crescimento expressivo em relação ao exercício anterior, se aproximando dos patamares dos anos de 2013 a 2015, quando a média era abaixo do RCM do IFB.

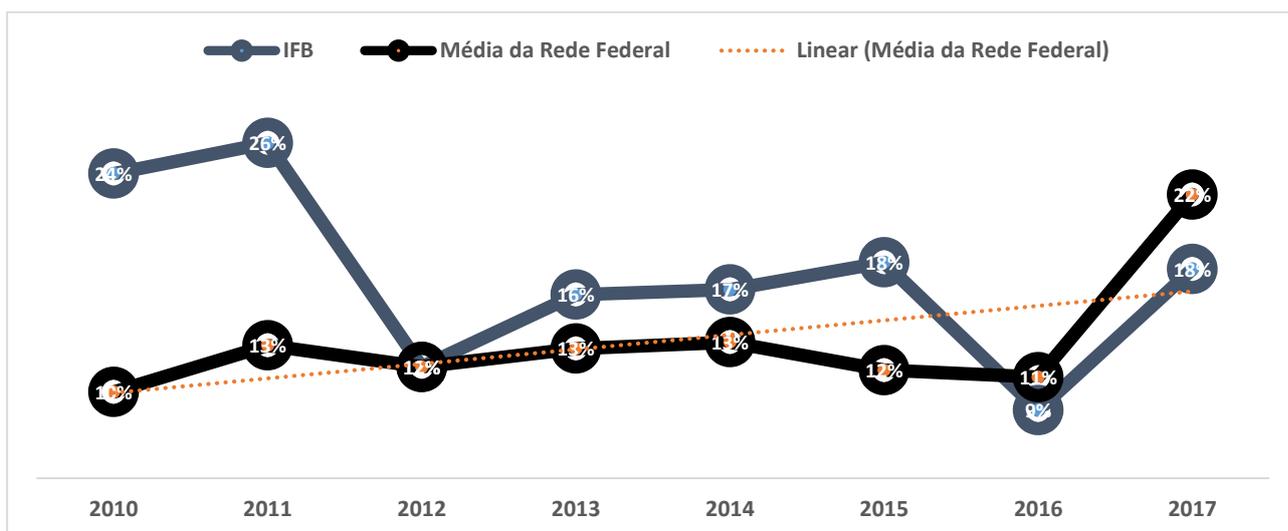


Figura 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) do IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (Concluído, Integralizado, Evadido, Desligado ou Transferido Externo). Depreende-se da figura abaixo que Ceilândia e São Sebastião apresentaram os melhores índices de EAC, seguidos por Riacho Fundo e Taguatinga.

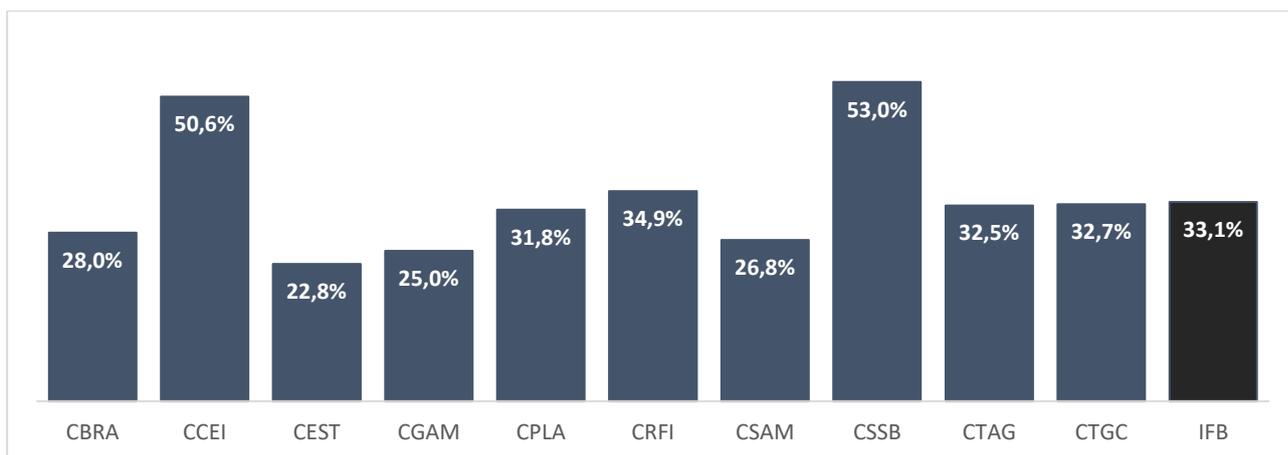


Figura 10 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes (EAC) por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

Ao se observar a evolução histórica do EAC para o IFB, representada pela figura abaixo, registra-se que em 2016 houve pequena queda em relação ao exercício anterior, mas se mantém acima da média histórica, que é de 32%. Em comparação com a Rede Federal, o índice do IFB se encontra abaixo da média das demais instituições, representando valores compatíveis com 2010 e 2011 da rede. Apesar de crescimento do índice da Rede, o EAC do IFB manteve-se no mesmo patamar de 33%.

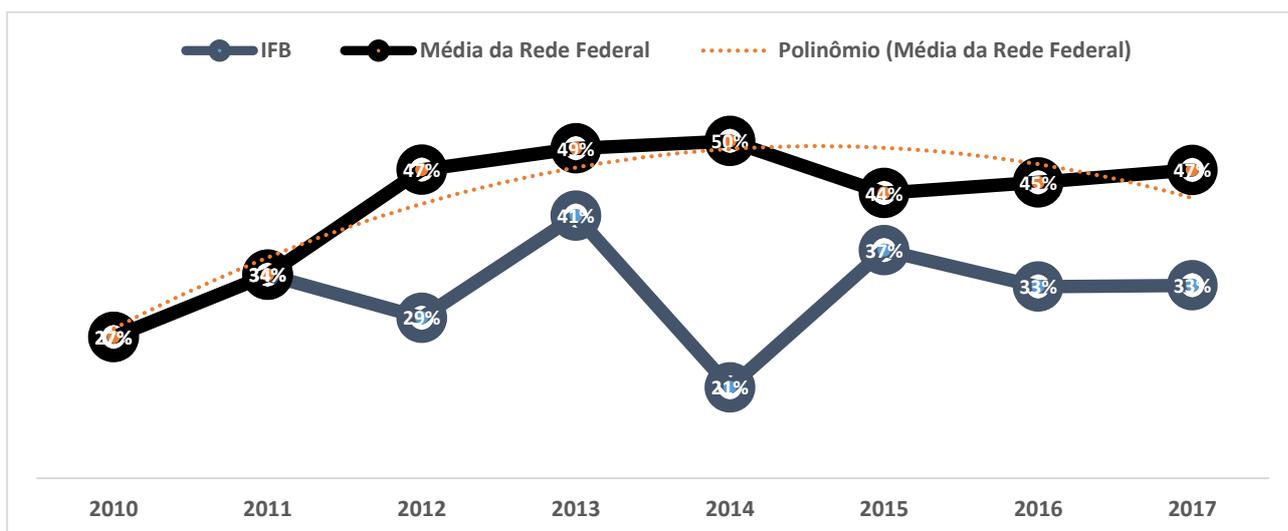


Figura 11 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica (EAC) dos Concluintes do IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador tem o intuito de medir a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto. Desta forma, ao se analisar os dados representados na figura abaixo, nota-se que Brasília e Taguatinga foram os *Campi* que apresentaram os maiores percentuais de retenção do fluxo escolar. Os melhores índices são dos *Campi* Estrutural, Riacho Fundo, São Sebastião e Taguatinga Centro. Este é o primeiro ano em que este indicador foi avaliado de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha. A metodologia de cálculo apresentada na plataforma não foi clareada, o que pode explicar a diferença entre o índice em 2017 e os anos anteriores.

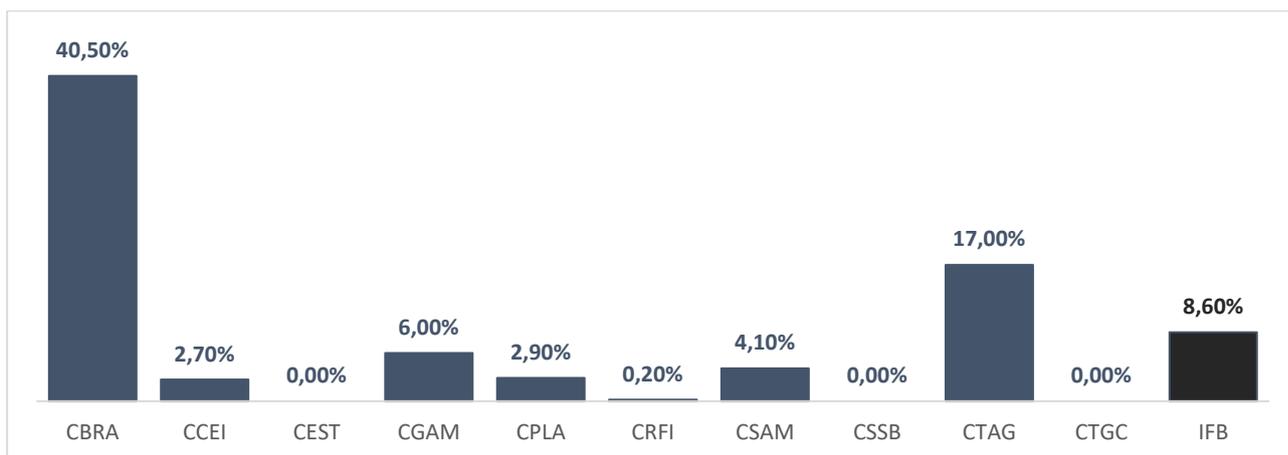


Figura 12 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RAP)

Este indicador tem o objetivo de medir a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente. A figura abaixo apresenta o IFB com valor acima da média histórica da Rede Federal. No exercício de 2016, houve um crescimento de 44% em relação a 2015, um pouco acima da projeção prevista para a média da Rede. Em 2017, o crescimento em relação ao IFB foi mantido

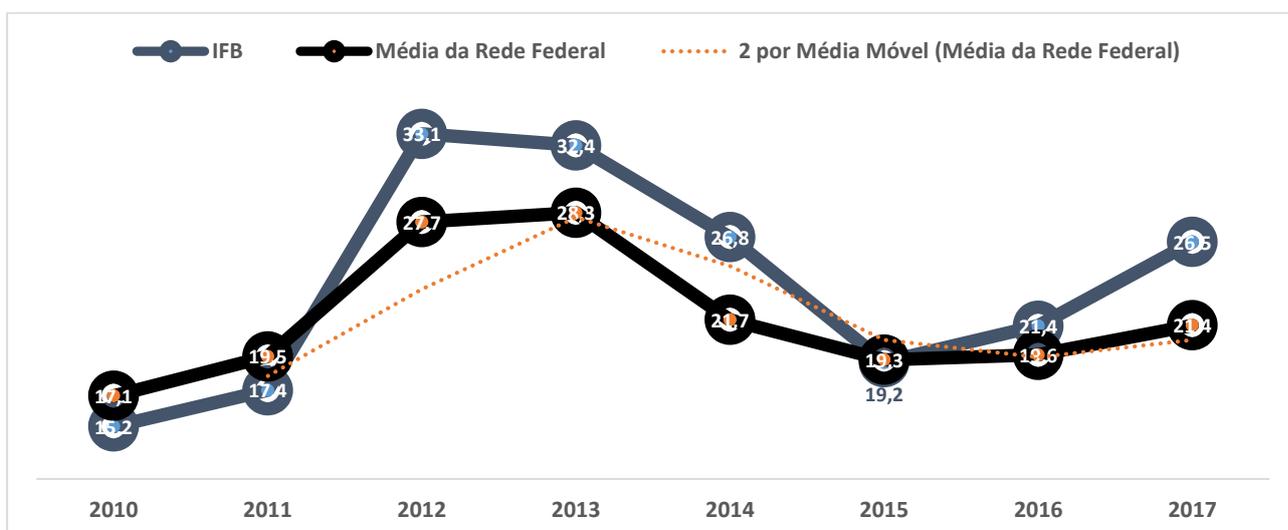


Figura 13 - Evolução da Relação Aluno por Docente (RAP) em Tempo Integral do IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Gastos Correntes por Aluno (GCA)

Este indicador tem o objetivo de medir o custo médio de cada aluno da instituição. Pela análise da figura abaixo, infere-se que, desde 2012, há uma tendência de crescimento no GCA do IFB. O resultado de 2017 está acima da média histórica de R\$ 9.635,62 e apresenta crescimento em torno de 17% em relação a 2016, acima do crescimento apresentado no exercício anterior, que foi de 14%. Em comparação com outras instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFB, desde 2012, apresenta um GCA abaixo da média da Rede Federal apesar do crescimento em cada exercício.

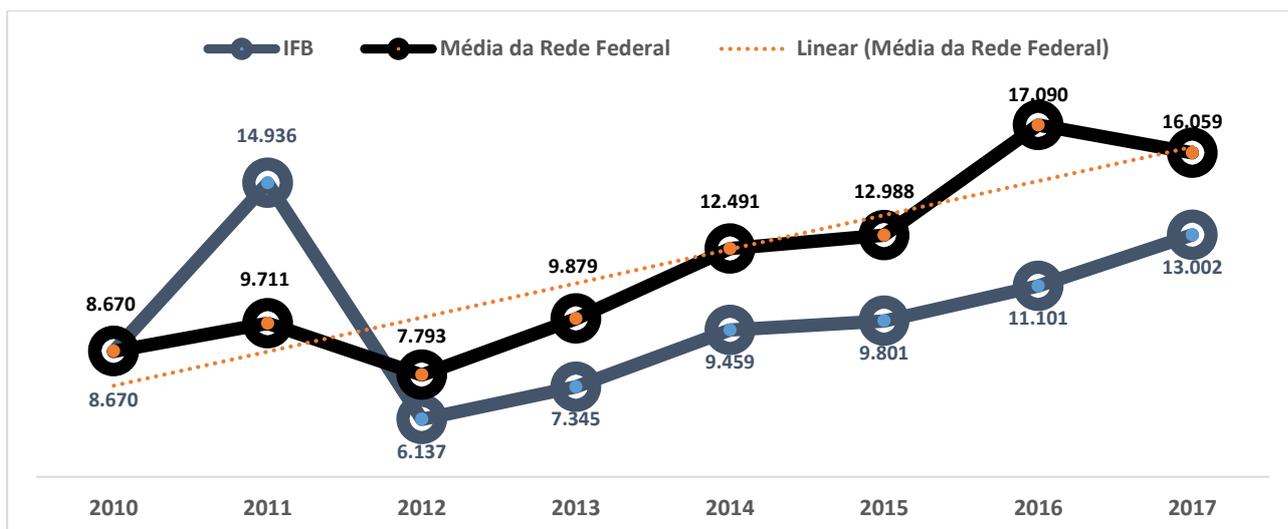


Figura 14 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB e Rede Federal
 Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Inference-se da figura abaixo que o indicador apresenta crescimento desde do início de sua medição, com salto de 25% de 2013 para 2014, refletindo o processo de estruturação da força de trabalho do instituto. Não obstante a tendência de crescimento do GCP do IFB, percebe-se que, em relação à média da Rede Federal, sempre apresentou valor menor, mas manteve a tendência de aproximação a essa média.

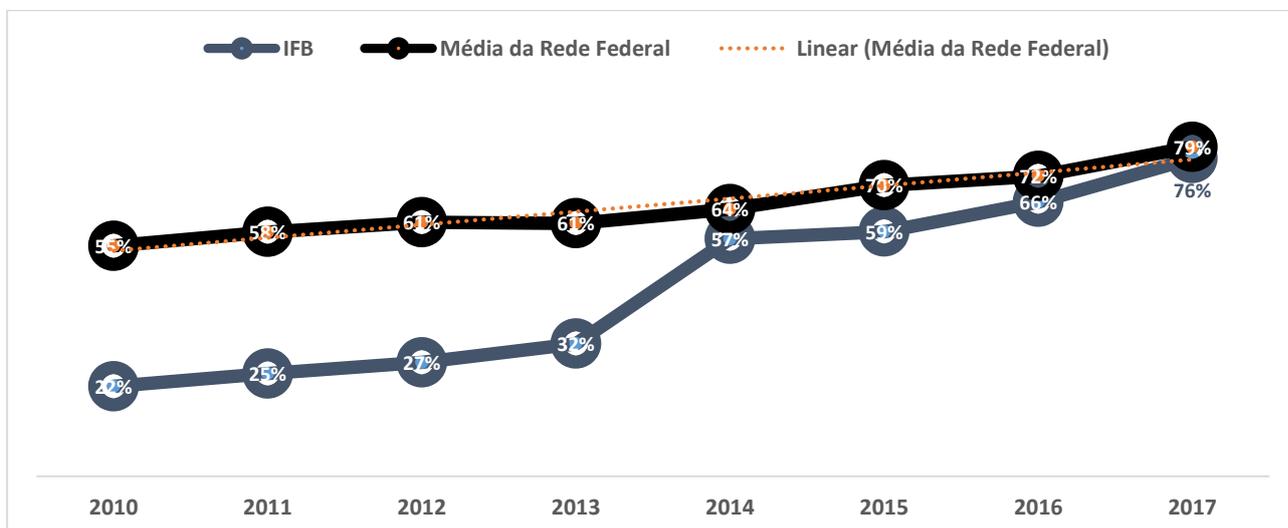


Figura 15 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB e Rede Federal
 Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Percentual de Gastos com Outros Custeios (GOC)

Este indicador tem o objetivo de mensurar os gastos com outros custeios (excluídos benefícios e Pasep) em relação aos gastos totais da instituição. Pela inspeção da figura abaixo, houve um crescimento de gastos com outros custeios desde o início da medição, com destaque em 2014 que apresentou o maior índice, fora da linha de crescimento da série histórica. No entanto, a partir de 2015

houve uma redução do índice, alcançando seu menor patamar em 2017, com 15,55%. Ao se comparar o GOC do IFB com a média da Rede Federal, percebe-se que a partir de 2014 o IFB apresentou um GOC acima da média, mantendo assim até 2017.

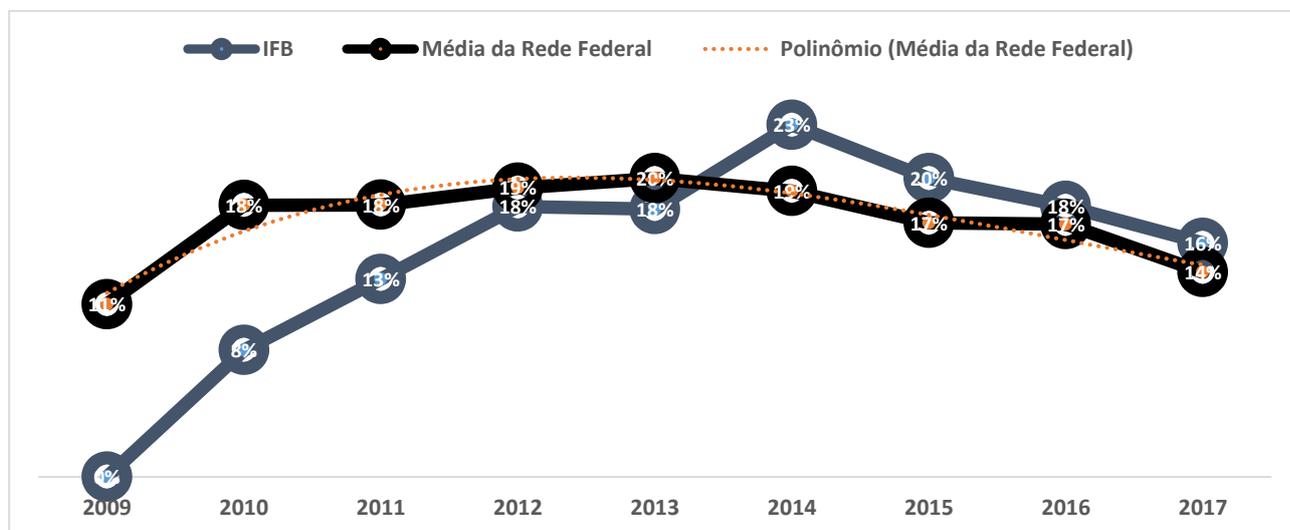


Figura 16 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB e Rede Federal
 Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Percentual de Gastos com Investimentos (GCI)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da instituição. Ao se analisar a figura abaixo, percebe-se que desde 2010 o GCI apresenta uma tendência de queda ano após ano. Quando se compara o GCI do IFB com a média da Rede Federal, percebe-se que o gasto como investimento no IFB se apresentou bem acima da média da rede. Com a consolidação da instituição e finalização do processo de estruturação dos *Campi*, esse índice passou a se aproximar da média da Rede, passando a diferença de apenas 0,2% em 2017.

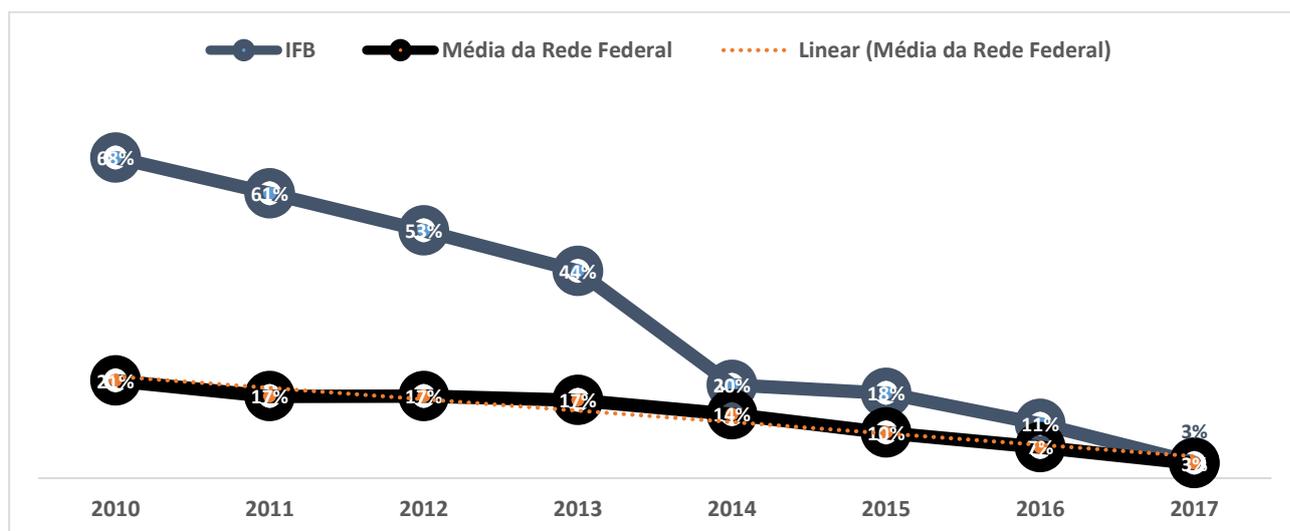


Figura 17 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB e Rede Federal
 Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org/> | Relatórios de gestão anteriores

Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)

Este indicador tem o objetivo de medir a titulação do corpo docente da instituição. Pela análise da figura abaixo, percebe-se que os *Campi* Planaltina e Gama apresentam os maiores valores de TCD. No geral, o índice é semelhante em todas as unidades.

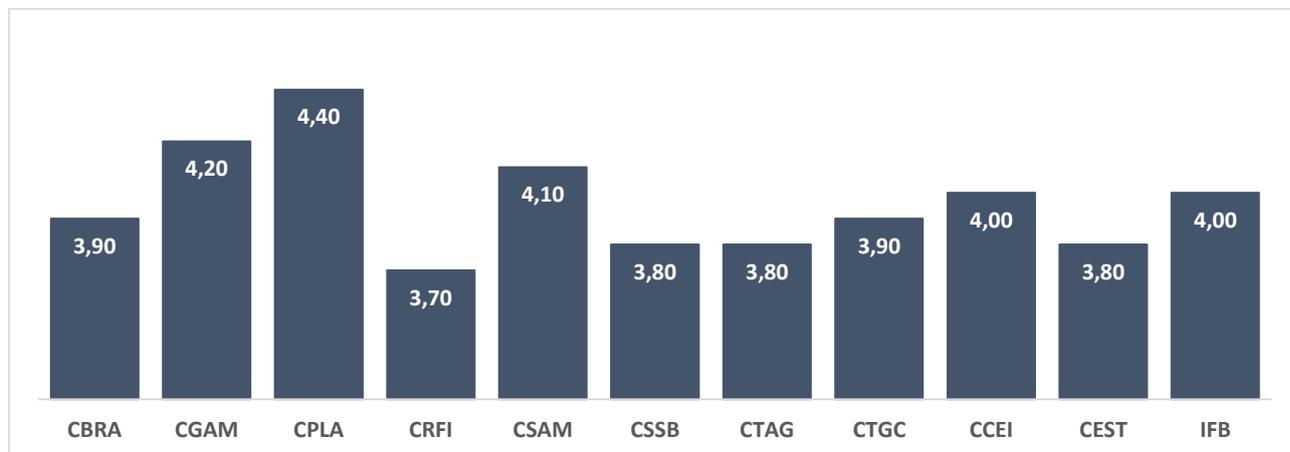


Figura 18 - Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) por Unidades do IFB

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org>

Quando se analisa o TCD do IFB em sua evolução histórica, apresentada abaixo, nota-se que este apresentou uma certa estabilidade desde 2010 e crescimento acentuado a partir de 2015. Em comparação com a Rede Federal, nota-se que até 2013 o IFB se apresentava acima da média, tendo esta situação se invertido em 2014. Em 2016, o IFB se aproximou da média e a partir de 2017 convergiu para a média da rede, que foi de 4,0, conforme dados da plataforma Nilo Peçanha.

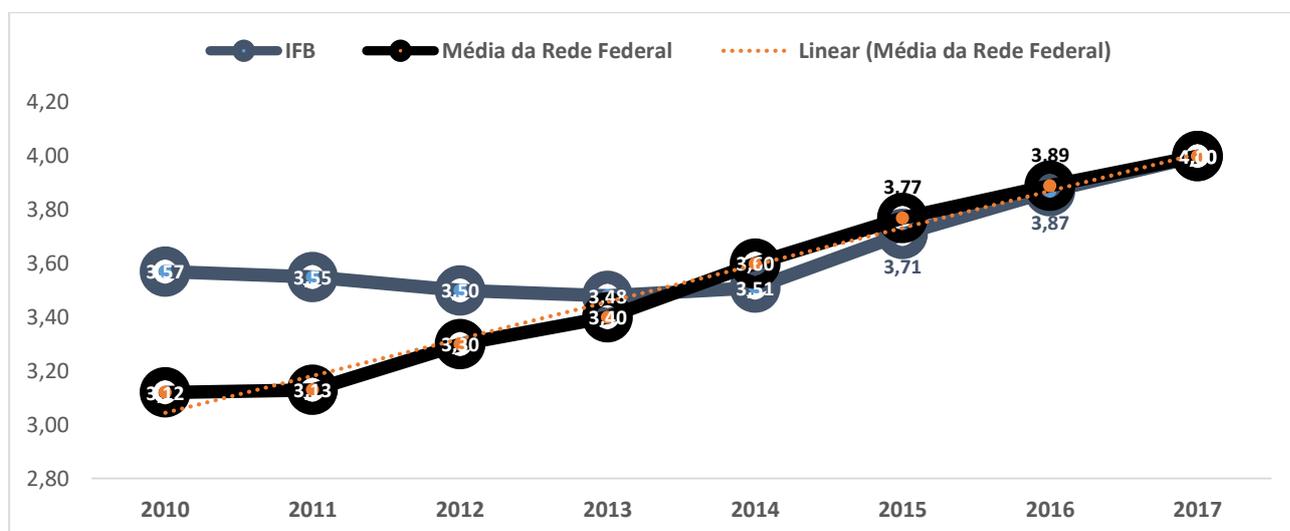


Figura 19 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) do IFB e Rede Federal

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org> | ifbemnumeros.ifb.edu.br

Número de alunos matriculados por renda per capita familiar e por Campus (MRF)

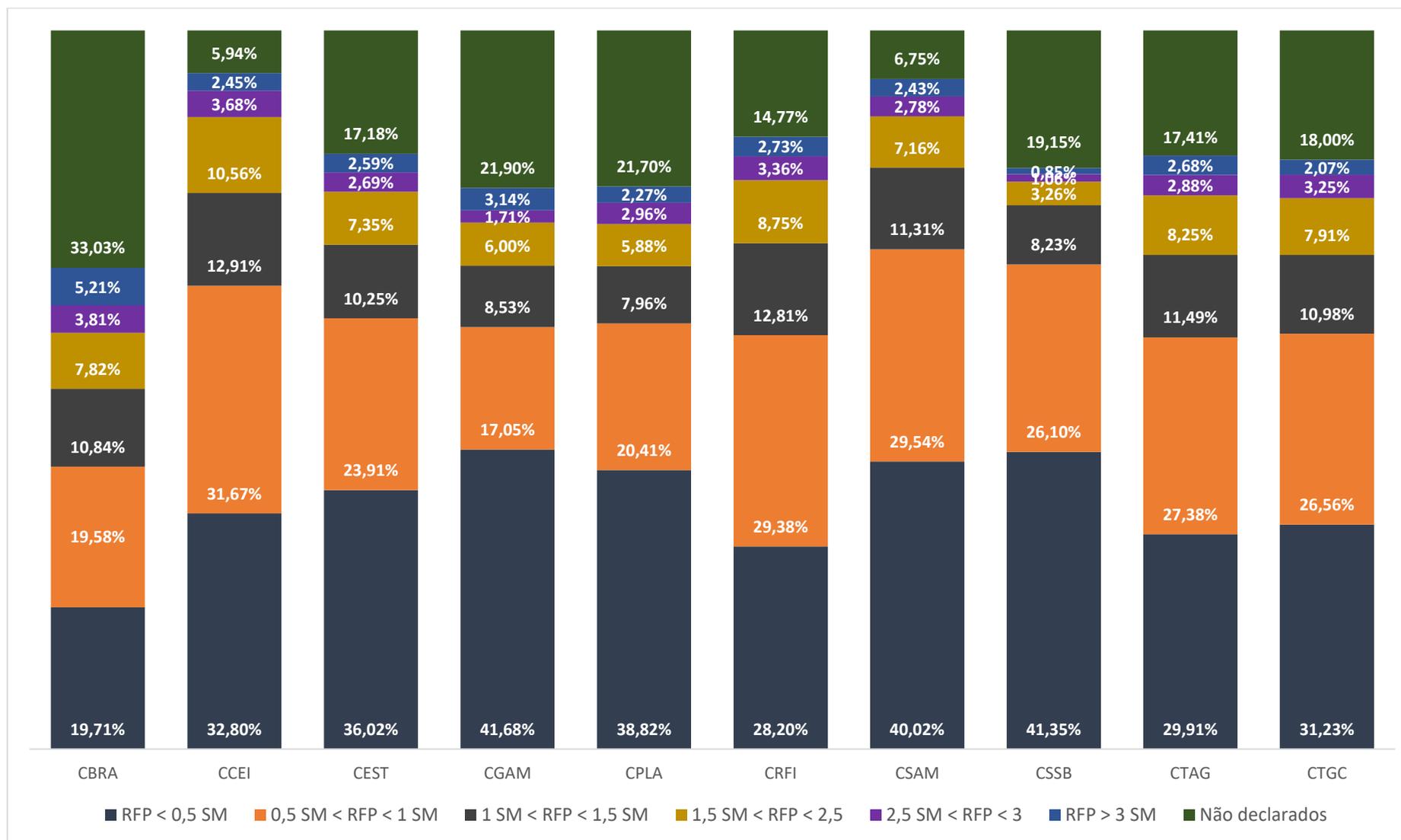


Figura 20 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar (MRF)

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org>

Número de alunos matriculados por renda per capita familiar Geral (MRF)

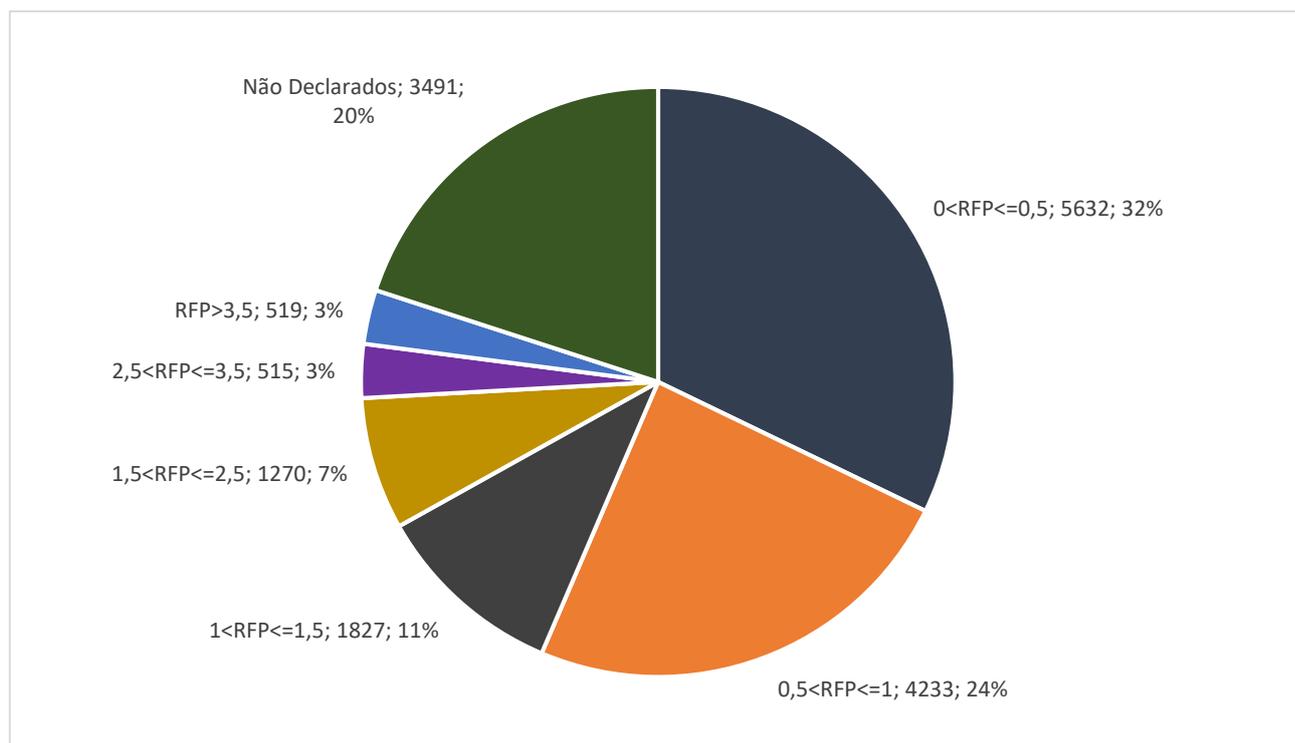


Figura 21 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar Geral (MRF)

Fonte: <https://www.plataformanilopecanha.org>

Este indicador tem o objetivo de mensurar a capacidade de inclusão social da instituição. Ao se observar a figura acima, nota-se que o IFB possui a maior parte de seus estudantes ocupando as duas primeiras faixas de renda familiar per capita (RFP). Isso significa dizer que, aproximadamente, 56% de seus estudantes têm RFP de até um salário mínimo. Se levar em conta que 20% não declararam sua RFP, têm-se que essas duas faixas de renda representam 70% dos estudantes que declararam sua RFP.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Este capítulo apresenta a estrutura de governança do IFB, explicita as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

3.1 Descrição das estruturas de governança

Este tópico tem por finalidade informar sobre a estrutura e as instâncias que compõem a governança do IFB. De acordo com o manual *dez passos para a boa governança*, elaborado pelo TCU, “*governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.*”

Quadro 22 - Estrutura de governança

Estrutura de governança	
Instância:	Descrição:
Conselho Superior - CS	Base Normativa: art. 9º, §3º da Lei nº 11.892/2008. ArtS. 7º, 8º, 9º, 10, 13, 15, 20, 27, 32 e 37 do Estatuto do IFB, aprovado pela Resolução CS nº 18 de 18 de agosto de 2009, alterado pela Resolução CS nº 17 de 25 de maio de 2016.
	Atribuições: I-aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional; II-aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFB e dos Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> , em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III-aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV-aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V-aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI-autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII-apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; VIII-deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB; IX-autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas; X-aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e XI-deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação
	Forma de atuação: reuniões ordinárias às terças-feiras dos meses pares, e reuniões extraordinárias
Colégio de Dirigentes - CD	Base Normativa: art. 10ª da Lei nº 11.892/2008, art. 7º e 36 do Estatuto do IFB e art. 4º, 5º, 19, 20 e 21 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não; II - propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB; III - propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos; V - opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores; VI – propor as políticas estratégicas do IFB; VII – demais competências estabelecidas em seu regimento interno; VIII - apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; IX - apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; X - propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB; XI - apreciar e recomendar o calendário de referência anual; XII - apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; XIII - apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
	Forma de atuação: reuniões ordinárias mensais e, extraordinárias, quando convocado pelo Reitor ou por requerimento de dois terços de seus membros.
	Base Normativa: art. 4º, 84 até 88 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB

<p style="text-align: center;">Conselho Gestor</p>	<p>Atribuições: Para apoiar a gestão administrativa e acadêmica o IFB dispõe dos Conselhos Gestores em cada campus, com a seguinte composição: I – Diretor-geral do respectivo campus, como seu presidente; II - um representante docente do quadro permanente, em efetivo exercício, indicado por seus pares; III - um representante técnico-administrativo do quadro permanente, em efetivo exercício, indicado por seus pares; IV - um representante discente, com matrícula regular ativa e presença regular, indicado por seus pares; V - um representante da Administração Regional, da Região na qual está localizado o Campus; VI – um representante do Conselho de Segurança da Região Administrativa onde se localiza o campus; VII – um representante dos arranjos produtivos, sociais ou culturais locais do eixo tecnológico que tiver mais alunos no campus. Parágrafo único: Nas ausências e impedimentos do Diretor-geral, a presidência do Conselho Gestor será exercida pelo Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus respectivo. Art. 85. Os órgãos colegiados consultivos reúnem-se ordinária ou extraordinariamente, com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidem, pela maioria dos presentes, em votação nominal, sendo concedido ao presidente o direito ao voto de desempate, além do voto comum. § 1º. As reuniões dos Conselhos Gestores acontecem ordinariamente, com frequência trimestral e extraordinariamente quando convocadas, por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 48 horas, ou por dois terços de seus membros, com indicação de pauta dos assuntos a serem apreciados. § 2º. Nas reuniões extraordinárias apenas será discutido o que estiver descrito na pauta. § 3º. Para cada membro efetivo haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, com exceção do Diretor-Geral, cujo suplente será seu substituto regulamentar. § 4º. As normas para a eleição dos representantes dos Conselhos Gestores, bem como as necessárias para o seu funcionamento, serão estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior. § 5º. O mandato do conselheiro nato perdura pelo período em que se mantiver no cargo que lhe assegura o respectivo mandato e o dos demais membros tem duração de dois anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. § 6º. O representante discente, se desligado da instituição, por qualquer motivo, será substituído pelo seu suplente até o final do mandato e será deflagrada nova eleição para a indicação de outro suplente. Art. 86. Perderá o mandato o membro do Conselho Gestor que faltar, injustificadamente, a duas reuniões consecutivas, durante um semestre letivo, ou vier a ter exercício profissional ou representatividade diferentes daqueles que determinaram sua designação. Art. 87. As reuniões do Conselho Gestor serão registradas em atas e suas conclusões servirão de recomendações para a gestão do campus. Art. 88. Compete ao Conselho Gestor: I - subsidiar o Diretor-Geral do campus, com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; II - avaliar as diretrizes e metas de atuação do campus e zelar pela execução de sua política educacional; III - apreciar o calendário acadêmico de referência do campus; IV - assessorar a Direção Geral do campus na divulgação das atividades do campus junto à comunidade; V - acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à administração do campus; VI - apreciar e aprovar os relatórios das atividades desenvolvidas; VII - acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino médio, técnico e superior; VIII - apreciar os relatórios das atividades desenvolvidas; IX – opinar sobre as solicitações de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico e administrativo do campus; X - colaborar nas políticas e ações para aprofundar os conhecimentos adquiridos na formação discente; XI – contribuir para a proposição de ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito campus; XII - contribuir para a proposição das estratégias do ensino de pós-graduação, atuação em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; XIII – propor ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação; XIV - reconhecer o mérito de ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas no campus e propor iniciativas para premiar tais ações; XV - opinar e elaborar recomendações sobre questões submetidas à sua apreciação.</p> <p>Forma de atuação: reuniões trimestrais em cada <i>campus</i></p>
<p>Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE</p>	<p>Base Normativa: art. 22 e 23 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB</p> <p>Atribuições:</p> <p>I - propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão; II - elaborar e aprovar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros, submetendo-o ao CS; III - emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto político pedagógico do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações; IV – propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes,</p>

	<p>revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica; V – estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente, progressão funcional, avaliação e qualificação do pessoal docente; VI- criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; VII - opinar a respeito da distribuição do pessoal docente nos <i>Campi</i> e nas Diretorias Acadêmicas; VIII - emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas; IX- emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; X- homologar ato do reitor praticado ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XI- deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência, mesmo não especificada neste artigo. XII – deliberar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas; XIII - julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático-pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS; XIV- Propor e aprovar o calendário acadêmico do IFB; XV- autorizar a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional; XVI – demais competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Superior.</p> <p>Forma de atuação: reuniões ordinárias às primeiras segundas-ferias meses pares e quando houver casos de extraordinariedade.</p>
Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação - CGTIC	<p>Base Normativa: Decreto Nº 8.638/2016 - Lei da Governança Digital; Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 04/2014; Acórdão do TCU 2023/2005-P; Acórdão do TCU 1603/2008-P; Acórdão do TCU 2308/2010-P; Acórdão do TCU 111/2011-P e Acórdão do TCU 529/2011.</p> <p>Atribuições: I - Priorizar demandas de TIC visando alinhar as ações da área aos projetos e atribuições do IFB; II – propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFB; III – análise, manifestação e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; IV – definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico pelo IFB; V – análise, manifestação e aprovação de padrões de integração, qualidade e segurança da informação e comunicação; VI – definir mecanismos de racionalização de gastos e de aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação; VII – coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias; VIII – estabelecer ações visando a integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam. IX - avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente corporativo;</p> <p>Forma de atuação: O Comitê reúne-se ordinariamente a cada três meses conforme calendário por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos um terço de seus membros.</p>
Comissão de Ética - COET	<p>Base Normativa: art. 96 e 97 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB</p> <p>Atribuições: I- orientar os servidores para que se conduzam de acordo com as normas, inspirando a segurança e o respeito no serviço público prestado pelo IFB, além de dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; II- Encaminhar relatório conclusivo, dos processos por ela desenvolvidos, para deliberação do Reitor; III- conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura; IV - atuar como instância consultiva do Reitor e dos servidores do IFB; V - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no âmbito do IFB; VI - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; VII - orientar e recomendar questões que envolvam a conduta ética do servidor; VIII- receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração; IX – instaurar, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, e desde que haja indícios suficientes, processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; X - submeter ao Reitor sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética do IFB.</p> <p>Forma de atuação: reuniões semestrais, ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT	<p>Base Normativa: Lei nº 10.973, de 02.12.2004; Decreto nº 5.563, de 11.10.2005; Resolução nº 009/2012-CS/IFB, de 03.02.2012; Portaria Normativa nº 008, de 10.10.2014.</p> <p>Atribuições: I- zelar pela política de inovação tecnológica, bem como a regulamentação da propriedade intelectual do IFB; II- acompanhar a execução do plano estratégico e do plano de metas do NIT/IFB; III-Apreciar relatório semestral encaminhado pelo Coordenador Geral do NIT/IFB;</p>

	<p>IV- apreciar e aprovar normas e regulamentos do NIT/IFB; V- aprovar o calendário de reuniões do ano; VI- avaliar a conformidade das atividades do NIT/IFB com a legislação vigente; VII- propor orçamento para as despesas ordinárias anuais do NIT/IFB; VIII- propor, apreciar e aprovar modificações no Regimento Interno do NIT/IFB.</p> <p>Forma de atuação: reuniões mensais ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
Núcleo de Apoio à Inclusão Social - NAPNE	<p>Base Normativa: Lei nº 11.892/2008, Decreto nº 7.234/2010 – PNAES; Decreto nº 7.611/11; Lei nº 10.098/2000 e Resolução nº 024-2013/CS-IFB.</p> <p>Atribuições: I – Apreciar os assuntos concernentes: a) à quebra de barreiras, no Campus, conforme citadas no Art. 4 b) ° desta Resolução. b) ao atendimento de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) no Campus; c) à criação e revisão de políticas visando à inserção de questões relativas à inclusão na educação profissional e tecnológica, em âmbito interno ou externo do Campus; d) à promoção de eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional; II – Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; III – Prestar assessoria aos dirigentes do Campus em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas; IV – Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o(a) estudante em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos, científicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida. Parágrafo Único: O NAPNE buscará desenvolver estas atividades preferencialmente por meio de projetos de Extensão. V – Estimular a prática da pesquisa em assuntos relacionados à EPT inclusiva, preferencialmente por meio de parcerias; VI – Elaborar em conjunto com os demais setores do Campus, ações de atendimento aos estudantes com necessidades específicas; VII – Auxiliar, com o apoio da DREP e demais setores, a adequação curricular, conforme programas definidos.</p> <p>Forma de atuação: Reunião ordinária mensal e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador</p>
	<p>Base Normativa: Resolução nº 22/2012 – CS/IFB</p> <p>Atribuições: I - Atuar de forma propositiva e participativa nas atividades da EIFB. II - Propor a linha editorial da EIFB. III - Avaliar as obras submetidas para publicação e sugerir nomes de dois (2) pareceristas <i>ad hoc</i> que tenham titulação mínima de mestre ou notório saber na respectiva área do conhecimento, sendo um interno e outro externo ao IFB. Havendo discrepância dos pareceres, indicar um terceiro parecerista externo. IV - Propor exposições - nacionais e internacionais - e a venda de publicações da EIFB em congressos, seminários, feiras e outros certames científicos, culturais e/ou artísticos, de acordo com a regulamentação da EIFB. V - Exercer cumulativamente a função de Conselho Editorial da Revista Eixo. VI - Definir a política editorial da EIFB e estabelecer critérios para sua execução. VII - Aprovar ou vetar a publicação de obras, tomando como base os pareceres técnicos. VIII - Aprovar previamente o projeto gráfico das publicações. IX - Propor os procedimentos operacionais para captação, avaliação, financiamento e distribuição das obras publicadas. X - Aprovar o relatório anual das atividades da EIFB, o qual deve ser encaminhado à PRPI até o último dia útil do ano.</p> <p>Forma de atuação: reunião semanal.</p>
	<p>Base Normativa: Lei nº 10.861, de 14.04.2004 e art. 101 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.</p> <p>Atribuições: I - estabelecer diretrizes e indicadores com a finalidade de conduzir a organização dos processos internos da avaliação institucional; II - sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP/MEC); III – formular propostas para a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pelo IFB, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos da avaliação institucional; IV - manter os registros gerados durante a avaliação, sistematizando seu arquivamento e distribuição; e V - exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.</p> <p>Forma de atuação: reuniões são realizadas a cada trimestre, podendo haver reuniões extraordinárias convocadas pela Presidência da CPA.</p>
Comissão Permanente de Avaliação - CPA	
Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD	<p>Base Normativa: Lei nº 11.892, de 29.12.2008, art. 89 a 92 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.</p> <p>Atribuições: I - apreciar os assuntos concernentes: a) à alteração do regime de trabalho dos docentes; b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes; c) aos processos de ascensão funcional por titulação; d) à solicitação de afastamento para Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado; II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos; III- outras que lhe forem atribuídas pelo IFB.</p>

	Forma de atuação: uma reunião obrigatória mensal ou extraordinárias quando necessárias.
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CIS	Base Normativa: art. 93 a 95 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - assessorar a Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; II - fiscalizar e avaliar a implementação do respectivo plano de carreira no âmbito do IFB; III - propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano de carreira; IV - apresentar propostas de elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal do IFB; V - fiscalizar a execução dos programas de capacitação, avaliação e dimensionamento das necessidades de pessoal; VI - acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais, propostos pela Diretoria de Gestão de Pessoas; VII - examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão; VIII – desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política do pessoal técnico-administrativo. IX – colaborar com os órgãos próprios do IFB no planejamento dos programas de treinamento e capacitação; X- apreciar os assuntos concernentes: a) aos processos de acompanhamento e avaliação para progressão funcional; b) aos processos de seleção interna para efeito de ascensão funcional; c) às dispensas, exceto as voluntárias, aos afastamentos para realização de curso de pós-graduação e às transferências; d) aos critérios de caráter geral necessários à elaboração das normas específicas sobre a realização dos concursos públicos; e) às readaptações
	Forma de atuação: reuniões semestrais ou quando houver caso extraordinário
Auditoria Interna - AUDIN	<p>Base Normativa: A Auditoria Interna, unidade vinculada ao Conselho Superior e dirigida por servidor escolhido pelo CS/IFB e nomeado pelo Reitor, é o órgão de controle interno responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.</p> <p>A Auditoria Interna sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.</p> <p>A Auditoria Interna possui como diretrizes os seguintes normativos: A Constituição Federal de 1988, tratando da matéria, consignou, em seu artigo 74, que os Três Poderes “manterão, de forma integrada, sistema de controle interno”, tendo, entre suas finalidades, “avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”; Decreto-lei nº 200/67, o Decreto nº 3.591/2000 e disciplinado pela Lei nº 10.180/2001, tendo como objetivos principais a eficiência da administração pública (redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços) e o deslocamento da ênfase aos procedimentos internos (meios) para os resultados (fins), foca o cidadão como beneficiário deles.</p> <p>O Núcleo de Auditoria Interna conta hoje com a seguinte estrutura funcional:</p> <p>I – Auditor-Chefe;</p> <p>II - Corpo técnico de auditores.</p> <p>Atribuições: I – acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, visando comprovar a pertinência de sua execução; MEC Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília</p> <p>II – Assessorar os gestores no acompanhamento da execução dos programas governamentais, objetivando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;</p> <p>III – verificar a execução do orçamento, para comprovar sua conformidade com os limites e destinações estabelecidos na legislação vigente;</p> <p>IV – Examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência, tanto em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais, como em aspectos referentes ao gerenciamento de pessoal e aos demais sistemas operacionais;</p> <p>V – Orientar subsidiariamente os gestores quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive quanto à sistemática de prestação de contas;</p> <p>VI – Examinar e emitir parecer prévio referente à Prestação de Contas Anual e Tomadas de Contas Especiais do IFB;</p> <p>VII – verificar a adequação e acompanhar a implementação das recomendações exaradas por órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;</p> <p>VIII – elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna/PAINT correspondente ao exercício seguinte, bem como o Relatório Anual das Atividades desenvolvidas pelo órgão/RAINT;</p> <p>IX - Submeter o Plano Anual de Auditoria Interna/PAINT, bem como o Relatório Anual das Atividades desenvolvidas pelo órgão/RAINT para apreciação e aprovação pelo CS;</p> <p>X – fortalecer, racionalizar e assessorar a gestão em atividades relacionadas às ações de controle.</p>

	<p>Forma de atuação: A Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília – AUDIN/IFB foi instituída pela Resolução - RIFB nº 28, de 18 de novembro de 2009, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, Lei nº 8.443, de 16 de Julho de 1992, e Decreto nº3.591, de 06 de setembro de 2000. Com a Resolução - RIFB nº 01, de 08 de fevereiro de 2017, passou a denominar-se Auditoria Interna - AUDIN.</p> <p>A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFB e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, nos termos do art. 28, do Estatuto do IFB, é responsável pela auditoria interna da Instituição.</p>
--	--

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília – UNAI/IFB foi instituída pela Resolução – RIFB nº 28, de 18 de novembro de 2009, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, Lei nº 8.443, de 16 de Julho de 1992, e Decreto nº3.591, de 06 de setembro de 2000. Com a Resolução – RIFB nº 22, de 15 de julho de 2011, passou a denominar-se Núcleo de Auditoria Interna – NAIN e, em 2017, por meio da Resolução nº 01, de 08 de fevereiro de 2017, que aprova a estrutura organizacional do IFB, passou a se denominar Auditoria Interna – Audin.

A Auditoria Interna do IFB, unidade de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, é responsável pela auditoria interna da Instituição, bem como por racionalizar as ações do IFB e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 26, do Estatuto do IFB e artigos 102 a 106 do Regimento Geral do IFB.

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Superior, sendo vedado delegar a vinculação a outro órgão inferior. Essa vinculação, que tem por objetivo proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado, de modo a conferir-lhe independência no desempenho de suas atribuições, não impede a Audin o acesso livre, amplo e irrestrito a todas as áreas da instituição.

A Auditoria Interna se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, nos termos do artigo 15, do Decreto 3.591/2000.

Atualmente, a Auditoria Interna é composta pelos seguintes servidores:

Quadro 23 - Servidores da Audin

Item	Nome	Cargo	Formação Acadêmica
1	Carla Regina Klein	Auditora-Chefe	Bacharel em Ciências Contábeis
2	Sarah Lopes Pinto	Auditora	Bacharel em Direito
3	Victor Delábio Ferraz de Almeida Meira	Auditor	Bacharel em Direito
4	Patrícia Maciel da Silva	Auditora	Bacharel em Direito

Fonte: Audin

A escolha do titular é feita por indicação do dirigente máximo da unidade e deve ser aprovada pelo Conselho Superior do Órgão que, após provada, é encaminhado o processo para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU), para que seja autorizada a nomeação do titular, conforme a Portaria/CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017.

A Audin desempenha suas atividades de forma centralizada na Reitoria, mas sua atuação abrange todas as unidades do IFB. No exercício de 2017, a Auditoria Interna realizou as dezoito ações programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). O quadro a seguir detalha as ações realizadas no exercício:

Quadro 24 - Ações da Auditoria Interna

Ações programadas no plano anual de auditoria	Realizada
Gestão Patrimonial – Controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis	Sim
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços – Almoxarifado	Sim
Gestão de Pessoas – Sobreposição de horas de servidor que estuda no IFB	Sim
Gestão de Pessoas – Controle de Atestados	Sim
Gestão Patrimonial – Controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis da EAD	Sim
Gestão de Pessoas – Averiguação do Controle de frequência nos termos da Portaria Normativa/IFB n. 01, de 09 de março de 2015.	Sim
Capacitação: Resarcimento pelos servidores desistentes dos cursos ofertados pelo IFB	Sim
Aquisição – Avaliação da Regularidade dos processos licitatórios realizados.	Sim
Gestão Operacional: Acompanhamento da Execução dos contratos de prestação de serviço contínuo de limpeza e conservação e prestação de serviço de vigilância.	Sim
Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino - PRONATEC	Sim
Aquisições: Análise da Regularidade nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação	Sim
Gestão Financeira: Acompanhamento da execução da obra – Campus Brasília	Sim*
Gestão Financeira: Acompanhamento da execução da obra – Campus Planaltina	Em andamento**
Gestão Financeira: Acompanhamento da execução da obra – Campus Recanto das Emas	Em andamento***
Plano de Providências da CGU-PR-DF e do TCU	Sim
Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna – Audin	Sim
Elaboração do PAINT/2018	Sim
Elaboração do RAIN/2016	Sim

* A execução de Obras do *Campus* Brasília foi finalizada, mas a última medição ainda não foi entregue para a Audin para que seja encerrado o processo de auditoria.

** A obra do Campus Planaltina se iniciou em outubro/2017. Sendo assim, essa auditoria foi prevista no PAINT de 2018.

*** A obra do campus Recanto das Emas não foi finalizada, pois o contrato ainda está vigente. Sendo assim, essa auditoria foi prevista no PAINT de 2018.

Para cada auditoria realizada é elaborado um relatório de auditoria, contendo as informações que os membros da equipe de auditoria julgam necessárias para o entendimento do objeto que está

sendo auditado. O relatório de auditoria contempla, também, as constatações feitas pela equipe e as recomendações que os auditores consideram necessárias para sanar as discontinuidades encontradas e para aprimoramento dos controles internos. Este relatório de auditoria é enviado ao Gabinete do Reitor para conhecimento, ciência e assinatura, sendo posteriormente enviado uma via do relatório à área auditada, assim como sua disponibilização no site institucional do órgão.

A sistemática adotada para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria consiste na avaliação das manifestações apresentadas pela unidade auditada, quanto às recomendações emitidas por meio dos Relatórios de Auditoria ou Notas de Auditoria. Após a avaliação das manifestações apresentadas, a Audin emite um termo de análise e classifica as recomendações como: implementada, não implementada ou parcialmente implementada. Mensalmente, é enviado para o Conselho Superior o Relatório Gerencial com as justificativas dos gestores pertinentes às recomendações não implementadas ou implementadas parcialmente, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

3.2.1 Sobreposição de carga horária - PRONATEC

A Auditoria Interna do IFB realiza auditoria referente à sobreposição de horário do PRONATEC desde 2012, quando realizou uma auditoria extraordinária no PRONATEC para verificar se não estava ocorrendo a sobreposição de horário conforme prevê o art. 9º, § 1º da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, que estabelece:

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

No referido ano, foi encontrada sobreposição de horário de todos os servidores atuantes no PRONATEC e foi recomendado à Coordenação-Geral do PRONATEC analisar a possibilidade de compensação das horas de sobreposição verificadas de cada servidor ou a devolução dos valores pertinentes.

A partir de 2013, a auditoria no PRONATEC foi inserida no PAINT, sendo realizada anualmente. No referido ano, foi verificado que o problema persistia e se fez a seguinte recomendação à Coordenação-Geral do PRONATEC:

Tomar as providências necessárias junto aos servidores constantes das tabelas c.1 a c.14 para restituírem o valor recebido indevidamente das horas de trabalho consideradas como sobreposição. A devolução deverá ocorrer por meio de GRU seguindo instruções da Pró-Reitoria de Administração – PRAD.

Recomenda-se, ainda em função das sobreposições e incompatibilidades de horários detectadas:

a) a implantação do controle da frequência por meio de ponto eletrônico a todos os servidores bolsistas de modo a coibir a sobreposição da carga horária e incompatibilidades de horários;

b) mensalmente, antes do pagamento das horas trabalhadas dos servidores bolsistas, que a chefia imediata do servidor no IFB seja informada da frequência no PRONATEC e consultada/questionada formalmente quanto a não sobreposição de carga horária.

Ressalta-se que em 2013 não foi dada a opção de compensar as horas, conforme ano anterior, mas somente a devolução dos valores por meio de GRU.

Em 2014, foi encontrada, ainda, sobreposição de horário, mas houve uma melhora significativa no controle interno do PRONATEC. No entanto, esta prática não foi totalmente abolida e, conforme os anos anteriores, recomendou-se a devolução dos valores por meio de GRU.

Em 2015, quarto ano seguido de realização da referida auditoria, não foram encontradas impropriedades que resultassem em constatações e recomendações, denotando-se que a prática de sobreposição de horário foi coibida. Em 2016 não foram encontradas impropriedades referente à sobreposição de horário.

Em 2017 foi realizada a auditoria no PRONATEC, na qual continha algumas constatações: (i) falta de cadastro de alguns estagiários e servidores o sistema de registro eletrônico de ponto; (ii) ausência de registro de ponto eletrônico do servidor de matrícula SIAPE 1971029; (iii) sobreposição de horas de três servidores, sendo 9h11min, 6h26min e 6min de sobreposição.

Diante das referidas constatações, esta Auditoria fez a seguinte recomendação à Coordenação-Geral do PRONATEC/MEDIOTEC:

- a) Recomenda-se que a DEaD e a DTIC providenciem o cadastro no SUAP dos servidores bolsistas da rede ETEC que são custeados pelo Bolsa Formação, inclusive dos estagiários;*
- b) Recomenda-se que a coordenação geral do PRONATEC/MEDIOTEC notifique o referido servidor para que este registre eletronicamente a sua frequência da EaD;*
- c) Recomenda-se que a Coordenação-Geral do Pronatec determine a compensação das horas de sobreposição verificadas de cada servidor ou a devolução dos valores pertinentes;*
- d) Recomenda-se, em função da falta de registro de presença de forma eletrônica, a implantação do controle da frequência por meio de ponto eletrônico a todos os bolsistas de modo a coibir a sobreposição da carga horária e incompatibilidades de horários, pois o trabalho dos bolsistas deve ser realizado de forma presencial.*

Verifica-se, assim, que o trabalho de auditoria tem coibido a prática de sobreposição de horário e contribuído com a consolidação de um dos principais deveres impostos aos agentes administrativos pelo ordenamento jurídico, o dever de probidade, dever este que exige do servidor, no desempenho de suas atividades, uma atuação ética, honesta e de boa-fé, em consonância com o princípio da moralidade administrativa.

3.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O IFB executou suas atividades de correção instaurando, ao longo de 2017, cerca de 13 (treze) processos disciplinares, dentre eles 3 (três) Processos Administrativo Disciplinares (PAD), e 10 (dez) Sindicâncias, estando 4 (quatro) deles julgados e o restante em fase final de apuração. Processos estes que tiveram como objetos diferentes infrações previstas na legislação administrativa.

Além disso, cumpre esclarecer que mais 14 (quatorze) processos foram julgados em 2017, dos quais, 13 (treze) foram instaurados em 2016, e outro em 2014.

O IFB, órgão integrante do Poder Executivo, aderiu o registro das informações relativas aos processos disciplinares, conforme a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD.

Por fim, cabe destacar o comprometimento desse Instituto com a excelência na prestação do serviço público, na medida que, para além da sua característica corretiva, o processo disciplinar no IFB tem atingido também o caráter educativo, evidenciando seu principal objetivo que é a prevenção dos ilícitos administrativos.

Figura 22 - Relatório de Procedimentos Instaurados - CGUPAD

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	10
Total de Procedimentos	13

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23098011138201754	09/05/2017	Sindicância
23098015423201744	05/07/2017	Sindicância
23098021230201722	13/09/2017	Sindicância
23098022038201591	09/01/2017	Sindicância
23098022354201725	05/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23098023327201699	10/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23098023868201706	06/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23133021453201716	19/09/2017	Sindicância
23160022581201750	25/08/2017	Sindicância
23161021465201711	15/09/2017	Sindicância
23508020939201731	22/09/2017	Sindicância
23510012763201703	07/06/2017	Sindicância
23510012764201740	07/06/2017	Sindicância

Fonte: CGU-PAD

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Este tópico tem por finalidade informar, de forma sucinta, sobre a sistemática de gestão de riscos da instituição, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los.

Quadro 25 - Riscos identificados e controles internos estabelecidos

Riscos que possam comprometer os objetivos institucionais	Controles internos estabelecidos pelo nível estratégico de direção para mitigar esses riscos
Sistema operacional dos processos seletivos incompletos.	O sistema foi implantado e estabelecidas rotinas de revisão.
Orçamento deficitário que dificulta o desenvolvimento de ações necessárias para o melhor andamento das atividades educacionais.	- Trabalho em parceria com outras instituições e levantamento e aproveitamento de expertises dentro da própria instituição.
Estágio: fragilidade na articulação com o setor produtivo.	Capacitação dos coordenadores de estágio e curso; Implantação do Boletim do Estágio; Reuniões periódicas com as coordenações de estágio dos <i>campi</i> ; Realização anual da Feira Estágio e Emprego.
EAD: - Diminuição dos recursos aplicados - Falta de servidor para atuação exclusiva na EAD.	- estruturação da Diretoria de EAD para implementação da programa próprio.
Baixa compreensão e integração entre as necessidades e limitações da atividade meio (administrativo) e fim (ensino).	Promoção de reuniões conjuntas com a presença de servidores/gestores ligados ao setor de ensino e administrativo.
Contigenciamento de orçamento para capacitação da força de trabalho.	Promoção de cursos de capacitação com a própria <i>expertise</i> de profissionais da instituição e, também, acordo para vagas em cursos do MEC e divulgação de cursos gratuitos promovidos pela Administração Pública Federal em Brasília.
Baixa produção técnica e tecnológica em parcerias com o setor produtivo.	Reunião com os coordenadores de curso e demais setores do <i>campus</i> – coordenação de estágio, diretor de ensino, pesquisa e extensão e coordenação de ensino pesquisa e extensão; Reunião com o setor produtivo; Rodada de negócios; Mais divulgação do CONECTAIF no meio produtivo.
Falta de Profissionais do cargo de Tradutor Interprete de língua de Sinais.	Edital de redistribuição; Aproveitamento de fila de outros concursos; Solicitação ao MEC por meio de ofícios autorização para realização de edital para contratação temporária.
Dependência externa de documentos para regularização do habite-se dos imóveis construídos.	Foram emitidos ofícios e realizadas reuniões nos diversos órgãos do GDF como TERRACAP e NOVACAP a fim de tentar agilizar a emissão de documentos necessários à obtenção do habite-se da construção dos <i>campi</i> bem como a doação dos terrenos onde estão situados. Foi também designado um servidor para acompanhar o trâmite desses processos.

<p>Incerteza sobre a disponibilização orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual/LOA.</p>	<p>Os processos de aquisições para equipar os laboratórios em que foi possível adquirir por meio do Sistema de Registro de Preços foram instruídos e ficaram no aguardo do repasse do recurso orçamentário, de forma que, no caso da liberação do recurso de forma intempestiva, tivéssemos condições de realizar a referida contratação.</p>
<p>Contingenciamento de recursos de agências parceiras e por consequência a diminuição da oferta de bolsas e o risco da diminuição da cota institucional. Ressalta-se que tais cotas de bolsas são obtidas via edital destas agências e assim, estamos sujeitos ao processo de seleção e regras destas agências.</p>	<p>Como forma de mitigar tais riscos, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação vem consolidando a cada ano seu programa de IC/IT (programas aos quais estas cotas de bolsas estão ligadas), fortalecendo-o, com vistas a obter melhores resultados. A execução da semana de produção científica também é uma forma da concretização destes programas, uma vez que o processo avaliativo exigido pelo CNPq ocorre nesta época. Ademais, paralelo a estas parcerias, a PRPI também procura investir com recursos próprios a execução de projetos (pagamento de bolsas a estudantes e implantação do auxílio pesquisa).</p>
<p>Dependência da integração entre as Pró-reitorias envolvidas e da mobilização docente quanto as possibilidades e perspectivas desta integração (Ensino, Pesquisa e Extensão). O investimento em projetos integrados contribuiria decisivamente para o alcance deste objetivo e assim, o risco imediato seriam as limitações de recursos.</p>	<p>As pró-reitorias vêm trabalhando na formatação de editais em conjunto, com participação financeira das três pró-reitorias envolvidas. Tais editais visam o desenvolvimento de projetos vinculados aos três pilares (ensino, pesquisa, extensão). Fato concreto é o edital "PIPA" - delineado pelas três pró-reitorias e que buscam a integração concreta.</p>
<p>Processos e procedimentos ainda não mapeados na instituição.</p>	<p>Foram mapeados mais de 30 diferentes processos e os seus riscos avaliados.</p>

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo contempla informações sobre a gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

4.1 Gestão de pessoas

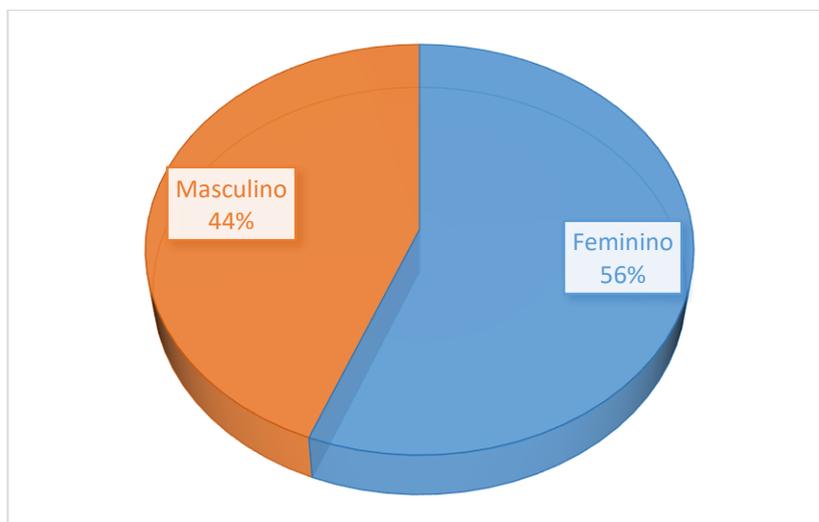
Característica

A força de trabalho do IFB alcançou o quantitativo de 1.089 servidores em 2017, representando um crescimento de 1,1% em relação ao exercício anterior. Do total de servidores, 1.034 (95%) ocupam cargos efetivos na instituição e 54 (5%) são de contratos temporários/substitutos. Estes quantitativos representam o total de servidores com cargos lotados na instituição em dezembro de 2017.

Do total de servidores efetivos, 62% são Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e 48% são Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em relação aos contratos temporários/substitutos do ano de 2017, o IFB apresentou 54 cargos ocupados, todos vinculados à área fim, os números referentes aos contratos temporários/substitutos também mostram o quantitativo de 31 ingressos e 32 egressos no exercício.

Considerando apenas os cargos efetivos, pode-se observar que, quanto ao gênero, a maioria dos servidores do Instituto Federal de Brasília são do sexo feminino, na proporção, aproximadamente, de 56%, conforme gráfico abaixo:

Figura 23 - Gênero dos servidores



Destaca-se também o quantitativo de servidores que possuem entre 31 a 45 anos, seguidos daqueles com até 30 anos de idade. Os servidores que possuem mais de 50 anos representam apenas 8% do total, o que reflete no número de aposentadorias realizadas desde a criação do instituto – apenas 6 até o exercício de 2017.

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores relacionados à Gestão de Pessoas do Instituto.

Tabela 1 - Indicadores de Gestão de Pessoas

Indicadores	Resultado em 2017
Total de servidores	1089
Total de servidores efetivos	1034
Ingressos em 2016 (servidores efetivos)	66
Egressos em 2016 (servidores efetivos)	30

Fonte: SIAPE

Capacitação/Qualificação

A Diretoria de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, dentre suas atribuições, é responsável por propor, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos *Campi*, com a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a política de capacitação e qualificação para o IFB e, além disso, acompanhar a implementação da política de qualificação e implementar o Plano Anual de Capacitação (PAC).

O PAC de 2017 contemplou ações e eventos de capacitação visando proporcionar aos servidores do IFB a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e coletivas e a elevação da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo IFB ao cidadão.

Com o intuito de promover o desenvolvimento profissional continuado do seu quadro de servidores, contribuindo para o aprimoramento das atividades por eles executadas e, conseqüentemente, para a qualidade dos serviços prestados à comunidade, o IFB ofertou diversos cursos, totalizando 200 servidores capacitados, conforme quadro abaixo:

Quadro 26 - Cursos Oferecidos em 2017

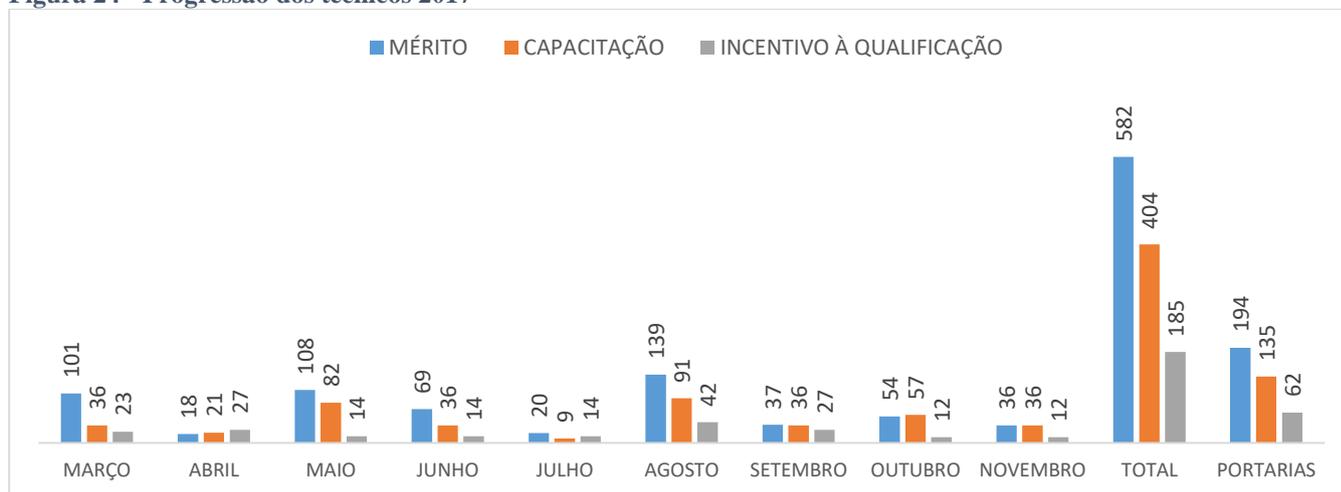
Curso	Instituição de Oferta	Número de Horas	Inscritos	Certificados	Perfil e Lotação
Como operacionalizar a conta vinculada	ABOP	24	24	24	Técnicos sendo 1 de Brasília, 2 do Riacho Fundo, 2 de São Sebastião, 1 de Ceilândia, 11 da Reitoria, 2 de Samambaia, 1 da Estrutural, 4 de Taguatinga Norte.
Planejamento de Contratação de TI	IFB REITORIA	40	17	14	Técnicos da Reitoria.
Curso de Desenvolvimento WEB para dispositivos móveis	IFB	24	11	11	Técnicos sendo 11 da Reitoria e 2 de Taguatinga.
Curso de Formação de Novos Servidores	Reitoria	80	54	54	Técnicos sendo 3 de Brasília, 7 de Taguatinga, 8 da Estrutural, 17 da Reitoria, 3 de São Sebastião, 2 do Gama, 1 de Taguatinga Norte, 6 de Ceilândia, 4 de Planaltina, 1 do Riacho Fundo, 2 de Samambaia.
Explorando os Potenciais de EAD	NEAD REITORIA	20	59	54	Docentes: 8 de Brasília, 6 de Riacho Fundo, 7 de Planaltina, 3 do Gama, 7 de Ceilândia, 5 da Estrutural, 3 de Samambaia. Técnicos: 8 da Reitoria, 1 de Brasília, 4 do Riacho Fundo, 1 de São Sebastião, 2 do Gama, 2 de

					Ceilândia, 1 de Taguatinga, 1 da Estrutural.
Análise de Indicadores	CEFAP/MEC	20	4	4	Técnicos – 3 da Reitoria, 1 de Samambaia.
Excel Avançado	CEFAP/MEC	20	18	18	Técnicos – 8 da Reitoria, 1 de São Sebastião, 1 do Gama, 3 da Estrutural, 5 do Riacho Fundo.
Excel Básico	CEFAP/MEC	20	4	4	Técnicos – 3 Riacho Fundo e 1 Reitoria
Gestão de Conflitos	CEFAP/MEC	16	2	2	Técnicos – 1 de Ceilândia e 1 de Samambaia
Gestão do Tempo	CEFAP/MEC	4	2	2	Técnicos – 1 de Samambaia e 1 de Taguatinga.
Liderança	CEFAP/MEC	20	2	2	Técnicos – 1 de Samambaia e 1 de Ceilândia.
Redação Oficial	CEFAP/MEC	20	7	7	Técnicos – 2 de Ceilândia, 2 de Samambaia, 1 da Estrutural, 2 da Reitoria.
Total de cursos				12	
Total de servidores				200	

O principal objetivo para a área de Capacitação e Qualificação da força de trabalho em 2017 foi aumentar a quantidade de servidores beneficiários. Além de todos os cursos oferecidos, o Instituto Federal de Brasília mantém o convênio com o Instituto Politécnico de Santarém (IPS), apresentando no ano de 2017 o quantitativo de 49 servidores matriculados nos cursos de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária e Administração Educacional.

Outros indicadores que merecem destaque, são os quantitativos de ações realizadas junto aos Técnicos Administrativos. A tabela abaixo, informa o quantitativo de portarias por mérito, capacitação e incentivo à qualificação realizadas:

Figura 24 - Progressão dos técnicos 2017



Em 2017, a Diretoria de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas também realizou a formalização de diversos afastamentos de técnicos e docentes, para realizar qualificações. O total de servidores contemplados, com a devida autorização dos campus, foram de 78 docentes e 52 técnicos, totalizando 130 (cento e trinta) servidores, conforme quadro abaixo:

Tabela 2 - Qualificação dos servidores

Qualificação	Docentes [a]	Técnicos [b]	Total (a+b)
Especialização	1	1	2
Mestrado	30	48	78
Doutorado	45	3	48
Pós-Doutorado	2	-	2
Total	78	52	130

A gestão de pessoas, por meio de diversas práticas, objetiva fortalecer ainda mais o capital humano no Instituto Federal de Brasília, trabalhando com a capacitação, envolvimento e desenvolvimento de pessoal.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Este tópico tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da unidade, quantificando-a e qualificando-a, para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional. As informações são apresentadas por meio dos quadros abaixo:

Quadro 27 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1372	73	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1372	73	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1353	68	30
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	7	1	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	12	4	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	80	14	33
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1453	87	69

Fonte: Extrator SIAPE

Quadro 28 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	774	599
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	774	599
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	759	594
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	8	5
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	80
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	774	679
Fonte: PRGP		

Quadro 29 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	69	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (Cargo de Direção – CD)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	64	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	02	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	03	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	208	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	207	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	277	0	0
Fonte: PRGP				

Análise crítica

O IFB, em 2017, concentrou os trabalhos no provimento dos cargos vagos para a composição do quadro efetivo. Ressalta-se ainda que a composição da força de trabalho do IFB apresenta, na sua quase totalidade, servidores efetivos de carreira do quadro de pessoal.

A distribuição da força de trabalho do IFB em 2017 apresentou um leve aumento da área meio em relação a área fim. Entretanto, com as nomeações ocorridas no final do mês de dezembro, com posse e entrada em exercício no início de 2018, no próximo exercício essa relação será equalizada.

O IFB tem proporcionado vários afastamentos aos seus servidores, principalmente docentes, e que em sua maioria já se encontram estáveis, para fins de capacitação e qualificação. Para evitar que muitos servidores se afastem numa proporção que impacte no funcionamento das unidades, foi adotado o edital de afastamento, que visa o afastamento gradativo e em percentuais que as unidades consigam dar andamento em suas ações. Informa-se que para alguns afastamentos docentes existe a previsão legal de substituições.

Conforme evidenciado no Quadro (Força de Trabalho da UPC), houve um total de 87 novos ingressantes à força de trabalho do IFB, incluindo-se nesse montante os contratos temporários. Por outro lado, houve um total de 69 egressos durante o exercício de 2017, sendo que, destes, 35 compunham a força de trabalho de servidores temporários, resultando no incremento do número de servidores efetivos.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Este tópico tem por finalidade informar sobre as principais rubricas de despesas com o pessoal. As informações foram disponibilizadas no formato de quadro, com o comparativo entre despesas e exercícios.

Quadro 30 - Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	53.639.356,51	5.246.946,64	8.117.400,16	39.662.681,90	6.997.622,62	1.461.224,79	465.065,05	64.143,77	147.314,93	115.801.756,37
	2016	72.900.632,24	3.960.817,57	6.962.097,12	3.605.849,11	6.670.139,46	1.327.011,16	384.314,54	74.632,37	87.796,21	95.973.289,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	187.262,37	26.795,82	14.830,83	5.794,05	339,66	2.272,32	509,51	3.562,08	241.366,64
	2016	0,00	347.717,73	25.446,61	20.253,34	70.981,00	29.324,20	3.730,28	1.206,74	3.562,08	502.221,98
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	65.002,42	5.586,77	1.862,25	5.581,00	0,00	2.014,97	0,00	0,00	80.047,41
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	1.251.737,62	71,95	192.586,80	659.756,18	113.731,55	56.430,43	0,00	259,56	63.418,16	2.337.992,25
	2016	1.734.842,02	0,00	156.413,15	48.004,67	125.027,84	70.811,36	0,00	5.151,16	71.414,65	2.211.664,85
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	2.089.226,49	0,00	181.905,71	109.587,59	289.526,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.670.246,29
	2016	1.472.147,81	0,00	114.473,57	10.927,28	256.638,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.854.187,62
Fonte: Coordenação de Folha de Pagamento e Benefícios (2017) e Relatório de Gestão 2016 (2016)											

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 2017 o principal risco associado a Gestão de Pessoas no IFB ainda está relacionado a atenção à saúde. Como podemos ver nos quadros a seguir.

O quadro abaixo demonstra os afastamentos dos servidores em 2017 para tratamento da própria saúde, que por não ultrapassarem o número de dias estabelecidos pelo manual do SIASS, não passaram por perícia, sendo registrados no Siape Saúde no próprio IFB.

Quadro 31 - Afastamentos por motivo de saúde sem perícia

Tempo de afastamento	Tratamento de saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família	
	Quantidade de atestados	Total de dias de afastamento	Quantidade de atestados	Total de dias de afastamento
5	42	210	0	0
4	36	144	0	0
3	112	336	29	87
2	198	396	55	110
1	373	373	137	137
Total	761	1459	221	334

Fonte: SIASS

O quadro abaixo, mostra os afastamentos que foram homologados por perícia médica na Unidade SIASS.

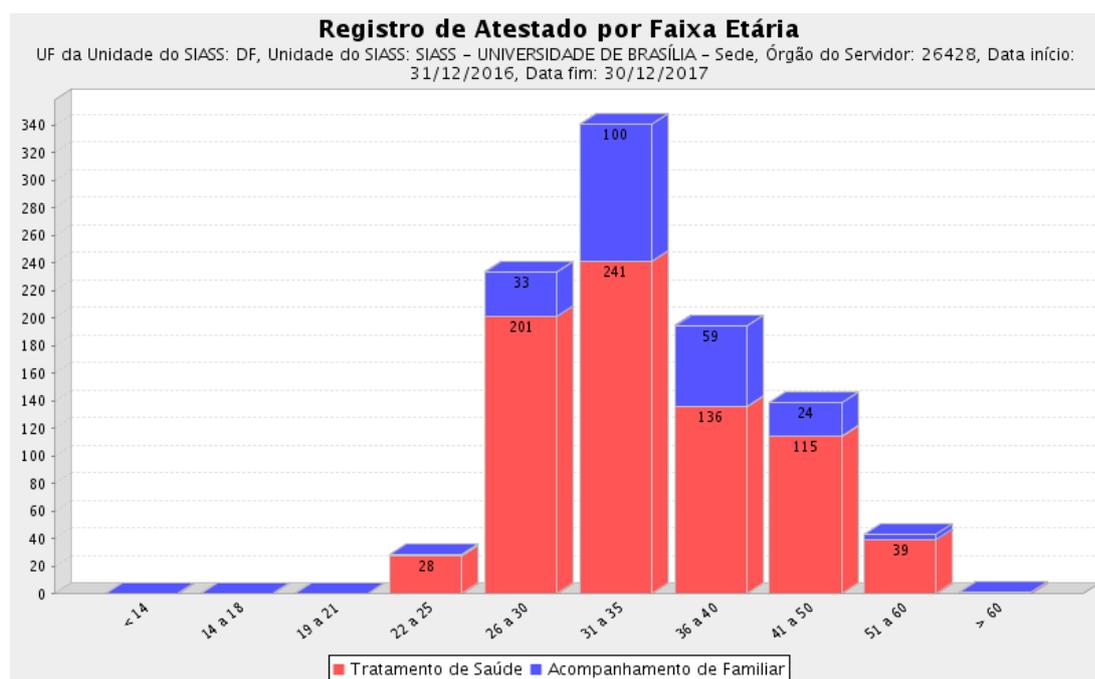
Quadro 32 - Afastamentos por motivo de saúde com perícia

Tipo	Tempo de afastamentos (em dias) com Perícia									Total
	1	2 a 3	4 a 5	6 a 15	16 a 30	31 a 60	31 a 90	91 a 120	>120	
Singular	97	104	68	217	100	17	2	6	0	611
Junta	1	3	0	6	9	2	0	0	0	21
Total	98	107	68	223	109	19	2	6	0	632

Fonte: SIASS

O gráfico abaixo, mostra que o maior número de afastamentos se deu na faixa etária de 26 a 40 anos, o que se dá devido ao maior número de servidores nesta faixa de idade na Instituição.

Figura 25 - Registro de atestado por faixa etária



Fonte: SIASS

Conforme a tabela apresentada a seguir, observa-se que, com relação aos cargos, ocorre um número maior de afastamentos na categoria de Docentes, que apresenta quase o dobro do número de afastamentos dos Assistentes em Administração, categoria com segundo maior número de afastamentos.

Quadro 33 - Afastamentos por cargo

AFASTAMENTOS POR CARGO (cargos com maior número de afastamento)				
Cargo	Nº de Afastamentos	Percentual	Total de dias de afastamentos	Total de Servidores
Professor EBTT	119	23,90	2632	66
Assistente em Administração	83	16,67	1116	36
Tec. em Ass. educacionais	43	8,63	354	19
Assistente de aluno	36	7,23	596	13
Aux. em Administração	29	5,82	219	8
Tec. de Laboratório-Área	24	4,82	640	9
Bibliotecário-Documentalista	23	4,62	430	10
Pedagogo-Área	22	4,42	384	7
Tec. em Secretariado	21	4,22	223	6
Tec. em Contabilidade	21	4,22	128	4
Administrador	18	3,61	227	7
Assistente Social	11	2,21	160	5

Em 2017 houve um aumento nominal no número total de afastamento, comparado a 2016. Com base nesses dados, considerando as informações de agosto/2017, o IFB já apresentou proposta de Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, com o objetivo de mitigar os problemas relacionados à saúde do trabalhador. Considerando que esses afastamentos acarretam vários problemas, como a descontinuidade do trabalho; reposição de servidores, no caso dos docentes; entre outros.

A resolução desses riscos também encontra dificuldades, devido à falta de dotação orçamentária destinada à atenção à saúde do servidor, para a execução de exames periódicos.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Este tópico tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo e também sobre a política de contratação de estagiários. As informações são apresentadas por meio do quadro abaixo e da análise em seguida.

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS (REGULAR)

Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
NOME:CAMPUS GAMA - 152139						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NO CAMPUS GAMA/IFB	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA (INTERNOS E EXTERNOS) COM FORNECIMENTO DE TODOS OS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS QUE FOREM NECESSÁRIOS PARA SUPORTE E COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CAMPUS GAMA	05.058.935/0001-42	02/06/2016	02/06/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
NOME:CAMPUS TAGUATINGA - 152140						
2015	SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA, PRESTADO NO CAMPUS TAGUATINGA.	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2018	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P

2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE NATUREZA CONTINUADA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.	13.230.124/0001-05	03/09/2016	03/09/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
NOME: CAMPUS SAMAMBAIA - 152141						
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA (INTERNOS E EXTERNOS) COM FORNECIMENTO DE TODOS OS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS QUE FOREM NECESSÁRIOS PARA SUPORTE E COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA A SEREM PRESTADOS NO ENDEREÇO E CONFORME DISCRIMINAÇÃO, ESPECIFICAÇÃO, ESCALAS DE TRABALHO E DETALHAMENTO.	05.058.935/0001-42	03/08/2016	03/08/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA E SEGURANÇA PATRIMONIAL.	38.019.733/0001-40	16/05/2016	16/05/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
NOME: CAMPUS BRASÍLIA - 152142						
2015	SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA.	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO AO CAMPUS BRASÍLIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.	00.478.727/0001-89	02/09/2016	02/09/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
NOME: CAMPUS TAGUATINGA CENTRO - 152143						
2015	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA.	14.534.490/0001-10	16/06/2015	16/06/2018	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P

2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA (INTERNOS) COM FORNECIMENTO DE TODOS OS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS QUE FOREM NECESSÁRIOS PARA SUPORTE E COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.	11.443.028/0001-10	02/06/2016	02/02/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL, MOTORISTA, RECEPCIONISTA E CONTÍNUO COM CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER O IFB – CAMPUS TAGUATINGA CENTRO.	13.807.416/0001-68	03/04/2017	03/04/2018	ENSINO MÉDIO COMPLETO	A
NOME: CAMPUS SÃO SEBASTIÃO - 152144						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA.	05.058.935/0001-42	01/08/2016	01/08/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL.	03.602.646/0001-37	16/11/2016	15/11/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2017	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA E RECEPCIONISTA, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	14.599.010/0001-08	15/03/2017	15/03/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	A
NOME: CAMPUS CEILÂNDIA - 152145						
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, COM CONCESSÃO DE MÃO DE OBRA NO CAMPUS CEILÂNDIA DO IFB.	05.058.935/0001-42	01/06/2016	01/06/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA PARA O CAMPUS CEILÂNDIA DO IFB.	72.619.976/0001-58	01/10/2016	02/10/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
NOME: CAMPUS ESTRUTURAL - 152146						

2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, COM FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS QUE FOREM NECESSÁRIOS PARA SUPORTE E COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO À SEGURANÇA DOS BENS E VALORES EXISTENTES NOS IMÓVEIS OCUPADOS PELA CONTRATANTE, ASSIM COMO DE SEUS SERVIDORES E DO PÚBLICO EM GERAL.	01.066.493/0001-25	16/11/2016	16/11/2018	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.	13.230.124/0001-05	18/10/2016	18/10/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
NOME: CAMPUS RIACHO FUNDO - 152147						
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA E SEGURANÇA PATRIMONIAL.	08.875.253/0001-10	15/08/2016	15/08/2018	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DIÁRIA COM FORNECIMENTO DE SANEANTES, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.	05.058.935/0001-42	01/08/2016	01/08/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
NOME: REITORIA - 158143						
2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EM GERAL PARA ATENDER A REITORIA E OS CAMPI DO IFB.	00.478.727/0001-89	14/03/2014	12/03/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2016	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS SANEANTES, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.	07.262.535/0001-80	08/09/2016	09/09/2018	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, POR MEIO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DA REITORIA DO IFB.	72.619.976/0001-58	01/10/2016	01/10/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2017	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, ELETRICISTA, AUXILIAR DE JARDINAGEM, COPEIRO, RECEPCIONISTA, MOTORISTA E OUTROS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.	08.764.312/0001-83	15/03/2017	15/03/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	A
NOME: CAMPUS PLANALTINA - 158501						
2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E MOTORIZADA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PARA O IFB/CAMPUS PLANALTINA.	07.473.476/0001-99	27/10/2016	27/10/2018	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P

Contratação de estagiários

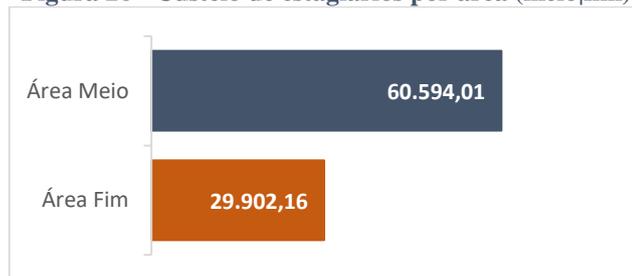
Para essa modalidade se vale da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. As demandas por estagiários são levantadas localmente nas unidades, que também realizam o processo seletivo de forma independente e sem a participação da PRGP durante a seleção.

A seleção conduzida pela área solicitante leva em conta competências técnicas e comportamentais dos alunos-candidatos, vinculando ainda o curso e nível de complexidade das tarefas a serem executadas com a necessidade da área. Tal demanda e critérios são norteados por um plano de trabalho formal elaborado pela área solicitante.

Os estagiários são contratados e alocados em áreas que possam desenvolver as habilidades profissionais de acordo com o curso, seja estágio em nível médio ou superior. A correlação com o negócio advém do comparativo entre os cursos e especializações dos candidatos com as atribuições da unidade solicitante, sendo expresso tal comparativo no plano de estágio.

As contratações são efetivadas respeitando-se o quantitativo de vagas disponíveis no sistema SIAPE e o percentual do quadro de servidores efetivos, limitado a 20% (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008). São limitadores para essas contratações o dispositivo legal e a disponibilidade orçamentária para a folha de pagamento. A despeito disso, em 2017 foram contratados 39 estagiários, entre nível médio e superior, representando um gasto anual de R\$ 90.496,17. Desse montante, aproximadamente 33% foram alocados na área fim e 67% na área meio, conforme gráfico abaixo.

Figura 26 - Custeio de estagiários por área (meio|fim)



Fonte: DRGP

Ressalta-se que o mencionado custeio considera somente despesas com bolsa-auxílio e auxílio transporte, não contemplando despesas com seguro obrigatório que não são apropriadas na folha de pagamento. Observa-se que a relação está consoante com a proposta estratégica do IFB em privilegiar suas áreas-fins (ensino, pesquisa e extensão) na alocação de recursos e investimentos.

Despesas com as contratações

O IFB não tem despesas para a seleção e contratação de estagiários, realizando o processo seletivo interno sem custas. Entre o IFB e as instituições de ensino são firmados convênios visando a parceria para a oferta de estágio para os alunos. Os convênios não trazem ônus para esta Instituição. As despesas relativas aos estagiários são os valores pagos da bolsa, seguro obrigatório contra acidentes pessoais e auxílio-transporte.

A evolução dos gastos com pessoal na modalidade de Estágio estão descritas no quadro abaixo, que considerou somente os valores de bolsa-auxílio e auxílio-transporte, uma vez que o seguro obrigatório não é apropriado na folha de pagamento.

Quadro 35 - Evolução dos gastos com Estagiários no IFB (2015-2017)

Nível de Escolaridade	Quantidade			Despesas		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
1. Nível superior	97	25	18	351.052,25	95.377,24	R\$ 63.008,00

1.1 Área Fim	47	13	6	185.792,79	56.665,29	R\$ 19.464,00
1.2 Área Meio	50	12	12	165.259,46	38.711,95	43.544,00
2. Nível Médio	57	14	21	108.018,39	22.841,81	27.488,17
2.1 Área Fim	31	9	6	61.190,66	16.544,17	10.438,16
2.2 Área Meio	26	5	15	46.827,73	6.297,64	17.050,01
Total (1+2)	154	39	39	459.070,64	118.219,05	90.496,17
Fonte: SIAPE						

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este item apresenta uma visão gerencial da infraestrutura patrimonial do instituto e a sua suficiência, especialmente para responder às necessidades da missão institucional. Constatam temas como a gestão da frota de veículos, a política de destinação de veículos inservíveis, a gestão do patrimônio imobiliário da União, a cessão de espaços físicos e imóveis, informações sobre imóveis locados de terceiros, bem como informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

4.2.1 Gestão da frota de veículos

A frota de veículos do IFB é regulamentada pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, e pela Portaria Normativa IFB nº 06 de 26 de agosto de 2014, que dispõe sobre a regulamentação do uso de veículos oficiais no âmbito do IFB e sobre os procedimentos a serem adotados em casos de acidentes envolvendo os veículos oficiais.

A frota de veículos auxilia a instituição na promoção da atividade-fim ao promover a locomoção de alunos e servidores do IFB em visitas técnicas, feiras, viagens interestaduais para encontros educacionais, entre outros.

O IFB possui atualmente 91 (noventa e um) veículos oficiais distribuídos pelos Campi, sendo 50 (cinquenta) veículos considerados leves e 41 (quarenta e um) considerados veículos pesados.

A categoria de veículos leves, com idade média de 6 anos e 4 meses, possui média anual de quilômetros rodados de 8335,32 km/ano. A categoria de veículos pesados, com idade média de 5 anos e 3 meses, possui média anual de quilômetros rodados de 4.325,17 km/ano.

Para manter a frota, foram gastos R\$ 331.995,74 no exercício de 2017, entre custeio de combustível, manutenção e outros.

Os veículos próprios são utilizados pela instituição em detrimento de possível locação, considerando os investimentos já alocados e a existência de contratos de manutenção vigentes. Com o desgaste e fim dos contratos, a instituição migrará para serviços de locação de veículos, a fim de substituir os gastos com motoristas, manutenção, seguro, dentre outros.

Para gerir e controlar a frota de veículos oficiais são realizadas as seguintes ações:

Controle semanal de veículos

O controle semanal é uma planilha alimentada diariamente, com abas para todos os dias da semana, em que são cadastradas as saídas solicitadas, contendo o veículo com placa, a data da reserva,

data da utilização, hora de saída e de chegada, usuário da ocasião, setor que solicitou a demanda, a forma de requisição, nome do condutor e o local de destino. Essa planilha demonstra em tempo real, o que está acontecendo com a frota de veículos/motoristas em determinado momento. Ao fim de cada semana, são consolidados dados e arquivados os documentos.

Planilha interna do veículo

Os veículos possuem em seu interior um formulário em que são registrados diariamente todas as saídas, contendo a data da saída, o hodômetro atual do veículo no momento da saída, a hora da saída, o hodômetro da chegada, a hora de chegada, o da viagem, o nome do motorista e o setor que solicitou o veículo. Em caso de infrações, o formulário é utilizado para identificar os condutores.

Requisição pelo sistema

O IFB utiliza o sistema SIGA ADM para emissão de pedidos de veículos. O pedido é avaliado pelo gestor da unidade requisitante e a liberação efetuada pela Coordenação-Geral de Serviços e Manutenção, de acordo com a disponibilidade de veículos ou de motorista para o período solicitado.

Requisições internas

Na indisponibilidade de realização de pedido via sistema, e para que a prestação do serviço não seja interrompida, o usuário pode efetuar seu pedido diretamente a unidade responsável, mediante formulário próprio.

Multas

No caso de multa, os condutores são identificados a partir dos registros na planilha interna do veículo, referente ao dia e horário correspondentes ao período do ato de infração.

Instrução normativa para veículos oficiais

A Instituição também realiza controles por meio dos documentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008:

- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial e,
- Ficha Cadastro de Veículo Oficial.

Em complemento, informa-se que cada *Campus* possui seus próprios controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFB não possui uma política que trata da destinação de veículos inservíveis, considerando a recente criação da autarquia e o fato de que todos os veículos ainda se encontram com perspectiva de geração de benefícios futuros para a entidade.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis Campi do IFB estão distribuídos pelas diversas regiões do DF. A Reitoria ocupa espaço do Campus Brasília. Esses imóveis estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), entretanto, das 10 unidades do IFB,

apenas o Campus Gama teve seu processo de doação concluído e registrado contabilmente. O registro contábil dos demais imóveis restou prejudicado em razão da dificuldade de obter resposta junto a SPU .

Os demais imóveis não possuem Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), pois o processo de doação junto a SPU não foi concluído, considerando a não emissão dos Termos de Doação pelos órgãos públicos locais, documentos necessários para efetivar e formalizar a situação desses imóveis.

Os imóveis do IFB não foram cedidos e os seus espaços não geraram despesas significativas com manutenção, considerando que as construções são relativamente novas. Para a conservação dos espaços, o Instituto dispõe de uma Diretoria de Engenharia, que faz inspeções constantes nos Campi, visando verificar as condições das obras entregues e as necessidades de manutenção.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Em 2017, foram renovados contratos de 2016 relativos a espaços para lanchonetes e cantinas, dentro das instalações dos imóveis nos *Campi* vinculados ao IFB. A cessão é no sentido de concessão administrativa, de natureza obrigacional, vinculada a uma finalidade administrativa, e não no sentido de alienação, transferência ou autorização de uso. Assim seguem abaixo as ações e respectivos locais das concessões:

Quadro 36 - Cessão de espaços a terceiros

Unidade	Objeto da cessão	Locador	Forma de seleção do cessionário	Finalidade do uso do espaço cedido	Caracterização do espaço cedido	Prazo de concessão	Benefícios pecuniários ou não recebidos como remuneração pelo espaço cedido.	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Rateio dos gastos quando cessão parcial	Uso dos benefícios recebidos pela cessão
Riacho Fundo	Área total de 393,19 m ² , sendo aproximadamente e 104,03 m ² de uso interno da cantina, incluindo espaço comum-banheiros, dispensa e dispensa fria. Na área externa (espaço comum) serão disponibilizados aproximadamente e 242,20 m ² de área útil onde ficarão as mesas.	Jannaína Batista da Silva, CNPJ nº 22.730.869/0001-24, Setor Norte, SCDN, Bloco L, Loja 05, Brazlândia em Brasília - DF.	Processo nº 23511.020218.201 6-91 do Pregão Eletrônico Tradicional nº 01/2017.	Venda de lanches e refeições para os alunos, servidores, funcionários terceirizados e visitantes, conforme edital.	A cantina tem uma área total de 393,19 m ² , sendo aproximadamente e 104,03 m ² de uso interno da cantina (incluindo espaço comum-banheiros). Na área externa (espaço comum) serão disponibilizados aproximadamente e 242,20 m ² de área útil onde ficarão as mesas.	16 de agosto de 2017, prorrogável por 60 meses.	Taxa proporcional ao fornecimento mensal variável de energia elétrica (CEB) e esgotamento sanitário (CAESB), conforme fórmula Valor da taxa = (X/Y)*Z.	Fonte 112, Conta 111122001	Taxa proporcional ao fornecimento mensal variável de energia elétrica e esgotamento sanitário, conforme fórmula Valor da taxa = (X/Y)*Z pegando como valores as contas.	Como entrou na fonte 112, foi utilizado para pagamento de nota fiscal do Campus Riacho Fundo.
Samambaia	Concessão para exploração comercial de refeições e serviços de lanchonete	Nome: José Luiz Pinheiro de Azevedo ME; CNPJ: 14.925.328/0001-23; Endereço: Quadra QR 310, Conjunto 6, Casa 18, Samambaia; Responsável: José Luiz Pinheiro de Azevedo	Pregão Eletrônico	Exploração comercial de refeições e serviços de lanchonete	Área cedida de 48,70 metros quadrados, composta por área para cantina, área de dispensa e área de depósito de materiais e limpeza	Prazo inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93. Atualmente o contrato encontra-se no seu 1º Termo	O contratado mensalmente paga uma indenização proporcional a área utilizada composta pelos seguintes itens: Taxa de ocupação; Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica e esgotamento sanitário; Rateio proporcional das despesas conforme	Conta: 11.11.22.001, Limite de saque com vinculação de pagamento. Fonte: 0250026428	Rateio proporcional das despesas conforme preceitua o Decreto nº 3.725/2001. Considerando a área cedida, o contratado é responsável pelo pagamento na proporção de 0,12% do	Trata-se de fonte própria que auxilia no custeio do campus

						Aditivo com vigência até o dia 18/05/2018	preceitua o Decreto nº 3.725/2001		valor das despesas mensais com os serviços de vigilância, manutenção predial e limpeza e conservação, conforme consta nos autos do processo	
Brasília	Concessão parcial de 48,7 m ² para o uso espaço físico existente nas dependências do Campus Brasília. Exploração comercial de serviços de cantina.	Contrato: Vital Comercial de Alimentos LTDA, CNPJ 11.461.486/0001-81 situada no SRES centro comercial Bloco D N° 20 sala 401, Cruzeiro Velho-Brasília-DF, tendo representante legal José Laércio da Silva.	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico N° 01/2015 do tipo Menor Preço.	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do Campus Brasília.	Espaço situado no Bloco A e com Área total de 565,30 m ² , sendo 48,70 m ² de uso interno da cantina.	Renovado – 01/04/2017 a 01/04/2018	Valor de R\$ 1.112,43 variando de acordo com uma tabela de descontos aplicada sobre o montante de R\$ 1.112,43, segundo critérios constantes no edital.	Valores ressarcidos à conta contábil 33110100	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR.	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para ressarcimento de despesas com energia elétrica e água e esgoto.
Gama	Ambiente com área de 74 metros quadrados, localizado no prédio do ginásio poliesportivo do Campus Gama do Instituto Federal de Brasília.	Razão Social: Wanderson dos Santos Souza Miranda CNPJ: 17.816.898/0001-73 Endereço: QD 02 Lote 52, Setor Leste, Gama, Brasília/DF Responsável:	Dispensa de Licitação (Observação: em razão de pregão fracassado)	Concessão Administrativa de Uso de Bem Público, com contrato de permissão de uso oneroso, para exploração comercial de fornecimento de refeições prontas	Ambiente com área de 74 metros quadrados, customizado para prestação de serviço de lanchonete, com revestimento cerâmico, bancadas de granito, cuba em inox e torneiras.	O contrato firmado com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos	- Taxa de ocupação - Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica - Taxa proporcional ao fornecimento de água e esgotamento sanitário	111122001	- Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica: Valores extraídos do simulador de consumo da CEB Distribuição S/A.	Ate a presente data, o recurso não foi destinado a nenhuma despesa.

		Wanderson dos Santos Souza Miranda		(transportada) e de lanchonete, localizada no Lote 01 DF 480 Setor de Múltiplas Atividades - Gama/DF, para o fornecimento de lanches.		aditivos, até o limite de 60 meses (Contrato assinado em 13/07/2015)		- Taxa proporcional ao fornecimento de água e esgotamento sanitário: Valores extraídos mediante simulação realizada no local.		
Taguatinga	Concessão parcial de 101,3 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do Campus Samambaia –DF para. exploração comercial de serviços de cantina.	JANNAINA BATISTA DA SILVA - ME CNPJ: 22730.869/0001-24	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico 01/2016 do tipo Menor Preço.	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do Campus.	101.3 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do Campus	Por 12 meses até dia 08/07/2018	EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2016 - UASG 152140 Nº Processo: 2316200407920158 5. PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, - CIENCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 22730869000124. Contratado: JANNAINA BATISTA DA SILVA - ME - Objeto: Concessão Administrativa de Uso de Bem Público para exploração comercial de fornecimento de refeições prontas e de lanchonete. Valor total anual máximo da contratação: R\$	Será destinada por GRU a Receita própria fonte 250	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR. Na forma de RATEIO.	O recurso proveniente da cessão do ambiente é utilizado para custear despesas com limpeza, vigilância e conservação. Terceirizados

							6.863,76.Desconto de 5,59%. Valor final do cardápio: R\$ 71,9499. Fundamento Legal: Lei n° 8.666/93 . Vigência: 08/07/2016 a 07/07/2017. Valor Total: R\$76,21.			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Unidades concedentes

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Em 2017, foram gastos R\$ 120.185,91 com locação de imóvel, correspondente ao aluguel do espaço destinado ao Campus Taguatinga Centro. Essa unidade de ensino do IFB foi transferida no final do exercício de 2017 para a Região Administrativa do Recanto das Emas. Não foram efetuados gastos com reforma ou manutenção de imóveis locados.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Este tópico tem por finalidade apresentar informações sobre os principais serviços de engenharia realizados durante a gestão e que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos do IFB. Compreende a indicação das obras, das despesas, da vigência dos contratos e do estágio de execução.

Quadro 37 - Obras realizadas em 2017 relacionadas à atividade-fim

Obra Realizada em 2017	Número do Contrato	Valor realizado em 2017 (R\$ 1,00)	Vigência do Contrato	Estágio de Execução
Fiscalização Serviços Remanescentes da Biblioteca e Ginásio do Campus Brasília	02/2016	R\$ 5.897.437,31	27/06/2017	Concluído
Conclusão dos serviços remanescentes do Auditório e construção de duas rampas para atender acessibilidades do Campus Planaltina	01/2017	0,00	18/11/2018	Em andamento
Conclusão dos serviços remanescentes do Bloco Salas de Aulas e execução da infraestrutura geral do Campus Recanto das Emas	02/2017	R\$ 3.284.793,14	30/04/2018	Em andamento
Execução do Auditório e cobertura da quadra de esportes para o Campus Recanto das Emas	21/2017	0,00	11/12/2018	Em andamento
Reforma do alojamento 400 do Campus Planaltina	22/2017	0,00	18/12/2018	Em andamento
Fonte: DENG/PRAD				

4.3 Gestão da tecnologia da informação

A estrutura de gestão da tecnologia da informação está disposta da seguinte maneira:

Quadro 38 - Estrutura de gestão da tecnologia da informação

Estrutura	Descrição
Comitê de Governança Digital - CGD (composto por todos os altos gestores da instituição: CD1, CD2, CD3).	Responsável por definir e priorizar as ações de TIC dentro da instituição.

Plano Diretor de TIC (Documento que dá o direcionamento das ações da TIC)	Registro dos projetos e formas de atuação, definidos pelos CGD, para se atender os objetivos e metas de TIC, auxiliando o IFB a atingir suas metas. Construído de forma colaborativo como todas as partes interessadas
DTIC (Diretoria de Tecnologia da Comunicação e Comunicação)	Área do IFB responsável por gerenciar e executar as ações necessárias para se atingir os objetivos e metas contidas no PDTIC e definidas pelo CGD
Fonte: SGI, #18737	

4.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informações utilizados pela instituição estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 39 - Sistemas utilizados pela instituição

Sistema	Descrição
SGA - Sistema de Gestão acadêmica	Sistema desenvolvido internamente, pela equipe de TI do IFB, que fornecem todas as funcionalidades necessárias para uma boa gestão e manipulação das informações acadêmicas em todas as unidades do instituto.
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública	Sistema que possui vários módulos que auxiliam a administração do IFB a desempenhar de maneira adequada suas atividades. O sistema possui módulo de registro de ponto, controle de contratos, controle de frota, almoxarifado, gestão de projetos de extensão, gestão de RH - dentre outros.
SGPS - Sistema de Processo Seletivo	Sistema que automatiza e gerencia a seleção de candidatos para admissão nos vários cursos do IFB.
Fonte: DTIC	

Os sistemas SGA e SGPS estão em desenvolvimento por equipe própria do IFB. O prazo para conclusão é 2019, não há orçamento para o desenvolvimento. Estão associados os seguintes riscos: rotatividade da equipe de desenvolvedores do IFB e descontinuidade.

O sistema SUAP é desenvolvido pelo IFRN via acordo de cooperação e sem custo para o IFB. A equipe de desenvolvedores realiza toda a otimização para a realidade do IFB. Trata-se de um sistema em constante desenvolvimento, não há orçamento para o desenvolvimento. Riscos associados: rotatividade da equipe de desenvolvedores do IFB e descontinuidade por parte da gestão.

Todos os sistemas são impactados pelos mesmos riscos e as medidas de mitigação são realizadas da mesma maneira, conforme descrição abaixo:

- Risco de continuidade: Como trata-se de um sistema desenvolvido pela equipe do IFB o risco de descontinuidade do sistema é baixo. Mitigamos os riscos capacitando internamente os colaboradores nas tecnologias que suportam o sistema; e
- Risco de disponibilidade: O sistema é suportado pela infraestrutura (DataCenter) da reitoria e disponibilizado para todas as unidades do IFB, consideramos que o risco de indisponibilidade do sistema é baixo. Para mitigar o risco os equipamentos do DataCenter são monitorados e ações de manutenção são realizadas periodicamente.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Foram adotadas ações de sustentabilidade em todos os *Campi*, com a promoção de efetiva racionalização de recursos, do treinamento de terceirizados que lidam diariamente com a gestão ambiental e com a coleta de resíduos sólidos e o seu devido reaproveitamento ou reciclagem.

No que tange aos processos licitatórios, todos apresentam critérios de sustentabilidade.

A obras realizadas pelo IFB são planejadas com soluções sustentáveis tais como: emprego de equipamentos modernos, energeticamente econômicos e eficientes que possibilitam a adoção de práticas de ecoeficiência, utilização de energia solar, reuso de água, etc.

O IFB está em fase de implantação do Processo Eletrônico Nacional de modo que seja possível a redução de impressões bem como do consumo de papel.

Em 2017 foi instituída a Comissão responsável pela elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas unidades do IFB. Tal ação visa o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O IFB concluiu o processo de adesão ao Programa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.

As unidades do IFB têm empreendido esforço para implementação de ações de economia sustentável. Ressalta-se que os resultados relacionados a efetiva racionalização de recursos e preservação do meio ambiente refletem a longo prazo e de forma continuada na implementação da cultura da sustentabilidade na instituição.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IFB tem incluído em seus editais exigências que visam a manutenção dos recursos ambientais para gerações futuras, em observância às novas exigências de sustentabilidade ambiental para a administração pública e em cumprimento ao que dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e a Resolução nº 257 de 30 de junho de 1999 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Nesses casos os processos referentes aos serviços de vigilância, limpeza e apoio administrativo contém em seus autos obrigação de fornecimento de equipamentos adequados à segurança e treinamento em práticas de sustentabilidade.

Além disso, os editais fazem referência ao que dispõe a Lei nº 11.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com destaque para a destinação final ambientalmente adequada que, nos termos do Art. 3º, inciso VII, é definida como: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo tem por finalidade apresentar os canais de comunicação que estão à disposição do cidadão para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões, bem como os mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre serviços prestados pelo IFB e aqueles que garantem a acessibilidade aos serviços, produtos e às instalações do instituto.

5.1 Canais de acesso do cidadão

O registro de manifestações pelo usuário, interno ou externo, poderá ser feito por meio dos seguintes canais:

- Formulário online, disponível na página da Ouvidoria;
- Sistema e-OUV;
- Correspondência para a Ouvidoria do IFB; ou
- Presencialmente, desde que previamente agendado, pois para o registro de manifestação presencial é necessário a presença de dois servidores, ou seja, o ouvidor e um servidor que atue no setor.
- Outras informações podem ser acessadas no site: <http://www.ifb.edu.br/ouvidorias>

Cabe à equipe da Ouvidoria receber, examinar e encaminhar as manifestações dos cidadãos para as áreas interlocutoras (Pró-Reitorias, Campi, e órgãos vinculados ao gabinete do Reitor, com os respectivos níveis hierárquicos correspondentes: Pró-Reitores, Diretores Gerais, Coordenadores e Reitor. Tal procedimento busca dar soluções aos demandantes (usuários internos e externos). A resposta da manifestação deverá ser enviada para o demandante em até 20 dias, a contar da data do seu recebimento, podendo ser prorrogado por mais 10 dias. Esclarece-se que a área de interlocução retornará a resposta para equipe da Ouvidoria a qual será analisada quanto à pertinência em relação ao questionamento. Se for compatível, encaminha-se para o demandante; se não, retorna à referida área visando melhor esclarecimento, nesse caso terá até 3 dias para enviar uma nova resposta à Ouvidoria.

Ao longo de sua existência, a Ouvidoria registrou um total de 4.196 manifestações desde setembro de 2012. Abaixo são descritos os números ano a ano.

A Ouvidoria do IFB teve sua implantação no mês de setembro de 2012 e recebeu o total de 196 manifestações naquele ano. As manifestações, em sua maioria, eram do tipo solicitação de informação e versavam sobre: Gastos Públicos; – Educação Profissional e Tecnológica; – Informações Funcionais de Servidores; – Concursos Públicos; – Registro Acadêmico; – Oferta de Cursos; – Contratos; – Cargos – Atividades do IFB; – Solicitação de Documentos; – PRONATEC; – Legislação escolar; – Pesquisa e Inovação; – Oferta de Bolsas; – Informações Pessoais; – Tramitação de Processos; – Outros.

No ano de 2013, a Ouvidoria do IFB recebeu o total de 817 manifestações, havendo um *boom* na quantidade de registros de manifestações, que em sua totalidade eram do tipo reclamação e solicitação de informações.

No ano de 2014, foram recebidas 682 manifestações. Percebemos que houve um declínio nas manifestações porque a transparência ativa muito auxiliou no acesso à informação, ficando a encargo da Ouvidoria, os assuntos que demandavam o acesso a diferentes setores.

No ano de 2015 houve 589 manifestações registradas porque a Ouvidoria estabeleceu uma dinâmica no tratamento de determinada ocorrência. Muitas vezes o cidadão vem à ouvidoria com questões urgentes, como por exemplo, assinatura de documento de estágio, matrícula, correção de nome na lista de seleção, entre outros que, em decorrência do prazo estabelecido pelo Regimento da Ouvidoria poderia retardar a resolução do problema, neste caso a Ouvidoria traça o caminho que deve ser percorrido pelo cidadão a fim de que ele consiga sucesso na resolução do seu problema.

No ano de 2016 a Ouvidoria recebeu 644 manifestações, sendo que a solicitação de informação a de maior número, seguido pela reclamação.

No ano de 2017 a Ouvidoria recebeu 1248 manifestações, incluindo o total de pedidos de Acesso à Informação, conforme resumo a seguir:

Quadro 40 - Manifestações recebidas no exercício

Manifestações recebidas no ano de 2017	Total
Denúncia	22
Elogio	50
Informação/Solicitação	314
Orientação	262
Interlocução	11
Reclamação	279
Sugestão	35
Pedido de Acesso à Informação (SIC)	275
Total	1248

Fonte: Ouvidoria

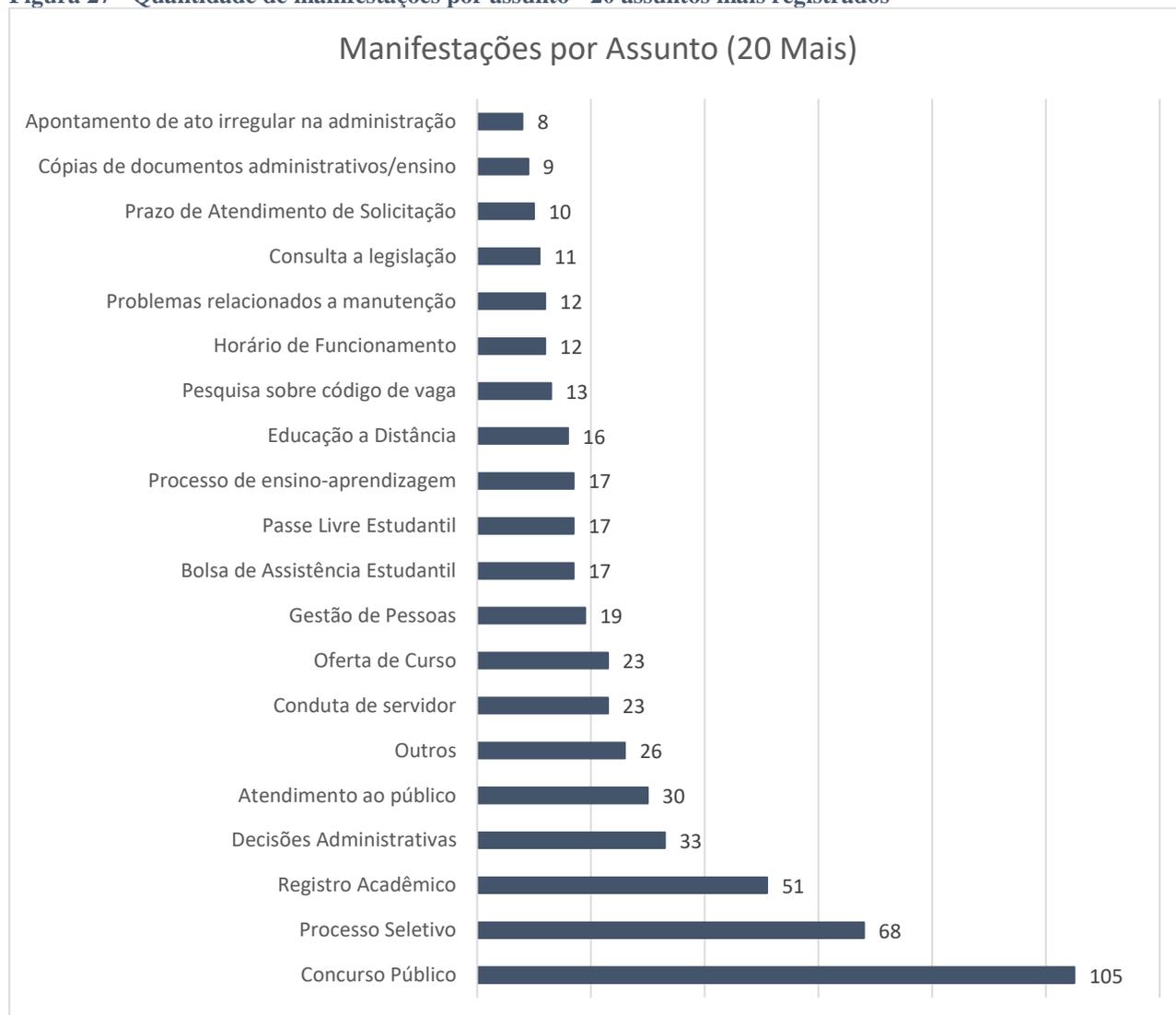
Com base nos dados apresentados é possível perceber que houve um crescimento nas demandas da Ouvidoria. O total de manifestações recebidas no ano de 2017 corresponde a 42,6% do total de manifestações recebidas nos anos anteriores.

É perceptível que o cidadão está mais participativo. Das manifestações recebidas a Informação/Solicitação foi a que apresentou a maior demanda, seguida pela Reclamação e Pedido de Acesso à Informação.

No segundo semestre do ano de 2017 a Ouvidoria passou a registrar as Orientações transmitidas ao Usuário do IFB, correspondendo a 21% das manifestações recebidas.

Os 20 principais assuntos relacionados as manifestações registradas na Ouvidoria foram:

Figura 27 - Quantidade de manifestações por assunto - 20 assuntos mais registrados



Fonte: Ouvidoria

Possíveis alterações dos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.

A Ouvidoria forneceu informações que já se encontravam disponíveis em nosso site, agindo conforme os princípios da transparência ativa e ou respondeu a demanda que já se encontraram na transparência ativa ou estavam registrados em outras respostas de igual teor.

Os novos procedimentos implementados no ano de 2017, foram:

1. Disponibilização de formulário para registro de manifestação no site da Ouvidoria.
2. Atualização da página da Ouvidoria, deixando o canal de fácil acesso e compreensão pelos usuários.
3. Implantação dos dados estatísticos da Ouvidoria no: <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/> (Aba Administração)

4. Gerenciamento das demandas da Ouvidoria por meio da Ferramenta *Google Drive*, facilitando o acompanhamento dos prazos e a tabulação de dados que subsidiarão a criação de novos relatórios no ano subsequente.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFB, elaborada nos termos do Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009, é disponibilizada à sociedade desde 2014. Seu conteúdo atual compreende:

- Identidade organizacional;
- Estrutura organizacional e contatos;
- Abrangência da instituição no Distrito Federal;
- A oferta de cursos por *campi*;
- Dirigente, Endereço, telefone e correio eletrônico de cada unidade;
- Horários de atendimento por categoria e unidade;
- Tipos de ofertas;
- Formas de acesso e ingresso;
- Informações sobre a política de Assistência Estudantil; e
- Informações sobre programas de Extensão e ações de Pesquisa.

O IFB divulgou a última versão da carta de serviços do ano de 2016 e finalizará a atualização da versão para atendimento do ano vigente.

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFB pode ser acessada por meio do portal do IFB na internet, na seção Acesso Rápido, ou por meio do seguinte endereço: <<http://www.youblisher.com/p/1427412-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao-IFB/>>.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Com o objetivo de verificar o nível de satisfação dos usuários em relação ao serviço da Ouvidoria do IFB foi realizada uma pesquisa de satisfação por meio da utilização de formulário web, por meio da ferramenta google drive. O questionário foi encaminhado a mais de 500 usuários que registraram manifestação na Ouvidoria no ano de 2017, mas apenas 75 responderam a esta Pesquisa de Satisfação. Do total de respostas obtidas foram apurados os seguintes resultados:

Nas questões de 1 a 4 constam questões que tratam do perfil do usuário participante da pesquisa. Conforme podemos perceber, a faixa etária predominante é a de pessoas acima dos 44 anos de idade, seguida de pessoas que têm entre 26 a 34 anos. Em relação ao sexo, houve predominância do sexo feminino, com 60%. Quanto à formação, a maior parte dos usuários que responderam à pesquisa possuem o nível superior completo (incluindo Especialização, Mestrado e Doutorado), contando com cerca de 57,3%. Também podemos perceber que a maior parte de nossos participantes exercem atividade remunerada, totalizando 62,7% de trabalhadores.

Figura 28 – Ouvidoria 1 - faixa etária

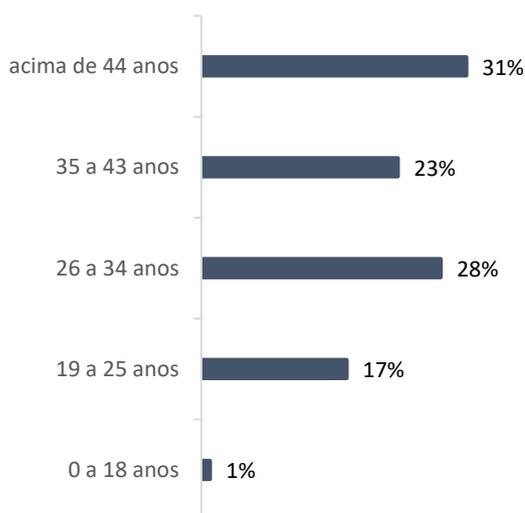


Figura 29 – Ouvidoria 2 - sexo

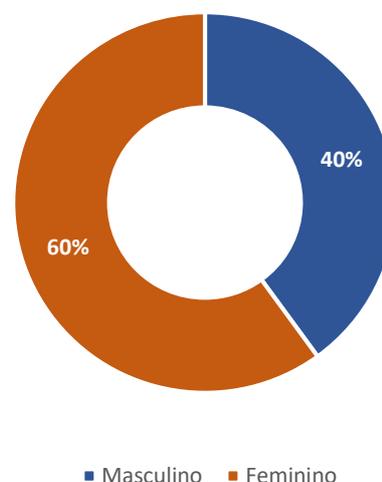


Figura 30 – Ouvidoria 3 - formação

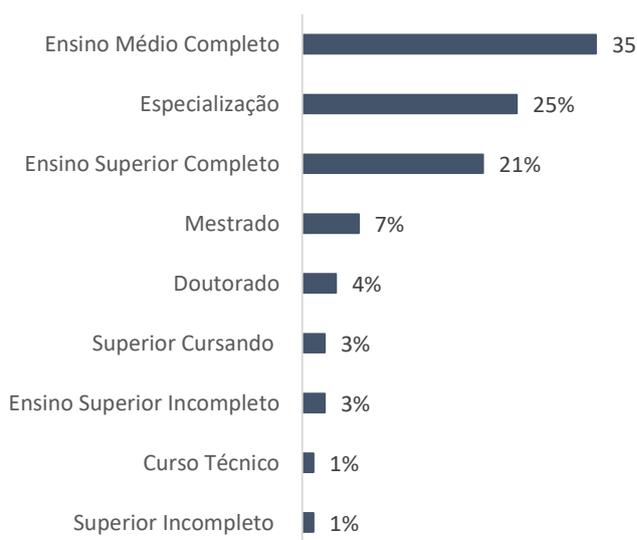
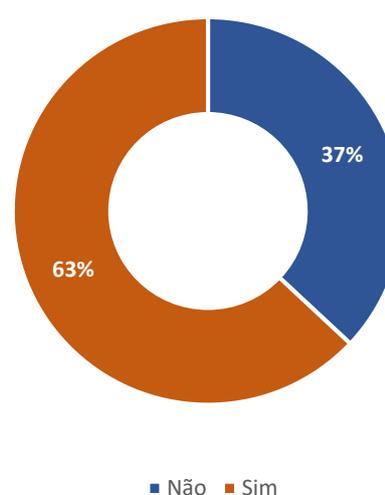
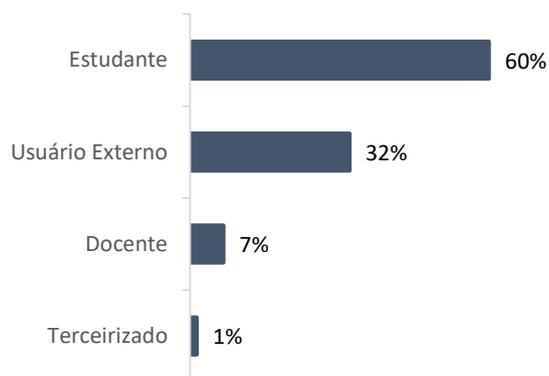


Figura 31 – Ouvidoria 4 – trabalha



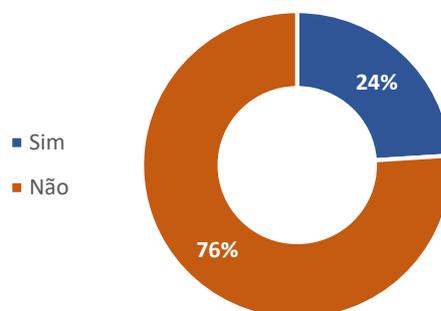
Nas perguntas de 5 a 13 são apresentadas o tipo de usuário, as instâncias que costumam buscar para o atendimento de suas demandas e a avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria do IFB.

Figura 32 – Ouvidoria 5 – vínculo com o IFB



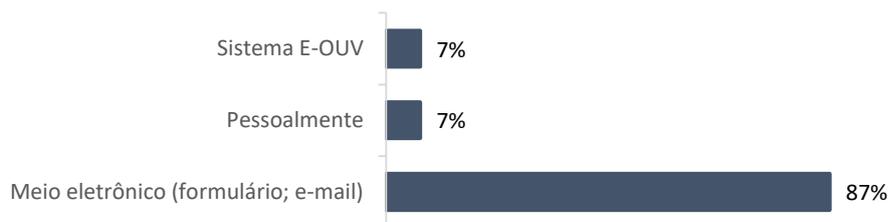
Em análise ao dado acima é possível afirmar que os usuários que recorrem aos serviços da Ouvidoria e que participaram da avaliação são, em sua maioria, estudantes, contabilizando 60%, seguido de usuário externo com 32%.

Figura 33 – Ouvidoria 6 - recorreu a outras instâncias



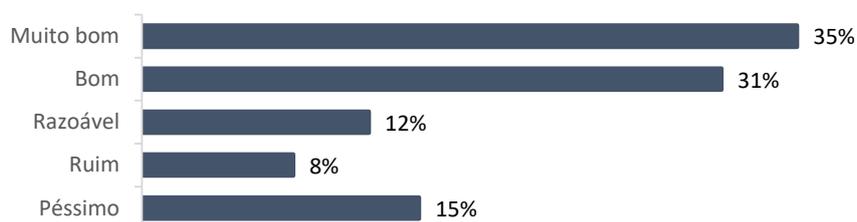
Para este item 76% dos respondentes afirmaram que não, porém na análise das manifestações realizadas pela Ouvidoria foi possível perceber que muitos dos usuários buscam primeiro a Ouvidoria antes de recorrer as instâncias nos *campi*/Reitoria.

Figura 34 – Ouvidoria 7 – meio utilizado



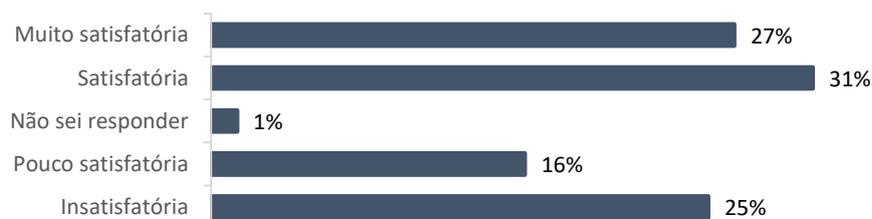
O meio mais utilizado pelos usuários para registro da manifestação é o eletrônico, com 86,7%. Por este motivo a Ouvidoria optou por aprimorar o formulário disponibilizado na página, adequando as novas legislações.

Figura 35 – Ouvidoria 8 – avaliação da Ouvidoria como canal de atendimento



Grande parte dos usuários avaliaram o atendimento da Ouvidoria como Muito Bom, com 34,67%, e Bom, com 30,67%. Essa avaliação demonstra a importância do trabalho que é desenvolvido por esta instância.

Figura 36 – Ouvidoria 9 – avaliação da qualidade das respostas



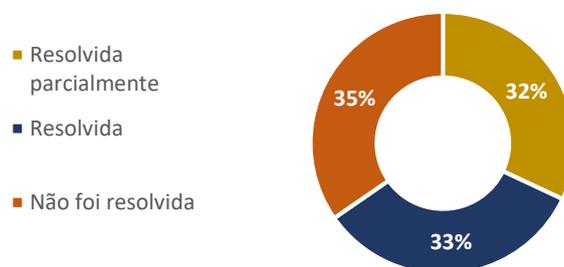
Neste item percebemos que a maioria dos usuários avaliou a qualidade da resposta dada à manifestação como Satisfatória, com 30,67%, seguida de Muito Satisfatória, com 25,67%. Houve um percentual considerável de avaliação Insatisfatória, com 25,33%. Isso ocorre, muitas vezes, devido aos usuários julgarem que a Ouvidoria pode agir em desconformidade com as normas da instituição e a legislação vigente, e confundirem as atribuições da Ouvidoria com as de Auditoria, sem se atentar ao caráter mediador do trabalho realizado pela Ouvidoria.

Figura 37 – Ouvidoria 10 – tempo de resposta



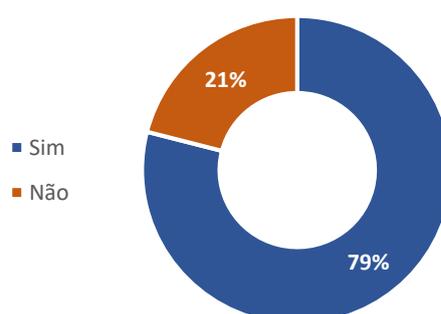
No quesito tempo de resposta podemos afirmar que os setores estão atentos aos prazos de respostas e a Ouvidoria tem estado atuante para o cumprimento dos mesmos.

Figura 38 – Ouvidoria 11 – avaliação do atendimento da demanda



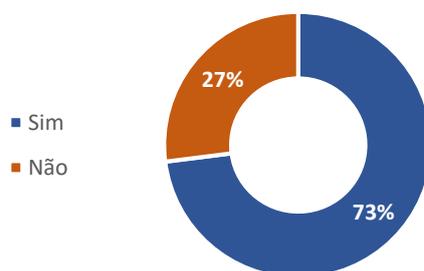
Ao analisar o gráfico, percebemos que as demandas foram Resolvidas ou Resolvidas Parcialmente, porém 34,7% considerou que a demanda, ao final, não foi resolvida.

Figura 39 – Ouvidoria 12 – utilizaria novamente os serviços da Ouvidoria



Na avaliação dos serviços 78,7% utilizariam novamente os serviços da Ouvidoria. Esse percentual mostra que a Ouvidoria é o meio para que o cidadão, após tentar resolver suas demandas nas instâncias administrativas ou de ensino nos Campi//Reitoria do IFB e não se sentir satisfeito, possa recorrer a esta instância de forma democrática, registrando denúncias, reclamações, elogios e sugestões quanto aos serviços prestados pelo referido Instituto. Essa participação do usuário é de extrema importância, pois fornece elementos que são necessários para o aprimoramento da gestão, em prol da melhoria dos serviços prestados.

Figura 40 – Ouvidoria 13 – recomendaria o canal da Ouvidoria



Em relação a este ponto fica claro o motivo do aumento na demanda da Ouvidoria, pois o cidadão, que não se sente satisfeito com o serviço prestado pelos setores do IFB e que consegue ter a sua demanda atendida através do canal da Ouvidoria, será um dos responsáveis pela divulgação dos serviços da Ouvidoria. Assim, dos usuários que participaram da pesquisa 73,3% recomendariam este canal para outras pessoas.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A instituição disponibiliza informações consideradas úteis e relevantes à sociedade por meio de portal do IFB na internet - <http://www.ifb.edu.br/>, com destaque para os itens relacionados no quadro abaixo. Além das informações produzidas pela instituição, o IFB também disponibiliza, por meio da plataforma *IFB em Números* a extração de dados relativos ao ensino, ao censo da educação superior e aos servidores, em formato editável (.csv), permitindo o tratamento desses dados e a produção de mais informações gerenciais.

Quadro 41 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão

Informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão	Local de disponibilização na internet
Plataforma “IFB em Números”, cuja finalidade é disponibilizar para a comunidade informações sobre os <i>Campi</i> , número de alunos, indicadores educacionais, de pessoal, entre outros.	Portal do IFB > Acesso Rápido > IFB em números (http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/)
Carta de serviços ao cidadão tem por finalidade informar ao público a identidade da organização, a oferta e tipos de cursos, as formas de acesso a esses cursos, bem como algumas políticas de ensino, pesquisa e extensão.	Portal do IFB > Acesso Rápido > Carta de Serviços ao Cidadão (http://www.youblisher.com/p/1427412-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao-IFB/)
Relatórios de Gestão do IFB e relatórios e pareceres dos órgãos de controle em relação as contas apresentadas	Portal do IFB > Acesso Rápido > Contas Anuais (http://www.ifb.edu.br/contas-anuais)
Relatórios de auditoria interna	Portal do IFB > Acesso à Informação > Auditorias (http://www.ifb.edu.br/auditorias)

Relatórios anuais da ouvidoria	Portal do IFB > Acesso à Informação > Informações Classificadas (http://www.ifb.edu.br/informacoes-classificadas)
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Portal do IFB > Acesso à Informação > Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) (http://www.ifb.edu.br/index.php/institucional?id=3283)
Fonte: CGPL/DRPO	

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em 2017, foram iniciados os serviços de:

- conclusão do bloco Salas de Aulas IFB – Campus Recanto das Emas e Modificação que incluiu adequações de acessibilidade, obra que está em fase final de execução;
- conclusão do Auditório e Execução de duas rampas para atender a acessibilidade do Campus Planaltina;
- construção do Auditório e cobertura da quadra de esportes do Campus Recanto das Emas; e
- reforma do alojamento 400 do Campus Planaltina.

Em todas estas obras, foram aprimorados os itens de Acessibilidade, através de correções de itens já existentes, complementação e atualização conforme normas vigentes. Os itens abaixo foram incluídos:

- mapas táteis;
- sinalizações táteis de piso e em corrimãos;
- placas de identificação com textos em relevo e braile;
- sanitários acessíveis;
- estacionamento com vagas acessíveis bem como rotas acessíveis aos edifícios;
- espaços acessíveis reservados em plateias/residência;
- rampas devidamente acessíveis (inclinações, guias de balizamento, guarda corpo e corrimãos, placas em braille e relevo indicando pavimento)
- escadas com placas em braille e relevo indicando pavimento, sinalização visual de degraus, corrimãos conforme normas de segurança e de acessibilidade

Várias outras medidas foram adotadas com intuito de garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações do IFB. Uma medida que o IFB vem adotando já ha alguns anos é a publicação de editais de processo seletivo com ações afirmativas para pessoas com deficiência. Esta ação tem representado uma grande oportunidade de acesso a escola, ao aprendizado e a formação profissional. Destaca-se que a oferta de reserva de vagas para pessoas com deficiência, já ocorria, antes da obrigatoriedade da Lei nº13.409/2016. Considerando a pluralidade de nossa sociedade, a política de acesso e ingresso institucional fundamenta-se no respeito e na valorização da diversidade, adotando formas de acesso condizentes com o público para o qual a instituição é destinada e à luz dos princípios constitucionais

As ações que objetivam promover permanência e êxito também podem ser consideradas inclusivas, num sentido mais amplo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES possibilita, por meio de rubrica específica, que sejam desenvolvidas ações: de democratização de permanência do estudante na educação superior pública federal; que contribuam para minimizar as desigualdades regionais e sociais; além de contribuir para que a educação seja, também, um meio de inclusão social.

Desta forma, a Política de Assistência Estudantil do IFB/PAE desenvolvida no âmbito dos dez campi, por meio das Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social e, em consonância com o PNAES, a PAE ressalta em seu texto a inclusão social que se realiza por meio da educação. E para tal, desenvolve ações de fomento à permanência e ao desenvolvimento acadêmico, de acompanhamento social, psicológico e pedagógico e ainda de incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer.

O IFB também organizou o “Manual de Orientações para Adaptação e Adequações Curriculares e Terminalidade Específica”, com o objetivo de auxiliar docentes e equipe técnica pedagógica na realização das adaptações e adequações curriculares para os estudantes que dela necessitem.

Os editais de fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, também contribuem para a inclusão educacional. Em específico os editais que incentivam a realização de ações inclusivas, apresentando linhas temáticas que objetivam a promoção da diversidade e inclusão de diversos grupos tais como: a valorização da diversidade étnica para inclusão, a educação para as pessoas com deficiência, permanência e aprendizagem, mulheres e relações de gênero, orientação sexual, diversidade cultural, entre outros. Este ano foram elaborados dois editais com apoio financeiro para execução de projetos e cursos de extensão. Os projetos e cursos foram selecionados por meio dos Editais Nº 043/RIFB-2017 e Nº 044/RIFB-2017, que dentre os objetivos continha, respectivamente, estimular a produção, o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, socioculturais, artísticos, desportivos e de inovação tecnológica; e, promover a inclusão social, a difusão, a socialização e a democratização dos conhecimentos e tecnologias produzidos;

As linhas temáticas abordadas nos editais foram:

a) Inclusão e Desenvolvimento Humano (Edital 043 e 044/2017): temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguístico, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano, espiritualidade e religiosidade. Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias. Terceira Idade: Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias. Uso de Drogas e Dependência Química: Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

b) Grupos Sociais e Vulneráveis (Editais 043 e 044/2017): questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção. Infância e Adolescência: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e

garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

Outras ações foram adotadas, por exemplo, estudantes foram classificados como pessoas com necessidades específicas para o mailing de empresas e instituições parceiras do Instituto, com o objetivo de captar estágios para esse público específico. A minuta padrão de Convênio de Estágio do IFB prevê que as pessoas portadoras de deficiência têm direito ao percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela instituição concedente. Além disso, foram mantidos Acordos de Cooperação Técnica com instituições que apoiam pessoas com necessidades específicas, como: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF (APAE), Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia (AEC), Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (ICPE), Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF (APADA/DF) e Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB).

O IFB atua na melhoria do atendimento ofertado à comunidade interna e externa, tratando temáticas envolvidas com a inclusão de pessoas com deficiência, assuntos relacionados a gênero, raça, diversidade sexual e população em vulnerabilidade social. Por meio dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNES) dos *Campi*, são atendidas as demandas locais e disseminada uma cultura de “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra de barreiras educacionais, de comunicação e atitudinais, de forma a promover a inclusão de todos na educação profissional e tecnológica.

No decorrer de 2017 foram realizadas várias atividades e eventos com a temática inclusiva. Essas ações contribuem para disseminação do conhecimento na área, possibilitando a todos os envolvidos uma maior compreensão do papel do IFB em favor de um melhor atendimento educacional a todos os nossos estudantes. Dentre as ações realizadas no exercício de 2017, destacam-se:

- Reuniões com os Coordenadores de NAPNEs;
- O I Ciclo de Ações sobre Cultura, Extensão e Inclusão, com palestras nos *campi* do IFB e , contou com a participação total de 220 pessoas. Também foi montado um Stand de divulgação de matérias sobre prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis/IST e HIV/AIDS. Este evento teve por objetivo promover palestras sobre o atendimento específico aos estudantes com deficiência, bem como levar informações sobre diversidade, inclusão, HIV/AIDS e gênero. A Ong Amigos da Vida foi a criadora do aplicativo gratuito HIVE sobre HIV e IST, o IFB fez o vídeo com a tradução na língua brasileira de sinais para a comunidade surda ter acesso ao conteúdo informativo do aplicativo;
- O VI Fórum de Educação profissional e Tecnológica Inclusiva foi realizado em conjunto com os seguintes eventos: o II Seminário Nacional sobre Autismo; o VII Encontro do NAPNE; o IV Encontro de Tradutores e Intérpretes do IFB e o V Encontro de Educação e Direitos Humanos do IFB. Com o tema “Desafios na Educação Profissional e Tecnológica: comunicação, diversidade e inclusão”, o evento contou com programação cultural, apresentação de comunicações orais, palestras e mesas redondas abordando várias temáticas, dentre elas: raça, gênero, diversidade sexual e necessidades específicas. A participação do público foi de 620 pessoas. Participaram desta edição palestrantes dos IFs do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Triangulo Mineiro, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constnt, do Movimento Orgulho Autista Brasil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul além de instituições locais, como a Universidade de Brasília (UnB);
- Foi realizado o Curso de Extensão “Atendimento Educacional para Classes Especiais de Estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA)”;

- Em parceria com a PREN foi realizado a tradução em língua brasileira de sinais em alguns editais para facilitar o acesso a informação pelo público surdo.

A realização das diversas atividades, apresentadas acima, teve como finalidade sensibilizar o público, fomentar a reflexão sobre os assuntos abordados e proporcionar debates acerca das possibilidades frente às novas demandas educacionais. De acordo com a avaliação do público, os eventos foram bem aceitos pela comunidade interna e externa. Dessa forma, foram disseminados conhecimentos essenciais para promover a melhoria do atendimento realizado aos estudantes.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo visa demonstrar o desempenho financeiro, apresentar informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelo IFB. Contempla ainda informações sobre a implementação da sistemática de apuração de cursos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A intenção é proporcionar a compreensão sobre a posição patrimonial e financeira da instituição.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

A principais dificuldades orçamentária e financeira que foram identificadas por este instituto, foram:

- A liberação de 1/18 avos para o orçamento dos primeiros meses, o que acarretou em alguma demora para que conseguisse executar plenamente essas despesas;
- Previsão do campus Brasília foi realizada com valor incompleto, gerando dificuldades de remanejamento de orçamento para cobrir despesas do referido campus;
- A liberação de 50 a 60% de financeiro, em média, das despesas efetivamente apropriação via SIAFI; e
- Contingenciamento do orçamento.

A execução dos recursos para ajuste das despesas busca priorizar os recursos de bolsas e projetos de pesquisa dos estudantes e com quanto às empresas as faturas e tributos com vencimento.

Apesar das dificuldades tanto de orçamento, quanto de financeiro, ressalta-se que o instituto buscou firmar TEDs (Termo de Execução Descentralizado).

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O IFB tem aplicado gradativamente as determinações contidas na NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A aplicação efetiva ainda não foi possível, considerando que o módulo de sistema de controle patrimonial do sistema SUAP não foi implementado totalmente, o que impossibilita o lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto na legislação no tocante à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

Conforme demonstra no Balanço Patrimonial de 2017, o IFB apresenta um saldo na conta de Bens Móveis que será ajustado em conformidade com o inventário. Em dezembro de 2016 foram instauradas as comissões para apurar o levantamento dos bens móveis e posterior inserção dos dados no SUAP. Em seguida, serão realizados os procedimentos para atualizar os registros no SIAFI. Atualmente, os cálculos de depreciação e amortização são realizados em planilha do excel, a qual foi auditada e aprovada pela Auditoria Interna, utilizando o sistema de quotas constantes. A partir daí são realizados os devidos registros no SIAFI.

Os registros, cálculo, métodos e estimativa de vida útil do bem, estão de acordo com as orientações da Macrofunção 020330 SIAFI/MF/STN e do Comunica MEC 2016/0581990, que trata da amortização de softwares, que estabelecem:

- Tópico 4.8 - a depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso. Dessa forma, para fins de cálculo da depreciação e da amortização é utilizada a data de ateste, que é a data que o bem é atestado pelos responsáveis do seu recebimento como que está em perfeitas condições;
- Tópico 6.5 - a depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual; e
- Tópico 7.2 - os encargos de depreciação para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional utilizará as quotas constantes. Justificativa: a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas.

Há saldo na conta de bens imóveis que se refere a obras em andamento, este saldo será lançado para a conta de edificações assim que a documentação for liberada para o órgão. Esses documentos foram solicitados junto aos órgãos competentes e estão em fase de regularização.

Por enquanto, o único imóvel registrado contabilmente no SPIUNET e, conseqüentemente, no balanço contábil na conta de Bens imóveis de Uso Educacional é o imóvel do *Campus Gama* (UG 152139), os demais imóveis do IFB estão em processo de regularização no SPIUNET, em dezembro de 2017, o valor apresentado no balanço é de R\$ 31.460.377,29.

Em relação às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito do tratamento contábil da depreciação, da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, o IFB vem realizando a implantação de um sistema integrado de gestão que permitirá realizar tais procedimentos, no entanto, não foi possível regularizar o patrimônio como um todo, que em virtude da integralização de diferentes unidades gestoras em um único órgão, recém formado, depende da conclusão da implantação do sistema.

Os cálculos e as apropriações das depreciações e amortizações realizadas pelo IFB são realizados por meio de pasta de trabalho do Excel, seguindo as orientações e critérios estabelecidos na macrofunção contábil 020330, da qual consta tabela de vida útil e o percentual residual a ser adotado para cada item da conta contábil, sendo utilizado método das quotas constantes.

O cálculo leva em consideração apenas meses inteiros, desconsiderando-se qualquer fração inferior a um mês. Com base no quantitativo de meses transcorridos e na taxa de depreciação/amortização mensal de cada conta contábil é calculado a depreciação/ amortização acumulada dos bens. A depreciação/ amortização mensal é lançada pela diferença entre valor acumulado do mês atual e o valor acumulado do mês anterior, levando em conta todas as casas decimais para que o valor líquido esteja sempre ajustado.

O valor atribuído para os bens é o valor total da nota fiscal liquidada e a data base para o cálculo é a data do ateste. Todas as informações inseridas na pasta de trabalho são retiradas do SIAFI.

De acordo com o comunica nº 2016/0581990 da Setorial e Contabilidade/ MEC, os softwares com vida útil definida, sofrem amortização levando em consideração o período da licença. A contabilidade pesquisou os processos de compras dos softwares para verificar o prazo da licença e posteriormente realizar o cálculo da amortização.

O órgão reconheceu a depreciação/ amortização acumulada dos exercícios anteriores no mês de maio/2016 e a partir desse período a depreciação está sendo calculada mensalmente, inclusive para os bens que estão sendo adquiridos.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso. Para esse procedimento é criada uma comissão específica para avaliar as condições do bem e posteriormente efetuar a baixa.

Assim que a implantação do sistema de patrimônio ficar concluída, serão criadas comissões específicas para avaliar o valor residual, vida útil e efetuar a reavaliação dos ativos para ajustes de forma prospectiva, quando for o caso.

Tabela 3 - Vida útil e taxa de depreciação- Macrofunção 020330

Conta contábil	Descrição da conta contábil	Vida útil(anos)	Tx depr. Ano	Valor Bruto Cont. jan/17	Valor Bruto Cont. dez/17	Depre/Amort. Acum dez/17
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	6,667%	R\$ 1.876.355,29	R\$ 1.945.160,54	R\$ 275.797,75
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	10	10%	R\$ 325.357,70	R\$ 324.150,80	R\$ 93.190,86
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	15	6,667%	R\$ 357.596,94	R\$ 492.303,29	R\$ 89.617,15
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	10	10%	R\$ 71.752,47	R\$ 71.752,47	R\$ 21.591,12
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	10	10%	R\$ 539.113,55	R\$ 542.663,55	R\$ 289.160,23
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIAI	20	5%	R\$ 281.476,41	R\$ 296.456,41	R\$ 36.884,88
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	10	10%	R\$ 744.383,03	R\$ 745.283,03	R\$ 423.182,24
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	6,667%	R\$ 41.963,90	R\$ 41.963,90	R\$ 14.918,26
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	10	10%	R\$ 1.216.658,83	R\$ 1.252.251,67	R\$ 591.698,29
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	5	20%	R\$ 3.150,00	R\$ 3.150,00	R\$ 2.409,75
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	10	10%	R\$ 874.317,92	R\$ 879.561,01	R\$ 509.221,48
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	10	10%	R\$ 56.936,98	R\$ 56.936,98	R\$ 18.584,64
1.2.3.1.1.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	10	10%	R\$ 2.361.417,99	R\$ 2.363.017,99	R\$ 457.309,35
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	10	10%	R\$ 9.743.684,35	R\$ 9.748.617,87	R\$ 4.812.731,79
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE D	5	20%	R\$ 9.804.605,61	R\$ 10.179.028,09	R\$ 7.513.130,46
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%	R\$ 894.254,04	R\$ 920.645,98	R\$ 462.031,81
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	10	10%	R\$ 12.871,26	R\$ 12.871,26	R\$ 5.674,64
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%	R\$ 23.379.377,11	R\$ 23.681.753,60	R\$ 9.552.064,24
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	10	10%	R\$ 2.388.472,98	R\$ 2.716.804,39	R\$ 1.095.988,12
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	20%	R\$ 27.636,00	R\$ 27.636,00	R\$ 24.457,86
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	5%	R\$ 223.095,83	R\$ 264.054,15	R\$ 24.643,70
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	10	10%	R\$ 1.207.084,77	R\$ 1.209.691,76	R\$ 650.219,06
1.2.3.1.1.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS	10	10%	R\$ 3.602.179,00	R\$ 4.808.580,09	R\$ 963.797,46
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	6,667%	R\$ 12.566.552,47	R\$ 12.685.046,47	R\$ 4.055.966,25
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%	R\$ 465.825,59	R\$ 524.050,89	R\$ 239.718,04
1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES			R\$ 1.095.159,69	R\$ 1.095.159,69	R\$ 1.079.457,75

Fonte: SIAFI

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFB atualmente não utiliza ferramenta específica que permita mensurar os custos. Para as tomadas de decisão são elaborados relatórios por meio da ferramenta Tesouro Gerencial. A instituição está realizando a atualização das informações constantes no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG. Tal ação permitirá a estruturação das unidades responsáveis pelo gerenciamento de custos bem como das subunidades administrativas. Após a conclusão dessa atualização, será possível a utilização do Portal de Custos do Governo Federal baseado no Sistema de Informações de Custos – SIC.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Os demonstrativos e as respectivas notas explicativas constam do Anexo III.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Este capítulo contempla informações sobre as providências adotadas pelo IFB em cumprimento às deliberações e recomendações dos órgãos de controle.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Audin acompanha as recomendações/determinações do TCU e solicita que a área responsável atenda às recomendações/determinações, como também se posicione quanto à sua implementação. Caso a determinação não seja totalmente implantada, o responsável pela área deverá justificar e indicar quais foram as medidas adotadas até o momento.

Quadro 42 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ou estão aguardando manifestação do TCU ao final do exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.185/2010-3	Nº 4723/2013 - TCU - 2ª Câmara	110 da instrução	Ofício 0449/2013/TCU/SECEX EDUC, de 15/08/2013	15/08/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação/recomendação				
Em recomendar ao IFB, com fulcro no art.250, III, do Regimento Interno, que (item 110 da instrução): (a) mapeie os processos de trabalho da Coordenação-Geral de Aquisições e da Coordenação de Contratos e Convênios, de forma a aprimorar os controles internos da Pró-Reitoria de Administração (Prad), caso ainda não realizado; (b) identifique os riscos e descreva os eventos inerentes às atividades das coordenações citadas que possam impactar os objetivos, contemplando identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais; (c) considerando a probabilidade e as consequências da ocorrência dos eventos relacionados aos riscos, valore, mensure e classifique (p. ex. alto, médio, baixo) os riscos, para identificar a área/processo de trabalho onde são necessários aperfeiçoamentos; (d) a partir da análise de riscos efetuada, defina estratégias para gerenciar os riscos; (e) estabeleça políticas e procedimentos para atuar sobre os riscos identificados em todas as atividades relevantes para o alcance de objetivos chaves dos setores sob análise, de forma a não se repetir as irregularidades científicas ao IFB; em encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao IFB(...).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os mapeamentos de processos foram revisados e atualizados pela equipe de projeto de pesquisa aplicada, selecionados pelo Edital 008/2017 RIFB e estão acessíveis no link http://intranet.ifb.local/index.php/publicacoes/processos-de-trabalho . A coordenação vêm trabalhando de forma alinhada com as áreas demandantes para mitigar as possíveis falhas nos procedimentos administrativos com vistas a alcançar contratações eficazes para o IFB. A comissão de mapeamento, além de mapear os processos, elencou os riscos do processo e implicações para a instituição.				
Status: Em implementação, conforme acórdão n. 648/2017 – TCU – 1ª Câmara				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

TC 024.329/2015- 0	ACÓRDÃO Nº 1006/2016 – TCU – Plenário	9.3	N/A.	Set/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução- FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ver item “Sobreposição de carga horária – Pronatec				
Status: Auditoria realizada anualmente.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Tc-026.335/2015-8	Nº 648/2017 – TCU – 1ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 053/2017 – TCU/Sexex Educação	20/02/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar a elaboração de estudos e alternativas para a mitigação da subutilização da carga horária docente nas atividades de ensino, ou seja, que a relação entre professores e alunos por campus seja adequadamente proporcional.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Pró-Reitoria de Ensino desenvolveu um projeto denominado “Projeto de Ação Docente”, no qual realiza:</p> <p>a) Criação de planilha de dados com todas as informações levantadas: i) um levantamento dos cursos em andamento do IFB a fim de identificar os recursos humanos necessários para integralizar esses cursos; ii) levantamento dos docentes em cargos de direção, funções ou coordenações; iii) levantamento dos docentes com horas de Pesquisa e Extensão; iv) levantamento das horas dedicadas a planejamento, reuniões e atendimento ao estudante; v) levantamento dos docentes afastados, motivação e o período do afastamento; vi) identificação no PDI dos cursos a serem desenvolvidos e os recursos humanos para sua integralização; vii) levantamento dos docentes por área de atuação em cada um dos campi.</p> <p>b) Análise dos dados visando identificar a ação docente e as áreas em que possam estar ocorrendo saturação ou falta de docentes.</p> <p>c) Propor encaminhamentos a serem estudados por cada campus, a fim de melhor organizar a ação docente, visando a melhor utilização dos recursos humanos, especificamente dos servidores docentes no IFB.</p> <p>O cronograma das atividades propostas acima está previsto para ser finalizado no final do primeiro semestre de 2018.</p>				
Status: Em andamento.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Tc-026.335/2015-8	Nº 648/2017 – TCU – 1ª Câmara	1.7.2	Ofício nº 053/2017 – TCU/Sexex Educação	20/02/2017

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
Instituto Federal de Brasília
Descrição da determinação/recomendação
Recomendar a implantação de mecanismos de controle interno eletrônicos e automatizados, a fim de evitar acúmulo irregular de cargos e professor, principalmente aqueles que envolvam dedicação exclusiva.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas têm acesso somente aos dados da RAIS dos servidores do IFB. Sendo assim, foi solicitado ao Ministério do Trabalho acesso aos demais órgãos federais e do Governo do Distrito Federal. Além disso, o cruzamento da base de dados da RAIS, com a base de dados do SIAPE do IFB, está previsto no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT/2018).
Status: Em andamento.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Tc-026.335/2015-8	Nº 648/2017 – TCU – 1ª Câmara	1.9	Ofício nº 053/2017 – TCU/Sexex Educação	20/02/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que adote, no prazo de 90 dias, providências com vistas à realização de inventário dos bens imóveis, relativo ao exercício de 2014, bem como ao lançamento dos registros contábeis patrimoniais de seus imóveis no SPIUnet e à elaboração do plano de combate a incêndio para todos os imóveis da instituição, com a posterior remessa, para aprovação, ao Corpo de Bombeiro Militar, por estarem em desacordo com os arts. 94 a 96 da Lei 4.320/1964 e arts. 60 e 64 do Regimento Interno do IFB.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi encaminhada resposta ao TCU por meio dos ofícios nºs: 319/2017-RIFB e 378/2017-RIFB.				
Status: Aguardado análise do TCU.				

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O Órgão de Controle Interno exarou treze novas recomendações no exercício de 2017, as quais foram somadas as demais que se encontravam pendentes de anos anteriores. Dentre todas elas, 02 foram canceladas, 09 foram atendidas pela unidade e 24 recomendações ainda encontram-se pendentes de atendimento.

Quadro 43 - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendação	Texto da Recomendação	Situação	Prazo
141215	Instituir regulamento interno que discipline, no âmbito do IFB, a proteção de direitos relativos à invenção, propriedade industrial e direitos autorais resultantes de projetos de pesquisa, conforme estabelecido no art. 16 da Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação).	Atendida	02/10/2017
141219	Desenvolver e implementar sistema de informação padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento, controle e	Atendida	03/10/2016

	divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por docentes do Instituto.		
141221	Desenvolver e implementar sistema de informação padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento e monitoramento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).	Atendida	31/12/2016
141223	Estabelecer diretrizes para a priorização de linhas de pesquisa e de extensão a serem seguidas no âmbito do IFB em conformidade ao planejamento estratégico e operacional do Instituto, conforme atribuições definidas nos arts. 46, 47 e 56 do Regimento Geral.	Atendida	03/10/2016
141224	Instituir mecanismos de aferição do cumprimento das metas 14 e 15 do TAM, inclusive quanto à participação de alunos em pesquisa e ao atendimento a populações e comunidades em situação de risco, no caso das atividades de extensão.	Atendida	18/05/2017
156439	Promover a atualização do organograma do IFB, no prazo de um ano, de forma a contemplar a estrutura organizacional vigente.	Atendida	02/03/2017
156458	Suspender os efeitos da Portaria Normativa nº 05/2012 - CS/RIFB até que seja emitido parecer da Procuradoria Jurídica quanto à legalidade do normativo.	Atendida	03/10/2016
156459	Promover alterações na Portaria Normativa nº 05/2012 - IFB e Resolução nº 01/2015 - CS/IFB após parecer da Procuradoria Jurídica, de modo a adequá-la ao previsto na Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 5.707/06 e na legislação correlata, no que se refere à concessão de horário especial aos estudantes.	Atendida	21/04/2017
156468	Implantar e utilizar sistema informatizado para auxiliar o gerenciamento das ações de manutenção predial.	Atendida	31/12/2016
20077	O Gestor deve dar prosseguimento no andamento dos processos de registros dos bens imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU/DF.	Em andamento	15/09/2017
36330	Ao Reitor: Providenciar, junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, a avaliação ambiental das unidades do IFB para amparar o pagamento de adicionais de insalubridade aos servidores e terceirizados da instituição, com observância aos requisitos e critérios definidos em legislação pertinente.	Em andamento	27/06/2018
141211	Concluir o processo de devolução do valor de R\$ 3.429,50 (servidor matrícula Siape **081**) e solicitar o reembolso dos valores pagos indevidamente aos servidores que não optaram pela assistência pré-escolar, caso necessário (servidores matrícula Siape nº **011**, **679**, **458**, **584**), no prazo de 30 dias	Em andamento	29/03/2018
141212	Promover ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento dos servidores da área de gestão de pessoas de forma a reduzir os riscos inerentes às atividades executadas e induzir melhorias no aproveitamento da força de trabalho disponível nessa área.	Cancelada	30/6/2016
141218	Desenvolver e implementar sistema de informação padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , visando o controle e a transparência da distribuição total da carga horária dos docentes, de forma a permitir a divulgação dos dias, horários, locais de aulas e de atendimento ao aluno.	Em andamento	15/09/2017
141220	Desenvolver e implementar sistema de informação padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de extensão desenvolvidos por docentes do Instituto.	Em andamento	12/09/2017
156453	Providenciar a realização de inventário físico anual de bens imóveis sob a responsabilidade do IFB, apresentando, inclusive, o estado de conservação de cada imóvel da UJ.	Em andamento	27/06/2018
156454	Acompanhar os processos junto ao Corpo de Bombeiros Militar, verificando os motivos da demora na aprovação dos projetos. Caso tenha pendências, tentar solucioná-las para aprovação junto a essa corporação militar.	Em andamento	15/09/2017
156456	Aprimorar os normativos que regulamentam a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores do IFB, estabelecendo as rotinas, os requisitos e os responsáveis pela análise de cada uma das etapas do processo. Os normativos devem considerar que a flexibilização da jornada de trabalho somente poderá ser adotada quando ficar demonstrado, por estudos técnicos, que os serviços	Consolidada com a recomendação 171958	12/10/2017

	do setor exigem atividades contínuas em regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A flexibilização deverá ser concedida exclusivamente aos servidores do setor que atuem diretamente com atendimento ao público ou em período noturno, sendo entendido esse último como aquele que ultrapassar 21 horas. A autorização para flexibilização da jornada de trabalho deverá ser expressa e nominal, além disso, a portaria autorizativa deverá apresentar a escala de trabalho dos servidores que terão a carga horária reduzida. O IFB também deverá avaliar, previamente e por meio de estudos técnicos, se no Instituto há condições para se permitir a alteração da jornada, em especial, se há disponibilidade de pessoal para adoção de tal medida.		
156463	Determinar a complementação do conteúdo da Portaria Normativa nº 04, de 9/8/2012, com vistas a avaliar, por meio de estudos técnicos, quais os serviços prestados nas Bibliotecas e nos Registros Acadêmicos dos <i>Campus</i> que se enquadrariam nos critérios previstos no Decreto nº 1.590, bem como com vistas a publicar o nome e a escala dos servidores submetidos à flexibilização, tendo em vista que a suspensão da concessão da flexibilização da carga horária nesses setores traria grande prejuízo à comunidade escolar.	Cancelada	21/4/2017
156467	Normatizar as rotinas operacionais das áreas envolvidas na gestão imobiliária do IFB, por meio de normas específicas como manuais, cartilhas, fluxogramas.	Em andamento	28/01/2018
169944	Apurar a responsabilidade acerca da elaboração de um projeto básico deficiente.	Em andamento	12/09/2017
169945	Apurar a responsabilidade pela fiscalização deficiente da obra	Em andamento	12/10/2017
169946	Adotar medidas administrativas para ressarcir o superfaturamento pelo pagamento por serviços.	Em andamento	22/10/2017
171957	Revogar as Portarias de concessão de flexibilização de jornada de trabalho nos setores para os quais não fique demonstrado, pelo estudo realizado, o preenchimento dos requisitos impostos pelo Decreto 1.590/95.	Em andamento	01/10/2017
171958	Finalizar - em 90 dias - estudo que delimita os setores do IFB nos quais pode ser admitida a flexibilização da jornada de trabalho, detalhando a natureza das atividades desenvolvidas em cada setor que justifiquem a concessão da jornada de 30 horas e, ainda, o levantamento dos atendimentos realizados nesses setores, a fim de compatibilizar o número de servidores beneficiados, juntamente com a efetiva demanda pelos serviços prestados.	Em andamento	01/10/2017
171959	Em caso de não conclusão do estudo em 90 dias, suspender a flexibilização da Jornada de Trabalho no âmbito do Instituto.	Em andamento	01/10/2017
171960	Que o IFB solicite, anualmente, junto ao Governo Federal (com amparo no Decreto nº 8.777/2016), acesso à base de dados RAIS, de forma a implementar a detecção periódica de possíveis casos de acumulação de cargos por professores sujeitos ao regime de Dedicação Exclusiva.	Em andamento	01/10/2017
171961	Instituir rotina no sentido de solicitar - quando da entrega da documentação para a posse - que os servidores apresentem comprovação de desligamento de seu(s) vínculo(s) empregatícios anterior(es), de forma a respaldar a já solicitada Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções e Proventos.	Em andamento	01/10/2017
171962	Com relação ao servidor de CPF nº ***.293.871-**, proceder ao levantamento de valores referentes ao período em que o mesmo descumpriu o regime de Dedicação Exclusiva, objetivando a adoção de medidas	Em andamento	01/10/2017
171963	Concluir a revisão da Resolução 05/2016 CS-IFB em 60 dias, adequando-a às diretrizes da SETEC/MEC, atualmente dispostas na Portaria SETEC/MEC nº 17/2016.	Em andamento	31/10/2017
171964	Redistribuir a carga horária dos docentes do instituto, de forma que as diretrizes do MEC sejam cumpridas e a assimetria de carga horária de aula entre docentes do mesmo eixo tecnológico seja reduzida. Diante da impossibilidade de respeitar o mínimo estabelecido pela legislação, registrar os motivos no Plano Individual de Trabalho do docente.	Em andamento	31/10/2017

171965	Definir, no âmbito do Instituto, quais dos indicadores atualmente monitorados (indicadores do TCU, TAM, PDI e outros) terão seus resultados utilizados para subsidiar o planejamento da instituição e a tomada de decisões estratégicas, selecionando aqueles que não apresentem falhas na apuração.	Em andamento	29/01/2018
171966	Encaminhar em 60 dias os estudos sobre permanência e êxito dos estudantes do IFB desenvolvido pela comissão instituída pela Portaria nº 714/2016, assim como o documento base contendo as orientações para construção dos planos, devidamente aprovados pelos conselhos, bem como os planos locais de permanência e êxito que serão elaborados.	Em andamento	01/10/2017
171967	Padronizar fluxo de divulgação dos resultados dos indicadores obtidos após cada apuração, de forma a garantir que todos os servidores, gestores, docentes e demais interessados da instituição tenham conhecimento sobre o desempenho da gestão.	Em andamento	29/01/2018
171968	Revisar a Resolução nº 16/2014 - CS/IFB para garantir que o deferimento da concessão do RSC não seja baseado no parecer favorável de apenas um avaliador.	Em andamento	29/01/2018
171969	Revisar a Resolução nº 16/2014 - CS/IFB de maneira que esta contemple: a exigência de inclusão, em cada processo de concessão de RSC; a memória de cálculo dos avaliadores, em anexo ao formulário de avaliação, de forma que a CPPD possa atuar em caso de divergências; e data de início do efeito financeiro, nível de RSC obtido e outros, contidas nos pareceres dos membros da comissão especial.	Em andamento	31/10/2017

Fonte: Audin

Quanto às recomendações exaradas pelo Órgão Central de Controle Interno - CGU, todas causaram um impacto relevante na instituição, oportunizando aos gestores a expedição dos atos administrativos com maior substância.

As atividades e procedimentos relacionados à rotina, para acompanhamento das recomendações oriundas da CGU, consistem em um acompanhamento constante no Sistema Monitor pela Auditoria Interna, bem como o envio de alertas para os gestores, informando sobre a data de vencimento de cada recomendação.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Em 2017, os processos disciplinares foram acompanhados pelo Gabinete da Reitoria no que diz respeito à instauração, prorrogação, julgamento e provimento das atividades necessárias para execução dos procedimentos apuratórios.

A fim de quantificar os casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas adotadas pelo IFB, cabe aqui informar que no decorrer do exercício foram apuradas 3 (três) situações que poderiam resultar em danos ao erário. Não houve instauração de nenhuma tomada de contas especial.

Entre essas situações de potencial dano ao erário, 1 (uma) está relacionada ao desaparecimento ou perecimento de bens públicos; e 2 (duas) dizem respeito à irregularidade ou fraude em licitação ou contrato.

Ademais, no que tange a estrutura e controles de que dispõe para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a Auditoria Interna, por meio do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) aprovado pelo Conselho Superior do IFB, realiza atividades de controle com foco na prevenção e minimização das ocorrências que podem trazer riscos de ilicitudes.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Segundo a lei 8666/93, art. 5º:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada

Inicialmente, é importante observar que há uma ordem de pagamento das obrigações, estabelecida nos editais, e também nos contratos firmados pelo Instituto Federal de Brasília com prestadores de serviços e fornecedores de materiais.

Tais obrigações apenas tornam-se exigíveis com a efetiva execução do serviço e, por este motivo, somente é possível estabelecer o cronograma de pagamento após a liquidação, que de acordo com a lei 4.320/93 é a verificação do direito adquirido pelo credor. Desta forma, os controles da ordem de pagamento ficam restritos à execução financeira.

Em que pese haja necessidade de observar os prazos de vencimento das obrigações estabelecidos nos instrumentos contratuais, por razões de interesse público, o IFB prioriza o desembolso de valores referente às seguintes faturas:

1. Valores com vencimento em que haja juros e multa: Consoante ao princípio da economicidade, o IFB busca evitar o pagamento de juros e multa;
2. Contratos de serviços de fornecimento de mão de obra e obras de engenharia: O não pagamento pode afetar a continuidade do serviço público.
3. Por fim, a exigibilidade estabelecida no contrato.

Destacando-se o fato de empenhar os esforços necessários a fim de que as obrigações não ultrapassem o período de 90 dias, nem fujam à devida ordem cronológica sem justificativa prévia.

No que tange aos controles estabelecidos no âmbito do IFB, a Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF) mantém planilha atualizada diariamente com as seguintes informações: valor das obrigações, data de apropriação no SIAFI e data de vencimento, juntamente com os Campi, a fim de que haja um controle quanto à descentralização de recursos.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não existem ocorrências de revisão contratual em função dos benefícios concedidos pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Atualmente, o IFB possui os seguintes contratos firmados com empresas beneficiárias da desoneração da folha:

- Contrato 2/2016 - Construtora Anhanguera (CNPJ 26.884.684/0001-25) Conclusão de obras remanescentes do campus Brasília do IFB
- Contrato 1/2017 - Arca Logística, Tecnologia e Serviços Ltda. EPP (CNPJ 03.447.272/0001-22) Obras de engenharia de obras remanescentes do campus Planaltina
- Contrato 2/2017 - Construtora Engemega Ltda. (CNPJ 33.480.104/0001-08) Obras de conclusão das obras do campus Recanto das Emas do IFB
- Contrato 21/2017 - Construtora Engemega Ltda. (CNPJ 33.480.104/0001-08) Conclusão do auditório e cobertura do ginásio do campus Recanto das Emas do IFB
- Contrato 22/2017 - Construtora Brasil Central Ltda. (CNPJ 10.791.831/0001-82) Reforma do alojamento do Campus Planaltina do IFB
- Contrato 24/2017 - Vila Rica Engenharia Ltda. (CNPJ 26.433.946/0001-35) Construção de rede estabilizada dos campi do IFB

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Este tópico tem por finalidade fornecer informações relevantes sobre os contratos de publicidade e propaganda firmados pelo IFB em 2017.

Quadro 44 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080 – Educação de qualidade para todos / 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 29.595,29	R\$ 1.776,15
Legal	2080 – Educação de qualidade para todos / 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 309.016,44	R\$ 213.659,80

IFB não executa publicidade institucional paga. Toda divulgação é feita por meio de mídia espontânea junto aos veículos de mídia impressa e eletrônica.

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

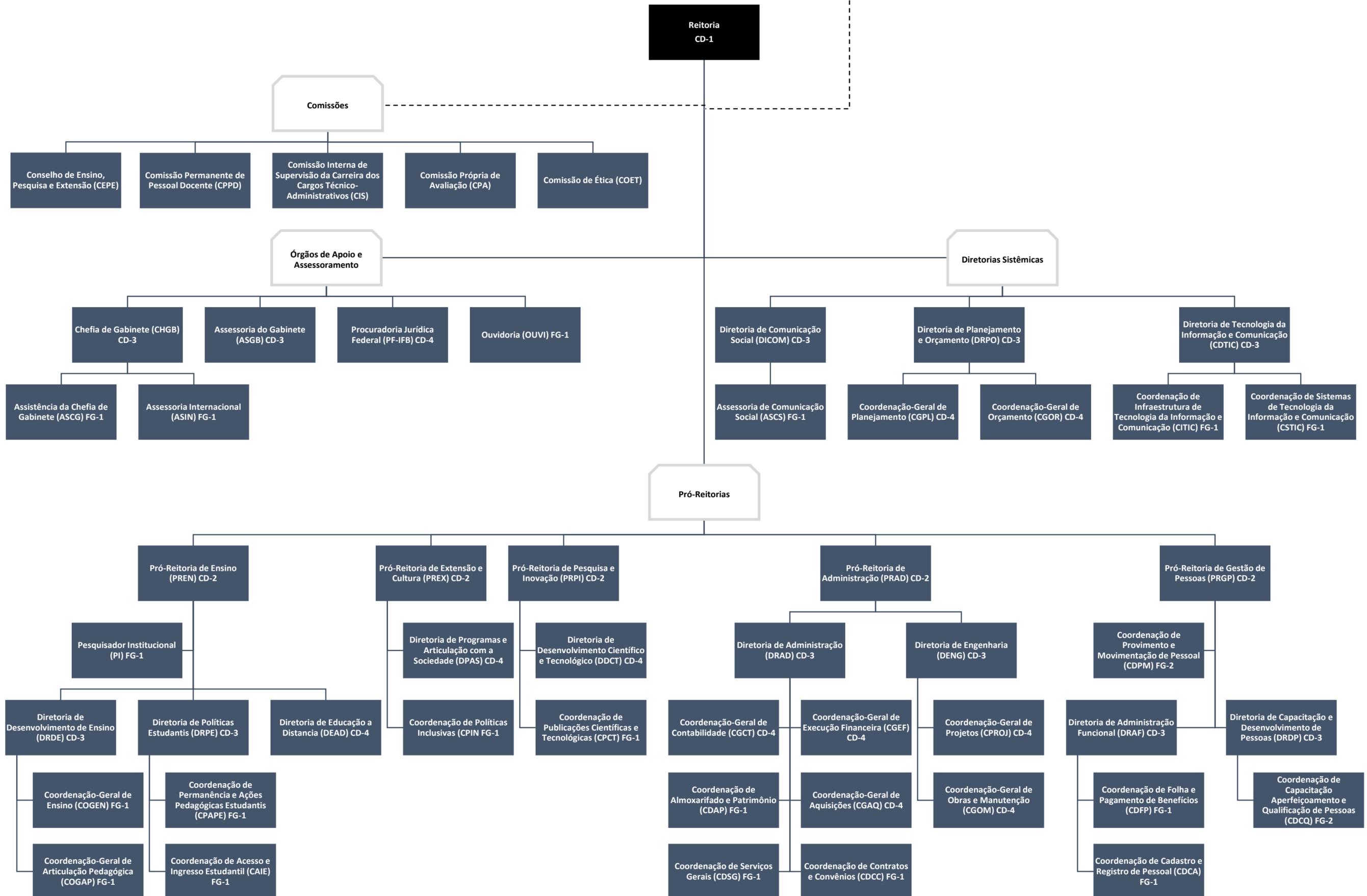
Este tópico tem por objetivo demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelece o art. 3º do Decreto nº 5.626/2005. Essas informações constam do quadro abaixo:

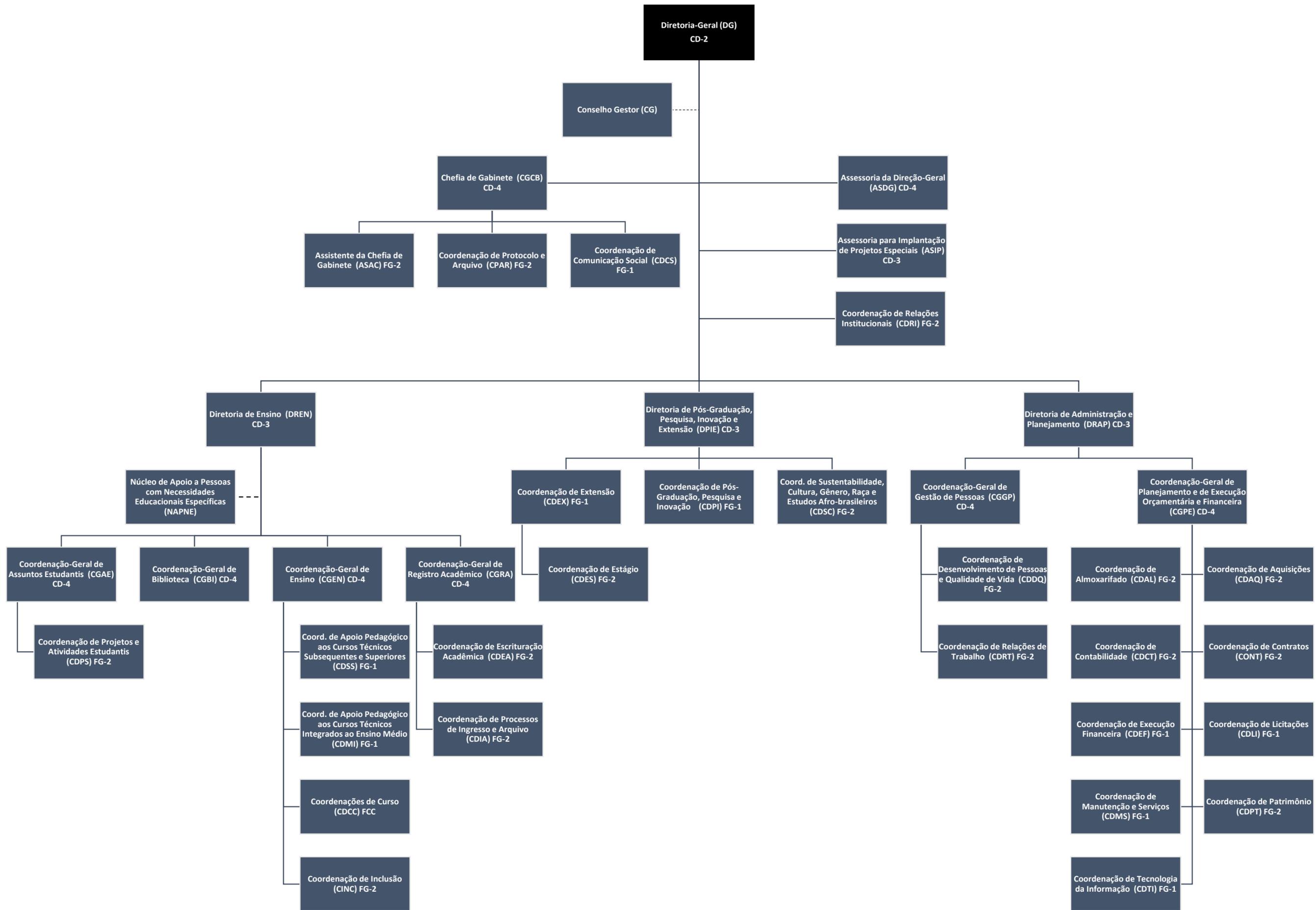
Quadro 45 - Cursos de graduação que ofertam libras como disciplina obrigatória

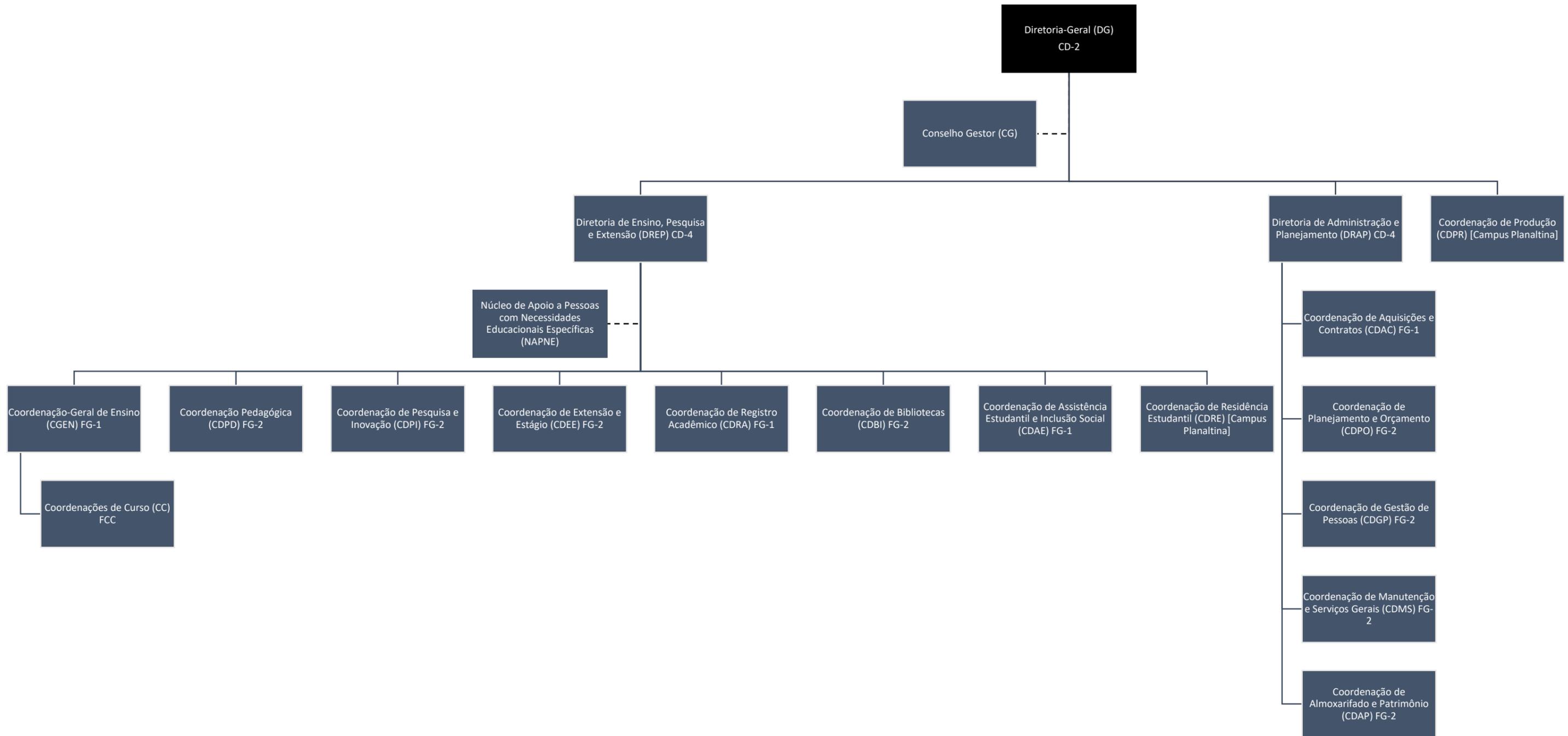
Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação	Disponível em:
Licenciatura em Dança	1115005	Brasília – DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4395_PPC%20APROVADO%2020-09-12.pdf
Licenciatura em Biologia	1280561	Planaltina - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20Biologia_2.pdf
Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica	Curso em fase de análise de reconhecimento, segundo o E-MEC. (Processo 201507220)	Samambaia - DF	O referido curso tem prevista a oferta a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC_Lic_Edic_Profissional.pdf
Licenciatura em Física	1330338	Taguatinga - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/2750/PPC%20LIFI.pdf
Licenciatura em Letras - Língua Espanhola	1192496	Taguatinga Centro - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20ESPANHOL%20vers%C3%A3o%203200hs%20(1).pdf

Licenciatura em Letras - Língua Inglesa	1281070	Riacho Fundo - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4298_PPC%20Licenciatura%20Riacho%20Fundo%20(revisto%20na%20reuni%C3%A3o%20de%2027-09)%20LINGUA%20INGLESA%20(1).pdf
Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	1280246	São Sebastião - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20018_PCC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20-LINGUA%20PORTUGUESA.pdf
Licenciatura em Matemática	1330384	Estrutural - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10493/PPC_Lic_Matem%C3%A1tica.pdf
Licenciatura em Pedagogia	1379291	São Sebastião - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC_Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf
Licenciatura em Química	1178556	Gama - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3435/PPC%20Licenciatura%20em%20Qu%C3%ADmica.pdf
2ª Licenciatura em Dança	1185256	Brasília - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4395_PPC%20APROVADO%2020-09-12.pdf
Licenciatura em Computação	1280435	Taguatinga - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4298_PROJETO%20PEDAG%C3%93GICO%20DE%20CURSO%20SUPERIOR%20EM%20COMPUTA%C3%87%C3%83O(1)%20
Fonte: PREN					

Anexo I – Organograma







Anexo II - Resultado do planejamento 2017

Quadro 46 - Resultado da execução das ações do planejamento 2017 por perspectiva e objetivo estratégico

Objetivo Estratégico	Finalizadas	% Finalizadas	Iniciadas	% Iniciadas	Não Iniciadas	% Não Iniciadas
1 Resultados	165	75%	17	8%	38	17%
1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi	22	71%	3	10%	6	19%
1.2 Expandir a oferta de cursos EPT alinhados às necessidade de qualificação do mundo do trabalho	58	71%	7	9%	17	21%
1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão	85	79%	7	7%	15	14%
2 Sociedade	21	45%	18	38%	8	17%
2.1 Definir parâmetros de qualidade de educação	21	45%	18	38%	8	17%
3 Processos Internos	104	57%	30	16%	49	27%
3.1 Ampliar as parcerias institucionais	7	100%	0	0%	0	0%
3.2 Articular ações inter campi e com a rede federal de EPT	13	93%	0	0%	1	7%
3.3 Consolidar a gestão democrática	12	40%	10	33%	8	27%
3.4 Consolidar a identidade do IFB perante a comunidade	10	42%	10	42%	4	17%
3.5 Elaborar diretrizes de avaliação de aprendizagem	31	78%	2	5%	7	18%
3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão	16	36%	3	7%	25	57%
3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	4	50%	3	38%	1	12%
3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes	11	69%	2	12%	3	19%
4 Pessoas e Tecnologia	40	59%	12	18%	16	24%
4.1 Desenvolver e manter pessoas	13	100%	0	0%	0	0%
4.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura	1	25%	2	50%	1	25%
4.3 Executar o orçamento com qualidade	26	59%	7	16%	11	25%

Objetivo Estratégico	Finalizadas	% Finalizadas	Iniciadas	% Iniciadas	Não Iniciadas	% Não Iniciadas
4.4 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação	3	43%	1	14%	3	43%
Total	333	64%	75	14%	110	21%

Fonte: SGI, 12/3/2018

Quadro 47 - Resultado da execução das ações do planejamento 2017 por unidade

Unidade	Finalizadas	% Finalizadas	Iniciadas	% Iniciadas	Não Iniciadas	% Não Iniciadas
CBRA	24	100%	0	0%	0	0%
CCEI	25	61%	8	20%	8	20%
CEST	7	13%	2	4%	44	83%
CGAM	34	79%	3	7%	6	14%
CPLA	42	88%	1	2%	5	10%
CREM	11	50%	5	23%	6	27%
CRFI	7	27%	14	54%	5	19%
CSAM	36	90%	4	10%	0	0%
CSSB	18	43%	6	14%	18	43%
CTAG	26	79%	7	21%	0	0%
DICOM	5	83%	1	17%	0	0%
DRPO	4	44%	2	22%	3	33%
DTIC	3	43%	1	14%	3	43%
GAB-RIFB	4	33%	2	17%	6	50%
PRAD	1	25%	2	50%	1	25%
PREN	28	58%	15	31%	5	10%
PREX	30	97%	1	3%	0	0%
PRGP	13	100%	0	0%	0	0%
PRPI	15	94%	1	6%	0	0%
Total	333	64%	75	14%	110	21%

Fonte: SGI, 12/3/2018

Anexo III - Demonstrações contábeis e notas explicativas

Balanco Patrimonial

Figura 41 - Balanço patrimonial

26428 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO

R\$									
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17
ATIVO CIRCULANTE	8.618.478,52	4.168.663,67	106,74%	4,28%	PASSIVO CIRCULANTE	2.224.805,89	2.355.054,19	-5,53%	1,10%
Caixa e Equivalentes de Caixa	664.868,16	889.194,40	-25,23%	0,33%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Cur	1.250.241,68	739.636,03	69,03%	0,62%
Créditos a Curto Prazo	5.654.221,84	1.479.577,41	282,00%	2,81%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Pra	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	474.436,73	273.287,92	73,60%	0,24%
Estoques	2.294.354,95	1.798.438,26	27,57%	1,14%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	5.033,57	1.453,60	246,28%	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%
					Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	192.895.613,89	192.135.564,60	0,40%	95,72%	Demais Obrigações a Curto Prazo	500.127,48	1.342.130,24	-62,74%	0,25%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	0,00%
Créditos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Lon	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo f	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos	-	-	-	0,00%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Imobilizado	192.879.771,95	192.062.185,79	0,43%	95,72%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Intangível	15.841,94	73.378,81	-78,41%	0,01%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%
Diferido	-	-	-	0,00%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.224.805,89	2.355.054,19	-5,53%	1,10%
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AF)	-	-	-	0,00%
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%
					Demais Reservas	-	-	-	0,00%
					Resultados Acumulados	199.289.286,52	193.949.174,08	2,75%	98,90%
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.289.286,52	193.949.174,08	2,75%	98,90%
TOTAL DO ATIVO	201.514.092,41	196.304.228,27	2,65%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	201.514.092,41	196.304.228,27	2,65%	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa e Equivalente de Caixa

A conta representa 0,33% do total do Ativo. Ressalta-se que o valor se encontra nas contas 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO, referente aos recursos financeiros transferidos para o órgão (bem como os arrecadados pelo órgão), e 1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL, referente a depósitos realizados por terceiros. Em relação a 31/12/2016, houve variação diminutiva -25,23%. A conta variou constantemente no período, em função da realização de pagamentos e da entrada de mais recursos.

Neste grupo de contas há recursos financeiros obtidos por receitas próprias na fonte 0250, cuja arrecadação está demonstrada na DVP no grupo de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta representa 2,81% do total do Ativo. Ressalta-se que o valor desse grupo se encontra consolidado na conta 1.1.3.1.1.01.00 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL, referindo-se principalmente a 13º SALARIO - ADIANTAMENTO. Em função dos adiantamentos, houve variação aumentativa de 282% em relação a 31/12/2016.

Estoques

A conta representa 1,14% do total do Ativo. O saldo é referente a material de consumo. Houve variação aumentativa de 27,57% em relação a 31/12/2016. A variação se deu em função da compra de mais materiais para consumo para o Órgão 26428. Devido à utilização e consumo dos materiais, o saldo da conta variou no período.

Imobilizado

A conta representa 95,72% do Ativo. Em relação a 31/12/2016, houve variação aumentativa de 0,43 %. Bens móveis representam 25,45% do total do Ativo e bens imóveis representam 74,71%.

Nota 01 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Órgão 26428 apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 192,9 milhões relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 4 - Imobilizado – Composição

Em R\$	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis	49.091.259,47	52.162.539,31	-5,89%
(+) Valor Bruto Contábil	81.315.248,90	78.237.993,89	3,93%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(32.223.989,43)	(26.075.454,58)	23,58%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	143.788.512,48	139.899.646,48	2,78%
(+) Valor Bruto Contábil	144.116.373,91	139.962.213,44	2,97%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(327.861,43)	(62.566,96)	424,02%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	192.879.771,95	192.062.185,79	0,43%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26428 em 31/12/2017 totalizam aproximadamente R\$ 49,1 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens Móveis - Composição

Em R\$	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	18.763.269,51	18.106.897,81	3,62%
Bens de Informática	10.179.028,09	9.804.605,61	3,82%
Móveis e Utensílios	24.615.270,84	24.265.230,41	1,44%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	9.026.766,39	7.392.258,45	22,11%
Veículos	12.685.046,47	12.566.552,47	0,94%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	214.307,00	469.459,25	-54,35%
Demais Bens Móveis	5.831.560,60	5.632.989,89	3,53%
Depreciação / Amortização Acumulada	(32.223.989,43)	(26.075.454,58)	23,58%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total	49.091.259,47	52.162.539,31	-5,89%

Fonte: SIAFI, 2017

Dos Bens Móveis registrados no Órgão 26428, 30,27% refere-se a Móveis e Utensílios (desconsiderando a depreciação acumulada). A variação positiva de 1,44% de Móveis e Utensílios se deu em função da aquisição de imobilizado.

Na conta Material Cultural, Educacional e de Comunicação observou-se variação aumentativa de 22,11% no período. As variações mais relevantes deste grupo ocorridas no exercício referem-se às contas Máquinas e Equipamentos para Fins Didáticos, 33,96% e a conta Instrumentos Musicais e Artísticos, 46,46%, juntas estas contas contábeis representam 56,20% de Material Cultural, Educacional e de Comunicação em dezembro de 2017.

A maior variação ocorrida no grupo de Bens Móveis refere-se a conta de Semoventes e Equipamentos de Montaria. A variação negativa foi decorrente do registro contábil do leilão de semoventes ocorridos no *campus* Planaltina em 2016.

A depreciação é calculada mensalmente pelo método das quotas constantes, conforme os procedimentos e dados apresentados na Macrofunção 020330 — DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND. O sistema de controle de inventário do Órgão ainda está em fase de desenvolvimento e implantação, de modo que os cálculos de depreciação estão sendo temporariamente realizados por meio de planilhas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão em 31/12/2017 totalizam aproximadamente R\$ 143,8 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Bens Imóveis – Composição

Em R\$	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	31.468.997,29	31.460.377,29	0,03%-
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	106.900.281,97	102.754.741,50	4,03%
Instalações	5.744.624,65	5.744.624,65	-
Demais Bens Imóveis	-	-	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	2.470,00	2.470,00	-
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(327.861,43)	(62.566,96)	424,02%
Total	143.788.512,48	139.899.646,48	2,78%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 74,18% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26428 (desconsiderando a depreciação acumulada), perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 106,9 milhões em 31/12/2017 a valor bruto.

Em síntese, o valor de aproximadamente R\$ 31,5 milhões dos bens de uso especial representa 21,84% do patrimônio imobiliário do Órgão 26428 que é constituído de Imóveis de Uso Educacional. Com relação a variação de 424% da depreciação/amortização acumulada, convém informar que esse imóvel está registrado no SPIUNET e corresponde ao Campus Gama sendo o lançamento da depreciação mensal realizado pela UG 170999 COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE/STN.

Ressalta-se que, em março/2017, foi realizada a reclassificação do valor de R\$ 23.678,00 indevidamente atribuído à conta de imóveis não registrados no SPIUnet. Na tabela, esse valor foi considerado em Instalações nos saldos de 2016.

Tabela 7 - Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	-	-	-
Terrenos, Glebas	-	-	-
Aquartelamentos	-	-	-

Imóveis de Uso Educacional	31.468.997,29	31.460.377,29	0,03%-
Edifícios	-	-	-
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	-	-	-
Aeroportos, Estações e Aeródromos	-	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Total	31.468.997,29	31.460.377,29	0,03%-

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

(a.1) Somente o imóvel da UG 152139 – Campus Gama está cadastrado no SPIUnet até o momento, tendo em vista que as demais UGs ainda estão em processo de regularização com relação as escrituras e os seus respectivos termos de doação.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Bens Móveis

A conta representa 24,36% do Ativo. Em relação a 31/12/2016, houve variação diminutiva de 5,88%. Destaca-se que os maiores valores do Ativo se encontram nas contas 1.2.3.1.1.01.00 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA, que representa os equipamentos didáticos e reflete a natureza da instituição, e a conta 1.2.3.1.1.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS, que engloba o mobiliário.

Ressalta-se que no grupo dos bens móveis, na conta 123.119.908 – Bens Móveis a Classificar, há um saldo em 31/12/2016 de R\$ 5.183.286,56. Esse saldo está sendo baixado à medida que os processos de auxílio a pesquisador são encaminhados para a prestação de contas.

Bens Imóveis

A conta representa 71,52% do Ativo. Em relação a 31/12/2016, houve variação aumentativa de 2,97%. A conta 1.2.3.2.1.01.07 - IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL apresenta saldo de aproximadamente R\$ 31,5 milhões. Nessa conta, está contabilizado o imóvel da UG 152139 - Campus Gama, que foi registrado no SPIUNet. A conta 1.2.3.2.1.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO apresenta saldo de R\$ 106,7 milhões, referentes às obras realizadas por empreiteiras.

(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis

Em função de natureza credora, a depreciação acumulada de bens móveis do Imobilizado representa -15,99% do total do Ativo. Sua apropriação mensal implicou em aumento de 23,58% em relação a 31/12/2016.

O IFB tem aplicado gradativamente as determinações contidas na NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A aplicação efetiva ainda não foi possível, considerando que o módulo de sistema de controle patrimonial do sistema SUAP não foi implementado totalmente, o que impossibilita o lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto na legislação no tocante à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

Conforme demonstra no Balanço Patrimonial de 2017, o IFB apresenta um saldo na conta de Bens Móveis que será ajustado em conformidade com o inventário. Em dezembro de 2016 foram instauradas as comissões para apurar o levantamento dos bens móveis e posterior inserção dos dados no SUAP. Em seguida, serão realizados os procedimentos para atualizar os registros no SIAFI.

Atualmente, os cálculos de depreciação e amortização são realizados em planilha do excel, a qual foi auditada e aprovada pela Auditoria Interna, utilizando o sistema de quotas constantes. A partir daí são realizados os devidos registros no SIAFI. Os registros, cálculo, métodos e estimativa de vida útil do bem, estão de acordo com as orientações da Macrofunção 020330 SIAFI/MF/STN e do Comunica MEC 2016/0581990, que trata da amortização de softwares, que estabelecem:

- Tópico 4.8 - a depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso. Dessa forma, para fins de cálculo da

depreciação e da amortização é utilizada a data de ateste, que é a data que o bem é atestado pelos responsáveis do seu recebimento como que está em perfeitas condições;

- Tópico 6.5 - a depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual; e

- Tópico 7.2 - os encargos de depreciação para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional utilizará as quotas constantes. Justificativa: a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas.

Há saldo na conta de bens imóveis que se refere a obras em andamento, este saldo será lançado para a conta de edificações assim que a documentação for liberada para o órgão. Esses documentos foram solicitados junto aos órgãos competentes e estão em fase de regularização.

Por enquanto, o único imóvel registrado contabilmente no SPIUNET e, conseqüentemente, no balanço contábil na conta de Bens imóveis de Uso Educacional é o imóvel do *Campus Gama* (UG 152139), os demais imóveis do IFB estão em processo de regularização no SPIUNET, em dezembro de 2017, o valor apresentado no balanço é de R\$ 31.460.377,29.

Em relação às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito do tratamento contábil da depreciação, da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, o IFB vem realizando a implantação de um sistema integrado de gestão que permitirá realizar tais procedimentos, no entanto, não foi possível regularizar o patrimônio como um todo, que em virtude da integralização de diferentes unidades gestoras em um único órgão, recém formado, depende da conclusão da implantação do sistema.

Os cálculos e as apropriações das depreciações e amortizações realizadas pelo IFB são realizados por meio de pasta de trabalho do Excel, seguindo as orientações e critérios estabelecidos na macrofunção contábil 020330, da qual consta tabela de vida útil e o percentual residual a ser adotado para cada item da conta contábil, sendo utilizado método das quotas constantes.

O cálculo leva em consideração apenas meses inteiros, desconsiderando-se qualquer fração inferior a um mês. Com base no quantitativo de meses transcorridos e na taxa de depreciação/amortização mensal de cada conta contábil é calculado a depreciação/amortização acumulada dos bens. A depreciação/ amortização mensal é lançada pela diferença entre valor acumulado do mês atual e o valor acumulado do mês anterior, levando em conta todas as casas decimais para que o valor líquido esteja sempre ajustado.

O valor atribuído para os bens é o valor total da nota fiscal liquidada e a data base para o cálculo é a data do ateste. Todas as informações inseridas na pasta de trabalho são retiradas do SIAFI.

De acordo com o comunico nº 2016/0581990 da Setorial e Contabilidade/ MEC, os softwares com vida útil definida, sofrem amortização levando em consideração o período da licença. A contabilidade pesquisou os processos de compras dos softwares para verificar o prazo da licença e posteriormente realizar o cálculo da amortização.

O órgão reconheceu a depreciação/ amortização acumulada dos exercícios anteriores no mês de maio/2016 e a partir desse período a depreciação está sendo calculada mensalmente, inclusive para os bens que estão sendo adquiridos.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso. Para esse procedimento é criada uma comissão específica para avaliar as condições do bem e posteriormente efetuar a baixa. Assim que a implantação do sistema de patrimônio ficar concluída, serão criadas comissões específicas para avaliar o valor residual, vida útil e efetuar a reavaliação dos ativos para ajustes de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

A conta representa 0,54% do Ativo. Como não houve novas aquisições de softwares, não há variação em relação a 31/12/2016. O tempo de uso da licença é utilizado como vida útil dos ativos.

Nota 1 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

O Órgão 26428 não possui ativos intangíveis gerados internamente.

O Órgão 26428 não tem ativos intangíveis obtidos a título gratuito.

Não realizamos o teste de impairment, nem o teste de redução ao valor recuperável, tampouco, avaliação em relação a perdas por redução ao valor recuperável de ativos com vida útil indefinida, considerando que os registros contábeis demonstram que os softwares são adquiridos e utilizados por tempo determinado conforme o período da licença e registrados como Vida Útil Definida.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Órgão 26428 apresentou um saldo de R\$ 15.701,94 já deduzido a amortização relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 8 - Intangível – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	1.095.159,69	1.095.159,69	0,00%
Software com Vida Útil Indefinida			
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	140,00	140,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada	(1.079.457,75)	(1.021.920,88)	5,63%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
Total	15.701,94	73.378,81	-78,60%

Fonte: SIAFI.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa cerca de 99,99% do grupo. Sendo que analiticamente a conta que demonstra o maior saldo foi software, apresentando um saldo de 1.095,159,69 sem deduzir a amortização.

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Pessoal a pagar

A conta representa 56,20% do total do Passivo Exigível. Em relação a 31/12/2016, houve variação aumentativa 84,85% devido à apropriação da provisão de décimo terceiro salário e de férias no ano de 2017.

Demais Obrigações a Curto Prazo

OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO

A conta representa 0,25% do Passivo. Em relação a 31/12/2016, houve diminuição de 62,74% em função principalmente do pagamento e consequente baixa na conta 2.1.8.9.1.23.00 - AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR.

Fornecedores e Contas a Pagar

A conta representa 0,24% do Passivo. Em relação a 31/12/2016, houve variação aumentativa de 73,60%. O saldo corresponde somente a credores nacionais e varia constantemente em função da execução de despesas.

Patrimônio líquido

A conta representa 98,90% do total do Passivo e Patrimônio Líquido. Em relação a 31/12/2016, houve uma pequena variação aumentativa de 2,75%.

Essa variação foi decorrente da apuração do resultado do exercício, que foi realizada pela UG 170999 COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE/STN demonstrando um Superávit de R\$ 6.342.969,79 em relação ao exercício de 2016.

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Órgão 26428 possuía um saldo de R\$ 35.041.531,90 de obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela que segrega essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	464.004,99	695.251,03	-33,26%
Fornecimento de Bens	471.042,11	719.067,54	-34,49%
Seguros	150.672,51	179.940,67	-16,26%
Serviços	33.955.812,29	36.120.260,17	-5,99%
Total	35.041.531,90	37.714.519,41	-7,08%

Fonte: SIAFI, dezembro/2016 e dezembro/2017.

a) As obrigações contratuais relacionadas a serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2017.

Considerando a análise horizontal, houve uma diminuição de 7,08% no valor contratado desse grupo de despesas. Apesar do registro de novos contratos e de termos aditivos e apostilas de contratos anteriores, a execução dos contratos foi mais substancial, fazendo com que o grupo apresentasse uma pequena diminuição.

b) As obrigações contratuais relacionadas com alugueis apresentaram uma diminuição de 33,26%. Essa diminuição foi em função de pagamentos de despesas executadas no período.

c) As obrigações contratuais com seguros diminuíram em 16,26% em função da execução de despesas no período e da baixa de contratos. A diminuição foi pequena devido aos registros de aditivos e novas contratações de seguros de veículos e de seguros de vida para alunos e estagiários.

d) As obrigações contratuais com fornecimento de bens apresentaram uma diminuição de 34,49%. Apesar do registro de alguns novos contratos, a execução de despesas representou valor mais substancial.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores na data base de 31/12/2017.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 158143 (matriz- Reitoria)	14.942.754,30	42,64%
Unidade Gestora 152142	1.558.728,19	4,44%
Unidade Gestora 158501	1.716.324,58	4,89%
Unidade Gestora 152139	3.010.058,26	8,58%
Unidade Gestora 152140	2.514.127,87	7,17%
Unidade Gestora 152141	3.931.160,91	11,29%
Unidade Gestora 152144	1.982.619,60	5,66%
Unidade Gestora 152143	1.851.652,72	5,28%
Unidade Gestora 152145	1.059.358,53	3,02%
Unidade Gestora 152147	564.730,25	1,61%
Unidade Gestora 152146	1.910.016,69	5,45%
Total	35.041.531,90	100%

Fonte: SIAFI, 2017.

Observa-se que a Reitoria concentra um maior volume de contratos registrados — 42,64% do valor total. Isso ocorre porque determinados contratos são centralizados na Reitoria.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
Type Máquinas e Serviços Ltda	6.281.637,14	17,92%
Agroservice Empreiteira Agrícola Ltda	3.742.545,23	10,68%
Agroservice Segurança Ltda	3.836.899,80	10,95%
Interativa-Dedetização Higienização E Conservação Ltda	2.630.435,09	7,50%
Lima Verde & S.S. e Constr. Ltda	962.412,39	2,75%

Maxima Serviços e Obras Ltda	1.377.703,91	3,93%
Ticket Soluções HDFGT S/A	1.301.295,90	3,71%
Claro S.A.	1.234.613,62	3,52%
Soberana Segurança e Vigilância LTDA	1.087.641,00	3,10%
Demais obrigações contratuais	12.586.347,82	35,91%
Total	35.041.531,90	100%

Fonte: SIAFI, 2017

Em relação aos contratados evidenciados, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 48 - Contratados – Principais Transações

	Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
A	Agroservice Empreiteira Agrícola LTDA/ Segurança Ltda	Serviços de limpeza, e Serviços Administrativos/ Segurança	14.693.466,65	7.579.445,03	12/03/2018
B	Type Máquinas e Serviços Ltda	Outsourcing de impressão	3.147.340,00	6.281.637,14	01/07/2018
C	Construtora Engemega	Construção do Recanto das Emas- obras complementares	3.566.769,10	880.412,32	02/03/2018
D	Construtora Anhanguera Eireli	Construção do Ginásio e biblioteca do Campus Brasília	7.190.884,80	778.644,46	18/09/2018

Fontes: SIASG, 2017; Órgão 26428, Unidade Gestora 158143

Observações

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere ao Contratado A, que já está em fase final de execução. O contrato foi prorrogado por apenas 5 meses.

Balanco Financeiro

Figura 42 - Balanco financeiro

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 11/01/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2017	AV%	2016	AN%	ESPECIFICAÇÃO	2017	AV%	2016	AN%
Receitas Orçamentárias	1.768.614,61	0,79%	895.597,46	37,48%	Despesas Orçamentárias	184.505.851,22	82,39%	165.117.498,16	11,74%
Ordinárias	477.116,49	26,98%	148.542,74	221,20%	Ordinárias	45.271.850,21	24,54%	30.783.069,86	47,07%
Vinculadas	1.291.750,10		1.052.575,70	22,72%	Vinculadas	139.234.001,01		134.334.428,30	3,65%
Educação	1.229.515,86	95,18%	136.409,44	801,34%	Educação	134.740.654,95	73,03%	134.280.182,10	0,34%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	62.234,24		916.166,26	-93,21%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	59.423,91		52.806,55	12,53%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-251,98		-305.520,98	-99,92%	Operação de Crédito	200.000,00			100,00%
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	36.561,75		1.439,65	2439,63%
					Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.197.360,40			100,00%
Transferências Financeiras Recebidas	203.191.460,82	90,73%	195.686.748,71	3,84%	Transferências Financeiras Concedidas	25.830.591,55	11,53%	23.972.462,69	7,75%
Resultantes da Execução Orçamentária	183.211.375,09		168.755.958,31	8,57%	Resultantes da Execução Orçamentária	18.783.570,41		18.558.648,33	1,21%
Repasse Recebido	164.444.884,68	89,30%	150.221.567,58	9,47%	Repasse Concedido	17.080,00		24.257,60	-29,59%
Sub-repasse Recebido	18.766.490,41	9,24%	18.534.390,73	1,25%	Sub-repasse Concedido	18.766.490,41		18.534.390,73	1,25%
Independentes da Execução Orçamentária	19.980.085,73	9,83%	26.930.790,40	-25,81%	Independentes da Execução Orçamentária	7.047.021,14	27,28%	5.413.814,36	30,17%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	19.218.966,65	9,46%	25.185.767,68	-23,63%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.340.988,79		5.128.862,18	4,12%
Demais Transferências Recebidas			50.000,00	-100,00%	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.706.632,35		284.952,18	498,92%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	761.119,08	0,37%	1.695.022,72	-55,10%	Aporte ao RPPS	-		-	
Aporte ao RPPS	-		-		Aporte ao RGPS	-		-	
Aporte ao RGPS	-		-						
Recebimentos Extraorçamentários	18.102.440,05	8,08%	15.079.472,80	20,05%	Despesas Extraorçamentárias	12.950.398,95	5,78%	21.856.151,22	-40,75%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	973.033,82	5,38%	1.429.687,59	-31,94%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.567.187,59		2.521.180,84	-37,84%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.870.383,19	93,19%	13.171.242,67	28,08%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.120.375,63		18.860.300,47	-41,04%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	259.022,94	1,43%	478.542,54	-45,87%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	262.835,73		474.669,91	-44,63%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-		-	
Saldo do Exercício Anterior	889.194,40	0,40%	173.487,50	412,54%	Saldo para o Exercício Seguinte	664.868,16	0,30%	889.194,40	-25,23%
Caixa e Equivalentes de Caixa	889.194,40		173.487,50	412,54%	Caixa e Equivalentes de Caixa	664.868,16		889.194,40	
TOTAL	223.951.709,88	100,00%	211.835.306,47	5,72%	TOTAL	223.951.709,88	100,00%	211.835.306,47	5,72%

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias tiveram um acréscimo de R\$ 873.017,15, ou seja, de 97,48% em relação ao mesmo período de 2016. Esse aumento se deve principalmente ao aumento das Receitas Orçamentárias Vinculadas da Educação.

Transferências Financeiras Recebidas

O grupo representa 90,73% do total dos Ingressos. Ressalta-se que um dos maiores valores desse grupo, encontra-se na conta Repasse Recebido que representa 80,93% do grupo Transferências Financeiras Recebidas. Em relação ao exercício de 2016, houve variação aumentativa de 9,47%, em função dos repasses recebidos.

Transferências Recebidas para Pagamento de RP

As transferências financeiras recebidas, para pagamento de Restos a Pagar no 4º trimestre de 2017 tiveram diminuição de R\$ 5.966.801,03, ou seja, de 23,69% em relação ao mesmo período de 2016.

Os repasses ocorrem em decorrência do valor necessário para a realização do pagamento das liquidações que ocorreram no período, liquidações essas que são sazonais, ou seja, decorre da entrega do material ou serviços e do aceite por parte do fiscal de cada contrato ou coordenador de área.

Recebimentos Extraorçamentários

Neste grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento do 4º trimestre de 2017. A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados teve um aumento de 28,08% em relação ao mesmo período de 2016. No entanto, o Governo Federal vem envidado esforços para redução desta rubrica, onde o Instituto Federal de Brasília se empenhou também para atender a esses esforços. Onde ano após ano, vem adotando medidas para aprimorar a sua execução orçamentária.

O saldo do grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados apresentou saldo no 4º trimestre de 2017 no valor de R\$ 259.022,94 apresentando redução de (45,87%) em relação ao mesmo período de 2016. A referida conta trata de ordens bancárias devolvidas no exercício e que foram regularizadas, portanto, a redução se dá pelo fato de haver menos ordens bancárias canceladas no exercício de 2017 em relação a 2016.

Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias do Balanço Financeiro compreendem as Ordinárias, que tem processo de aplicação livre, ou seja, são destinadas a atender a quaisquer finalidades, tais como as despesas com custeio e investimentos e, compreendem também as Vinculadas, que visam o atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação. Considerando o grau de relevância, as despesas vinculadas com educação representam 73,03% do total das Despesas Orçamentárias ela teve aumento de 0,34% em relação ao mesmo período de 2016.

Despesas Extraorçamentárias

Os dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Processados tiveram diminuição de R\$ 953.993,25 no 4º trimestre de 2017, ou seja, uma diminuição de (37,84%) considerando o mesmo período do ano de 2016. Este fato se deve ao esforço da Administração Pública para redução desta conta.

Balanco Orçamentário

Figura 43 - Balanco orçamentário

26428 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Balanco Orçamentário

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES	3.256.996,00	3.256.996,00	1.768.614,61	(1.488.381,39)	54,30%	100,00%
Receitas Tributárias	-	-	-	-		0,00%
Receitas de Contribuições	-	-	-	-		0,00%
Receita Patrimonial	40.414,00	40.414,00	452.931,86	412.517,86	1120,73%	25,61%
Receita Agropecuária	13.254,00	13.254,00	28.763,20	15.509,20	217,02%	1,63%
Receita Industrial	-	-	-	-		0,00%
Receitas de Serviços	451.260,00	451.260,00	2.442,20	(448.817,80)	0,54%	0,14%
Transferências Correntes	-	-	-	-		0,00%
Outras Receitas Correntes	2.752.068,00	2.752.068,00	1.284.477,35	(1.467.590,65)	46,67%	72,63%
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-		0,00%
Operações de Crédito	-	-	-	-		0,00%
Alienação de Bens	-	-	-	-		0,00%
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-		0,00%
Transferências de Capital	-	-	-	-		0,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-		0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-		0,00%
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.256.996,00	3.256.996,00	1.768.614,61	(1.488.381,39)	54,30%	100,00%
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-		0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.256.996,00	3.256.996,00	1.768.614,61	(1.488.381,39)	54,30%	100,00%
DÉFICIT	-	-	182.737.236,61	182.737.236,61		
TOTAL	3.256.996,00	3.256.996,00	184.505.851,22	181.248.855,22		

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
DESPESAS CORRENTES	158.181.376,00	177.534.621,00	175.123.216,07	166.815.609,18	166.251.545,41	2.411.404,93	98,64%	94,91%	4,74%	0,34%
Pessoal e Encargos Sociais	114.796.275,00	134.822.924,00	134.342.513,28	134.342.513,28	134.342.513,28	480.410,72	99,64%	72,81%	0,00%	0,00%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	43.385.101,00	42.711.697,00	40.780.702,79	32.473.095,90	31.909.032,13	1.930.994,21	95,48%	22,10%	20,37%	1,74%
DESPESAS DE CAPITAL	4.075.603,00	5.353.921,00	9.382.635,15	819.858,85	410.888,70	- 4.028.714,15	175,25%	5,09%	91,26%	49,88%
Investimentos	4.075.603,00	5.353.921,00	9.382.635,15	819.858,85	410.888,70	- 4.028.714,15	175,25%	5,09%	91,26%	49,88%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	162.256.979,00	182.888.542,00	184.505.851,22	167.635.468,03	166.662.434,11	- 1.617.309,22	100,88%	100,00%	9,14%	0,58%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	162.256.979,00	182.888.542,00	184.505.851,22	167.635.468,03	166.662.434,11	- 1.617.309,22	100,88%	100,00%	9,14%	0,58%
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-				
TOTAL	162.256.979,00	182.888.542,00	184.505.851,22	167.635.468,03	166.662.434,11	- 1.617.309,22				

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-		
Refinanciamento	-	-	-	-		
TOTAL	-	-	-	-	0,00%	

RECEITAS DE CAPITAL	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-	0,00%	#DIV/0!
Alienação de Bens	-	-	-	-		#DIV/0!
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-		#DIV/0!
Transferências de Capital	-	-	-	-		#DIV/0!
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-		#DIV/0!
TOTAL	-	-	-	-		#DIV/0!

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
TOTAL	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
TOTAL	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%

DESPESA DA CAPITAL	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Investimentos	4.075.603,00	5.353.921,00	9.382.635,15	819.858,85	410.888,70	- 4.028.714,15	175,25%	100,00%	91,26%	49,88%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	4.075.603,00	5.353.921,00	9.382.635,15	819.858,85	410.888,70	- 4.028.714,15	175,25%	100,00%	91,26%	49,88%

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Correntes

Da previsão atualizada de R\$ 3,26 milhões, houve realização de 54,30% das receitas no Quarto trimestre de 2017, perfazendo o montante de R\$ 1.768.614,61. A previsão é composta principalmente por Outras Receitas Correntes, no valor de R\$ 2,75 milhões. A realização de receitas também se deu em maior parte neste grupo, no montante de R\$ 1.284.477,35 mil.

Receita Patrimonial

No Quarto trimestre de 2017, foram arrecadados 1120,73% do total das receitas patrimoniais previstas, representando 25,61% do total das receitas arrecadadas do órgão. Em termos monetários, as receitas realizadas chegaram ao montante de R\$ 412.517,86 mil, ou seja, a arrecadação foi maior do que a previsão inicial. O excesso de arrecadação se deu pelos rendimentos do BB Pesquisa pagos pelo Banco do Brasil.

Receita Agropecuária

No Quarto trimestre de 2017, foram arrecadados 217,02% do total das receitas agropecuárias previstas, representando 1,63% do total das receitas arrecadadas do órgão. Em termos monetários, as receitas realizadas chegaram ao montante de R\$ 28,7 mil dos R\$ 13,3 mil previstos. Essas receitas são obtidas pelas atividades do Campus Planaltina, as quais compreendem a comercialização de excedentes agrícolas decorrentes da produção para fins educacionais.

Outras Receitas Correntes

No Quarto trimestre de 2017, foram arrecadadas 46,67% do total de outras receitas correntes previstas, representando 72,63% do total das receitas arrecadadas do Órgão. Em termos monetários, as receitas realizadas chegaram ao montante de R\$ 1,3 milhões dos R\$ 2,75 milhões previstos. São receitas referentes a restituições de despesas de exercícios anteriores e multas e juros aplicados pelo Órgão.

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

No Quarto trimestre de 2017, foram arrecadados 46,45% do total das receitas previstas de indenizações, restituições e ressarcimentos, representando 72,20 % do total das receitas arrecadadas do Órgão.

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado

No Quarto trimestre de 2017, foram arrecadados 283,48% do total das receitas previstas com a exploração do patrimônio imobiliário do Estado, que refere-se à concessão administrativa de uso de bem público para exploração comercial de serviço de cantina na forma onerosa, representando 1,17% do total das receitas arrecadadas do órgão.

Despesas Correntes

A dotação atualizada do Órgão para o ano de 2017 para despesas correntes é de R\$ 177,5 milhões. No Quarto trimestre de 2017, 98,64% das despesas dessa categoria foram executadas.

Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais apresentam o maior montante de recursos da Dotação Atualizada, R\$ 134,8 milhões. No Quarto trimestre de 2017, essas despesas representaram 99,64% do total das despesas correntes empenhadas.

Outras Despesas Correntes

Outras Despesas Correntes, que são utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Órgão, tiveram dotação atualizada de R\$ 42,7 milhões, dos quais R\$ 40,7 milhões foram empenhados. A execução em relação à dotação foi de 95,48%.

Demonstração de Fluxo de Caixa

Figura 44 - Demonstração de Fluxo de Caixa

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASÍLIA - AUTARQUIA
 ORGAO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSAO 11/01/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	AV	2016	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.578.098,35		19.768.832,36	-61,67%
INGRESSOS	205.219.098,37		197.060.888,71	4,14%
Receitas Derivadas e Originárias	1.768.614,61		895.597,46	97,48%
Receita Tributária	-		-	
Receita de Contribuições	-		-	
Receita Patrimonial	452.931,86	25,61%	113.930,66	297,55%
Receita Agropecuária	28.763,20	1,63%	377.026,16	-92,37%
Receita Industrial	-		-	
Receita de Serviços	2.442,20	0,14%	10.749,50	-77,28%
Remuneração das Disponibilidades	-		204,88	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.284.477,35	72,63%	393.686,26	226,27%
Transferências Correntes Recebidas	-		-	
Intergovernamentais	-		-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
Dos Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-		-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-		-	
Outros Ingressos das Operações	203.450.483,76		196.165.291,25	3,71%
Ingressos Extraorçamentários	259.022,94	0,13%	478.542,54	-45,87%
Transferências Financeiras Recebidas	203.191.460,82	99,87%	195.686.748,71	3,84%
DESEMBOLSOS	-197.641.000,02		-177.292.056,35	11,48%
Pessoal e Demais Despesas	-149.261.817,59	75,52%	-134.375.986,23	11,08%
Legislativo	-		-	
Judiciário	-		-	
Essencial à Justiça	-		-	
Administração	-		-	
Defesa Nacional	-		-	
Segurança Pública	-		-	
Relações Exteriores	-		-	
Assistência Social	-		-	

Previdência Social	-941.873,90	0,48%	-435.320,77	116,36%
Saúde	-		-	
Trabalho	-		-	
Educação	-148.319.943,69	75,05%	-133.399.665,46	11,18%
Cultura	-		-541.000,00	-100,00%
Direitos da Cidadania	-		-	
Urbanismo	-		-	
Habitação	-		-	
Saneamento	-		-	
Gestão Ambiental	-		-	
Ciência e Tecnologia	-		-	
Agricultura	-		-	
Organização Agrária	-		-	
Indústria	-		-	
Comércio e Serviços	-		-	
Comunicações	-		-	
Energia	-		-	
Transporte	-		-	
Desporto e Lazer	-		-	
Encargos Especiais	-		-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-		-	
Juros e Encargos da Dívida	-		-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-		-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-		-	
Outros Encargos da Dívida	-		-	
Transferências Concedidas	-22.285.755,15		-18.468.937,52	20,67%
Intergovernamentais	-		-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
A Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-22.266.282,15	99,91%	-18.405.974,52	20,97%
Outras Transferências Concedidas	-19.473,00	0,09%	-62.963,00	-69,07%
Outros Desembolsos das Operações	-26.093.427,28		-24.447.132,60	6,73%
Dispêndios Extraorçamentários	-262.835,73	1,01%	-474.669,91	-44,63%
Transferências Financeiras Concedidas	-25.830.591,55	98,99%	-23.972.462,69	7,75%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.802.424,59		-19.053.125,46	-59,05%

INGRESSOS	-		-	
Alienação de Bens	-		-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-		-	
Outros Ingressos de Investimentos	-		-	
DESEMBOLSOS	-7.802.424,59		-19.053.125,46	-59,05%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.773.626,41	86,81%	-14.270.240,21	-52,53%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-		-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.028.798,18	13,19%	-4.782.885,25	-78,49%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-		-	
INGRESSOS	-		-	
Operações de Crédito	-		-	
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-		-	
Transferências de Capital Recebidas	-		-	
Intergovernamentais	-		-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
Dos Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-		-	
Outras Transferências de Capital Recebidas	-		-	
Outros Ingressos de Financiamento	-		-	
DESEMBOLSOS	-		-	
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-		-	
Outros Desembolsos de Financiamento	-		-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-224.326,24		715.706,90	-131,34%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	889.194,40		173.487,50	412,54%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	664.868,16		889.194,40	-25,23%

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMOSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa final

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1.0.00.00) teve uma diminuição de 25,23%, em relação ao mesmo período de 2016, no montante de R\$ 224.326,24.

A movimentação da conta é decorrente de fatos diversos, por exemplo, no exercício de 2016 ocorreu aplicação de multa por descumprimento contratual, episódio imprevisível que causou impacto no valor da conta e que não se repetiu no exercício de 2017.

Fluxos de caixa das atividades das operações

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2017, houve diminuição no fluxo operacional de 61,67% em relação ao mesmo período de 2016. Houve aumento de 4,14% nos ingressos, que são compostos quase que inteiramente por transferências financeiras, houve aumento de 11,48% nos desembolsos.

As receitas patrimoniais tiveram uma variação positiva significativa de 297,55% em relação ao período anterior, chegando a R\$ 452.931,86 no quarto trimestre de 2017, esse aumento se deve principalmente pelo leilão realizado no campus Planaltina.

Os desembolsos com Previdência Social no quarto trimestre de 2017 totalizaram R\$ 941.873,90, com um aumento de 116,36% em relação ao mesmo período de 2016. 75,52% dos desembolsos se referiram a Pessoal e Demais Despesas com Educação, que teve um aumento de 11,08% com relação a 2016.

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

Em 2017, houve diminuição de 59,05% no fluxo de investimentos. Não houve ingressos de caixa neste fluxo. Os desembolsos com aquisição de ativos tiveram uma variação negativa de 52,53%. Os Outros Desembolsos de Investimentos diminuíram em 78,49%, chegando a R\$ 1.028.798,18 no quarto trimestre de 2017.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Compreende a diferença entre as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida.

O IFB não apresentou movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento durante o período analisado.

Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. No quarto trimestre de 2016, totalizou o valor de R\$ 715.706,90. Em 2017, a geração de caixa foi de R\$ - 224.326,24 no quarto trimestre. Portanto, houve variação negativa de - 131,34%.

Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos (4.6.0.0.0.00.00) representou 4,53% das VPAs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período em 2016, houve variação negativa de 84,58%.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs)

As VPDs apresentaram as seguintes variações entre o quarto trimestre dos anos de 2016 e 2017, por grupo de conta contábil:

Tabela 14 - Transferências e Delegações — Por ano

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Pessoal e Encargos	138.612.513,28	117.862.069,60	17,61%
Benefícios Previdenciários Assistenciais	997.959,30	461.308,74	116,33%
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	27.963.274,58	34.289.502,00	-18,45%
VPDs Financeiras	6.804,16	7.288,66	-6,65%
Transferências e Delegações Concedidas	27.646.537,63	83.289.996,15	-66,81%
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	9.760.800,62	57.339.506,25	-82,98%
Tributárias	261.268,89	108.033,29	141,84%
Outras VPDs Diminutivas	3.343.834,91	6.405.478,06	-16,57%
Total	208.592.993,37	299.763.182,75	-30,41%

Fonte: SIAFI

Pessoal e Encargos

O grupo de Pessoal e Encargos (3.1.0.0.0.00.00) representou 63,90% das VPDs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período em 2016, houve variação positiva de 17,61%. O aumento dos salários dos servidores implicou em acréscimo de R\$ 16 milhões nas despesas com Remuneração a Pessoal (3.1.1.0.0.00.00), com reflexos nas demais contas do grupo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (3.3.0.0.0.00.00) representou 12,89% das VPDs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período em 2016, houve variação negativa de 18,45%.

Transferências Intergovernamentais

O grupo de Transferências e Delegações Concedidas (3.5.0.0.0.00.00) representou 12,74% das VPDs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período em 2016, houve variação negativa de 66,81%.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos (3.6.0.0.0.00.00) representou 4,50% das VPDs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período em 2016, houve variação negativa de 82,98%. A conta de Desincorporação de Ativos (3.6.5.0.0.00.00) teve variação negativa de 57,82% em função de ajustes realizados para baixa de ativos referentes a obras, semoventes e intangíveis.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

O grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (3.9.0.0.0.00.00) representou 2,46% das VPDs até o quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo

período em 2016, houve variação negativa de 16,57%. Houve redução considerável de incentivos a educação, consolidados em Incentivos (3.9.4.0.0.00.00). As despesas nessa conta tiveram decréscimo de aproximadamente R\$ 1,1 milhão — uma variação negativa de 15,35%.